



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA
CÂMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - ProfEPT

JULIANA LAMAS SOUZA

**GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A POLÍTICA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS
VIOLÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS

2024

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA
CÂMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - ProfEPT

JULIANA LAMAS SOUZA

**GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A POLÍTICA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS
VIOLÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos parcial à obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^{fa}. Dra. Eliane Juraski Camillo

Linha de Pesquisa: Práticas Pedagógicas em Educação Profissional e Tecnológica

FLORIANÓPOLIS

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

SOUZA, Juliana Lamas

Gênero e Educação Profissional e Tecnológica: a política de prevenção e combate ao assédio moral, ao assédio sexual e às violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina / Juliana Lamas SOUZA; orientação de Eliane Juraski CAMILLO.

- Florianópolis, SC, 2024.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT). Departamento Acadêmico de Linguagem, Tecnologia, Educação e Ciência.

Inclui Referências.

1. Ensino. 2. Educação Profissional e Tecnológica.

3. Gênero. 4. Assédio. 5. Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Violência.

I. CAMILLO, Eliane Juraski . II. Instituto Federal de Santa Catarina. III. Gênero e Educação Profissional e Tecnológica.

JULIANA LAMAS SOUZA

**GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A POLÍTICA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS
VIOLÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Eliane Juraski Camillo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina

JULIANA LAMAS SOUZA

CARTILHA ASSÉDIO: PREVENÇÃO E COMBATE

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 07 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Eliane Juraski Camillo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Dra. Bernardina Santos Araújo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Universidade do Estado de Santa Catarina

“Quando os homens sentem que estão perdendo o controle, o poder sobre as mulheres, principalmente sobre seus corpos, o sentimento de rejeição pode ser vivenciado de inúmeras maneiras. A violência é a forma mais frequente. ”

(Berenice Bento, 2015)

RESUMO

Essa pesquisa acompanhou a elaboração da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina ocorrida no ano de 2022 e sua aprovação em 2023, foi observado o trabalho da Comissão de Articulação para a Elaboração de Política Institucional e posteriormente do Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política. Para o embasamento teórico da pesquisa, foi realizado estudo sobre gênero, para que fosse possível compreender a construção das desigualdades entre homens e mulheres, que levam a representações de papéis de gênero de subordinação-dominação, assim como essa desigualdade se faz presente na educação profissional e tecnológica. Buscou-se a definição de assédio sexual, assédio moral e violências, assim como os tipos existentes. Para uma melhor compreensão das temáticas no campo de estudo, apresentou-se um breve histórico da educação profissional e tecnológica, estado da arte sobre gênero e assédios na EPT, a abordagem da temática no ProfEPT e a produção de materiais nos IFs. A partir desse estudo, do acompanhamento da elaboração e implantação da política, foi produzido um produto educacional textual – cartilha, tendo como foco os/as estudantes do Ensino Médio Integrado e que foi apresentado para o Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política, com a função de apresentar os pontos principais da política aos/as estudantes e repertório teórico a respeito das temáticas assédios e violências. A disponibilização para o comitê ocorreu devido a possibilidade de a mesma ser replicada a todos os câmpus durante o período de divulgação da política realizado por esse comitê.

Palavras-chave: Ensino. Educação Profissional e Tecnológica. Gênero. Assédio. Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Violência.

ABSTRACT

This research followed the elaboration of the Policy for the Prevention and Combat of Moral Harassment, Sexual Harassment and Violence at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Santa Catarina in 2022 and its approval in 2023, the work of the Articulation Committee for the Development of Institutional Policy and later of the Institutional Committee for Policy Implementation, Monitoring and Evaluation was observed. For the theoretical basis of the research, a study was carried out on gender, so that it was possible to understand the construction of inequalities between men and women, which lead to representations of subordination-domination gender roles, just as this inequality is present in professional education and technological. We sought to define sexual harassment, moral harassment and violence, as well as the existing types. For a better understanding of the themes in the field of study, a brief history of professional and technological education was presented, the state of the art on gender and harassment in EPT, the approach to the topic in ProfEPT and the production of materials in IFs. Based on this study, monitoring the development and implementation of the policy, a textual educational product was produced - a booklet, focusing on Integrated High School students and which was presented to the Institutional Committee for Implementation, Monitoring and Evaluation of the Policy, with the function of presenting the main points of the policy to them students and theoretical repertoire regarding the themes of harassment and violence. It was made available to the committee due to the possibility of it being replicated on all campuses during the policy dissemination period carried out by this committee.

Keywords: Teaching. Professional and Technological Education. Gender. Harassment. Policy for Preventing and Combating Moral Harassment, Sexual Harassment and Violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – *Template para Instagram* – Campanha IFSC contra o assédio

Figura 2 – *Template para Instagram* – Campanha IFSC contra o assédio

Figura 3 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 4 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 5 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 6 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 7 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 8 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 9 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 10 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

Figura 11 – Campanha IFSC contra o assédio – Câmpus São José

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Violência segundo ponto de vista sociológico e filosófico
- Tabela 2 – Características Assédio Moral
- Tabela 3 – Conceito de Assédio Moral
- Tabela 4 – Conceito de Assédio Sexual
- Tabela 5 – Descritores Educação Profissional e Assédio – Google Scholar
- Tabela 6 – Descritores Educação Profissional e Violência de gênero – Google Scholar
- Tabela 7 – Dissertações ProfEPT – Descritor “Gênero”
- Tabela 8 – Dissertações ProfEPT – Descritor “Assédio”
- Tabela 9 – Materiais produzidos pelos IFs – Temática: Assédio
- Tabela 10 – Plano de comunicação – 1ª Postagem *Instagram*
- Tabela 11 – Plano de comunicação – 2ª Postagem *Instagram*
- Tabela 12 - Plano de comunicação – 3ª Postagem *Instagram*
- Tabela 13 – Plano de comunicação – 4ª Postagem *Instagram*
- Tabela 14 – Plano de comunicação – 5ª Postagem *Instagram*
- Tabela 15 – Equipe docente Curso de Formação
- Tabela 16 – Equipe docente colaboradora do Curso de Formação
- Tabela 17 – Servidores/as identificados ciclo de formação - Campus
- Tabela 18 – Servidores/as identificados ciclo de formação – Cargo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCQVS – Coordenação de Qualidade de Vida do Servidor

CDH – Comitê de Direitos Humanos

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CERFEAD – Centro de Referência em Formação e EaD

EPT – Educação profissional e tecnológica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEG – Instituto de Estudos de Gênero

IF – Instituto Federal

IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IFRO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPS – Investigação Preliminar Sumária

LEGIP – Laboratório de Estudos de Gênero

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Transexual, Travesti, Queer, Intersexo, Assexual, Agênero.

NEGED – Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade

NUGED – Núcleo de Gênero e Diversidade

NEGEX – Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade

NEPGS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade

NUGEDIS – Núcleo de Estudos de Gênero, Diversidade e Sexualidade

PAD – Processo Administrativo

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação

SINVE – Sindicância Investigativa

TAE – Técnico Administrativo

UC – Unidade curricular

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES	26
2.1 CONSTRUÇÃO DE GÊNERO.....	26
2.2 DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	29
2.3 DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO	35
3 ASSÉDIOS E VIOLÊNCIAS	40
3.1 VIOLÊNCIAS.....	40
3.2 ASSÉDIO MORAL.....	48
3.3 ASSÉDIO SEXUAL	53
4 EPT E O DEBATE DE GÊNERO	60
4.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	60
4.2 ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO E ASSÉDIO NA EPT	63
4.3 DEBATE DE GÊNERO E ASSÉDIO NO PROFEPT.....	70
4.4 PRODUÇÃO DE MATERIAIS SOBRE GÊNERO E ASSÉDIO NOS IFS	86
5 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS VIOLÊNCIAS NO IFSC	91
5.1 COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA.....	91
5.2 COMITÊ DE ARTICULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	96
5.3 CICLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ...	106
6 PRODUTO EDUCACIONAL	122
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	157
ANEXO – POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS DEMAIS VIOLÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	165

1 INTRODUÇÃO

Toda minha experiência acadêmica ¹ remete a estudos diretamente relacionados às temáticas de gênero e sexualidade, e estão presentes também em minha prática profissional enquanto Orientadora Educacional na rede estadual de Santa Catarina. Assim que ingressei no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, tive o desejo de levar essa temática para o campo da EPT.

Em 2022, iniciou o período de escuta para a elaboração de uma política de prevenção aos assédios e violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Tratava-se de uma temática que já era de meu interesse, principalmente por identificar a necessidade de abordar a temática devido ao número excessivo de alunas que relatam ter sofrido algum tipo de assédio. Compreendendo a importância e relevância da temática, assim como valendo-se do momento de debate, o foco dessa pesquisa foi analisar a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), e a partir desse estudo produzir um produto educacional a ser aplicado com os/as estudantes da educação profissional e tecnológica, com foco na prevenção e enfrentamento ao assédio.

O material produzido nessa pesquisa, embora tenha o foco nos/as estudantes do Ensino Médio Integrado, foi apresentado ao Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências, que ficou com a função (possibilidade) de disponibilizar o mesmo para os/as estudantes.

¹ Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trabalho de conclusão de curso: “As representações de gênero da Educação Infantil”. Especialização em Educação Sexual na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), trabalho de conclusão de curso: “Subsídios teóricos e propostas didáticas para a abordagem da Educação Sexual Emancipatória na Educação Infantil”. Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Escolar no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), trabalho em oficinas que tinham como foco central a educação sexual e gênero com o título: “O papel do cinema na orientação educacional de adolescentes”. Licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), trabalho de conclusão de curso: “Sexualidade e gênero em espaços educativos: desafios e possibilidades”. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), trabalho de conclusão de curso “Gênero e sexualidade no espaço escolar: as percepções de estudantes e professoras/es através de oficinas”.

Essa pesquisa está diretamente relacionada à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dentre os macroprojetos que estruturam a linha de pesquisa, está incluído no Macroprojeto 2 - Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT, devido a pertinência do recorte de gênero nesse debate.

O tema é o assédio sofrido constantemente por mulheres nos ambientes educativos, com o intuito de compreender como esse sentimento de dominação dos homens em relação às mulheres vêm sendo construído ao longo dos anos. Analisar como essa relação de dominação-subordinação vem sendo reproduzida na educação profissional e tecnológica e a motivação do IFSC em normatizar uma política de prevenção e combate a esse padrão de opressão e humilhação sofrido pelas mulheres.

A pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” – 3ª edição – 2021, realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com patrocínio da *Uber*, aponta que 37,9% das brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio no ano de 2020, o que corresponde a 26,5 milhões de mulheres. O assédio mais frequente ocorre na forma de cantada ou comentário desrespeitoso, sendo mais recorrente no transporte público ou no trabalho do que em festas e baladas.

A faixa etária que mais sofreu assédio no ano de 2020 foi de mulheres entre 16 e 24 anos, totalizando 73%. Com relação à escolaridade das mulheres que sofreram assédio, 39,9% são mulheres com ensino superior, 45,5% com ensino médio e 23,1% com ensino fundamental. Dentro do somatório de mulheres assediadas, a porcentagem maior está entre as mulheres pretas e pardas, totalizando 52,2% de mulheres pretas e 40,6% de mulheres pardas (FBSP, 2021).

A pesquisa foi realizada no período de 10 a 14 de maio de 2021, com brasileiras de todas as classes sociais, com idade de 16 anos ou mais, de abrangência nacional, totalizando 2079 entrevistas. Importante destacar que no ano de 2020, a pandemia da COVID-19 levou à necessidade de distanciamento social, de forma mais contundente no Brasil a partir de março (FBSP, 2021).

Na sua 4ª edição, a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” – 2023, foi realizada entre os dias 9 e 13 de janeiro 2023, somando 2017 entrevistas de abrangência nacional a respeito do ano de 2022. O índice de mulheres que sofreu assédio subiu para 46,7%, mantendo a maior porcentagem na faixa etária de 16 e 24 anos, assim como entre as mulheres pretas. A conduta de assédio mais

frequente continua sendo a cantada ou comentário desrespeitoso nas ruas, seguido dos ambientes de trabalho (FBSP, 2023).

Precisamente no ambiente escolar, é possível obter dados através da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, realizada em 2019, em que foi informado que 14,7% dos/as estudantes de 13 a 17 anos já sofreu algum tipo de assédio (desde abuso sexual até relação sexual forçada). As meninas foram as que mais relataram esse tipo de violência, cerca de 20,1%, mais que o dobro dos meninos (IBGE, 2019).

Partindo da necessidade urgente da abordagem dessa temática nos espaços educativos, ainda mais evidentes com os dados apresentados, buscamos acompanhar o desenvolvimento dessa política, e como problema para a presente pesquisa definimos: Como a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) pode contribuir para o debate, a prevenção e o enfrentamento das violências de gênero?

Assim como as temáticas de sexualidade e gênero ainda são consideradas temas tabus para algumas pessoas, o mesmo acontece quando se fala em assédio. Até se pode ter alguma consciência que ele existe, que está muito presente em nossa sociedade, mas abordar esse tema gera reações muito controversas. A vítima² que sofre assédio muitas vezes se sente culpada, achando que tenha provocado de alguma forma, dessa maneira acaba não relatando o fato ocorrido.

A pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” – 4ª edição – 2023 mostra que 45% das mulheres que sofreram assédio ou algum tipo de violência em 2022 não fizeram nada, índice esse que em 2017 chegava a 52%. Entre as mulheres que não permaneceram em silêncio, 17,3% procurou ajuda de um familiar, 15,6% procurou ajuda de amigos/as e apenas 14% denunciou em uma Delegacia da Mulher. Apesar de o índice baixo de mulheres que procuram uma delegacia especializada, esse número aumentou, pois em 2017 era apenas 11%.

Os relatos de assédio geram choque e desconforto na maior parte da população, no entanto, pouco se reflete sobre a postura do assediador de forma crítica,

² Compreendemos que não é totalmente adequado chamar a pessoa que sofre assédio de vítima, pois a mesma não deve ser identificada apenas como vítima, pois isso não a define enquanto pessoa, o adequado seria pessoa em situação de violência/assédio. No entanto, nessa pesquisa optamos por identificá-la como “vítima” como uma forma de demarcação de território.

e sobre as medidas necessárias para que esse tipo de comportamento não ocorra. O Brasil é historicamente patriarcal e machista, ou seja, vivemos em uma sociedade estruturada em comportamentos machistas, muitas vezes normalizados, que levam as mulheres a serem as maiores vítimas de assédio e os homens o maior número de assediadores.

Para que esses padrões possam ser repensados e desconstruídos, eles precisam estar presentes nas instituições de ensino. De forma que as meninas/alunas possam identificar os comportamentos assediosos e os meninos/alunos possam compreender que certas atitudes e comportamentos não são respeitosos e nem aceitáveis.

O Instituto Patrícia Galvão realizou a pesquisa de opinião “Percepções sobre controle, assédio e violência doméstica: vivências e práticas”; com o objetivo de compreender as experiências e percepções da população brasileira sobre recurso à violência, práticas invasivas e de controle, importunação, perseguição, assédio sexual e violência doméstica; no período de 21 de julho a 1 de agosto de 2022, com 200 mulheres e 800 homens.

A pesquisa informa que 45% das mulheres tiveram o corpo tocado sem o seu consentimento, no entanto apenas 5% dos homens alegaram ter tocado o corpo de alguém sem o seu consentimento. Trinta e dois por cento das mulheres informaram ter passado por importunação/assédio sexual no transporte público, enquanto nenhum homem informou ter praticado importunação/assédio sexual.

Esses dados destacam mais uma vez a importância do debate e salientam uma informação muito relevante nessa discussão, que é de certas atitudes e comportamentos (abusivos e violentos) estarem tão normalizados a ponto de não serem identificados como assédio.

Na 4ª edição da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” está destacado a importância de ampliação das ações governamentais, da segurança pública, da justiça e garantia de acolhimento e encaminhamentos. No entanto, o que consideramos primordial nesse debate é a disseminação de informação. Informação essa que precisa ser de qualidade e adequada à realidade vivida e de acordo com o grau de compreensão do público-alvo, o que pode e deve ser potencializado pelas instituições escolares.

As instituições de educação profissional e tecnológica por muito tempo foram espaços de predominância masculina e embora isso tenha mudado consideravelmente, é importante refletir quais as consequências dessa dominação masculina nesses espaços que ainda permanece latente e ocasionando, inclusive, situações de assédio contra as mulheres. Por esse motivo, o debate sobre a temática deve estar presente nessas instituições.

O Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica – Ano base 2019 traz dados desde o ano de 2015 até o ano de 2019, período em que as mulheres já eram maioria nos cursos técnicos, sendo em torno de 56%. No entanto, é necessário destacar que no ano de 2019 eram maioria apenas nos eixos de desenvolvimento educacional e social (81%), ambiente e saúde (81%), turismo, hospitalidade e lazer (69%) e produção alimentícia (68%), ou seja, em eixos associados sobretudo ao cuidado, papel historicamente desempenhado pelas mulheres na sociedade capitalista.

Esses dados apontam que embora as mulheres sejam a maioria nos cursos técnicos, existe ainda um forte recorte de gênero nos papéis desempenhados por mulheres e homens em nossa sociedade, o que vai influenciar as relações que se estabelecem.

O assédio, tão recorrente em nossa sociedade, como foi apontado nos dados apresentados, além de estar presente na educação profissional e tecnológica, traz a herança de um discurso voltado à aptidão do homem para trabalhos que exigem força física e à mulher trabalhos voltados ao cuidado. Dessa maneira, o homem deve apresentar um papel de força e dominação, enquanto a mulher de fragilidade/docilidade e submissão, que seriam representações de gênero.

Sendo assim, a implantação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina foi um oportuno campo de estudo para compreender como a instituição abordou e institucionalizou a prevenção ao assédio, já que é um ambiente em que estão muito presentes esses marcadores sociais da diferença de gênero.

Para a realização dessa pesquisa, com relação à técnica empregada, utilizamos documentação direta, analisando a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, assim como toda a documentação/bibliografia que foi utilizada para a elaboração da mesma. Flick (2013) destaca que essa técnica pode ser muito produtiva, pois se utiliza de documentos que já estão disponíveis, no entanto, podem ser encontrados empecilhos já que os mesmos não foram produzidos com os propósitos da pesquisa.

Quanto à natureza da pesquisa, ela foi aplicada, uma vez que a partir da produção do conhecimento, foram produzidas contribuições práticas, que nesse caso foi a produção de um produto educacional. Esse produto educacional leva aos/às estudantes informações sobre a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; propôs a reflexão sobre o assédio, assim como a compreensão desse fenômeno tão presente em nossa sociedade.

A institucionalização da política foi de suma importância para que a instituição normatize determinações que precisam ser cumpridas para o bem comum. No entanto, só a elaboração da política não é suficiente para que tenha total eficácia, é necessário que ela seja realmente de conhecimento público e para isso a aplicação da mesma se faz necessária, de forma que proporcione a reflexão de toda a comunidade.

O principal diferencial da pesquisa aplicada para a pesquisa pura está justamente relacionado à aplicação da pesquisa, já que a pesquisa pura busca o progresso da ciência, sem a preocupação da sua aplicabilidade e consequências, enquanto a pesquisa aplicada “sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial.” (Gil, 2008, p. 27).

No que se refere aos objetivos, essa pesquisa se caracteriza como descritiva-explicativa. A pesquisa descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, à medida que a pesquisa explicativa “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.” (Gil, 2008, p. 28)

A utilização dos dois tipos de pesquisa se dá devido à necessidade de descrever e aprofundar a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao

Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para então explicar os fenômenos que levam a necessidade da criação dessa política. Segundo Gil (2008), muitas pesquisas descritivas se aproximam das pesquisas explicativas quando caminham além de apenas identificar as variáveis. Em outros casos, para o autor, a pesquisa explicativa pode ser a continuação de uma pesquisa descritiva. Nesse caso será necessário descrever a política e explicar os fenômenos que levaram a sua elaboração.

A pesquisa é qualitativa com relação a abordagem do problema, que difere da quantitativa por não exigir técnicas estatísticas, embora possa trabalhar com análise de dados. Segundo Flick (2013), um dos benefícios da pesquisa qualitativa é a possibilidade de obtenção de uma análise mais detalhada de determinados casos.

Nas fontes de informação, a pesquisa é bibliográfica. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (Gil, 2002, p. 44). Gil (2008) ainda aponta a principal vantagem da utilização dessa fonte de informação que seria a possibilidade de se obter um conjunto maior de informações pois não há a necessidade de pesquisar diretamente para obter esses dados.

Não houve nessa pesquisa aplicação de questionários e nem entrevistas para a obtenção dos dados que serão trabalhados, o foco foi o material bibliográfico já produzido a respeito da temática em paralelo à Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Segundo os procedimentos técnicos, essa é uma pesquisa-ação, que, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro. Conforme Gil (2002, p.143), “além dos aspectos referentes à pesquisa propriamente dita, envolve também a ação dos pesquisadores e dos grupos interessados”

A produção de dados durante a pesquisa ocorreu diretamente com o Grupo de Articulação responsável pela elaboração da Política de Prevenção e Combate ao assédio, com o material utilizado para a elaboração da mesma e com o material produzido, continuando o processo com o Comitê Institucional de Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política.

Complementando a definição de pesquisa-ação, Thiollent (1985, p. 14) aponta que:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

O local que foi realizada a pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, instituição de ensino público vinculado ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Desde o início de seus trabalhos, recebeu várias nomenclaturas e passou por diversos momentos históricos que influenciaram diretamente em sua estrutura, na oferta e na procura dos cursos ministrados.

Inaugurado em 1910 como Escola de Aprendizes Artífices em um prédio ofertado pelo governo do Estado, localizado no centro da capital. Foi de grande importância sua inauguração, representando uma grande conquista para o estado. Iniciou suas atividades ofertando curso primário, curso de desenho e cursos profissionalizantes (Tipografia, Encadernação, Pautação, Carpintaria da ribeira, Escultura e Mecânica). Com a intenção de fortalecer o ensino industrial, no ano de 1937, com a publicação da Lei Nº 378 a Escola de Aprendizes Artífices, passou a chamar-se Liceu Industrial de Santa Catarina, ofertando os seguintes cursos: Mecânica de Máquinas, Fundição, Tipografia e Encadernação, Cerâmica, Carpintaria, Marcenaria, Serralheria e Alfaiataria. (Almeida, 2010)

Com a Lei Nº 4127, de 23 de fevereiro de 1942, tornou-se Escola Industrial de Florianópolis, oferecendo cursos industriais básicos com duração de 4 anos. Somente no ano de 1950, após 40 ano de sua inauguração, houve a inscrição de mulheres. As 9 mulheres inscritas (sendo 153 homens) optaram, em sua maioria, pelo curso de Alfaiataria, seguido de Tipografia e Encadernação. Possivelmente, encontraram muitos desafios ao frequentar esse ambiente de dominação masculina, embora os dados da época não informem os desafios enfrentados por essas mulheres, já que na época tal tema não era suficientemente contemplado, não é difícil supor que o assédio já se fazia presente neste ambiente dominado por homens (Almeida, 2010).

Em 1965, mediante a Lei Nº 4759, de 20 de agosto, a denominação passou a

ser Escola Industrial Federal de Santa Catarina, passando e oferecer cursos técnicos. Diante da portaria ministerial Nº 331, de 6 de junho de 1968, tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina, aumentando o foco nos cursos técnicos de segunda grau (atual Ensino Médio). Em 1988, iniciaram as atividades da unidade São José com os cursos técnicos de Telecomunicações e de Refrigeração. Na unidade central, eram ofertados também os cursos de Estradas, Saneamento, Eletrônica e Eletrotécnica. A terceira unidade descentralizada foi a de Jaraguá do Sul, implantada em 1990. (Almeida, 2010).

A Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, no entanto, a publicação do decreto oficial ocorreu em 2002, ofertando agora cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização). Em 2008, através da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro, o Cefet-SC tornou-se Instituto Federal de Educação e Tecnologia – IFSC. (Almeida, 2010).

Atualmente, o IFSC conta com 22 câmpus³, sendo na região sul: Araranguá, Criciúma, Garopaba e Tubarão; região do Vale do Itajaí: Gaspar e Itajaí; região da Grande Florianópolis: Florianópolis, Florianópolis-Continente, Palhoça Bilíngue e São José; região oeste: Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê; região do Planalto Serrano: Lages e Urupema; região Norte: Canoinhas, Jaraguá do Sul – Centro, Jaraguá do Sul – Rau e Joinville.

Dentre os cursos ofertados no Ensino Médio Integrado⁴ estão: Administração (Caçador e Garopaba), Agropecuária (São Carlos e São Miguel do Oeste), Alimentos (Xanxerê, Canoinhas e São Miguel do Oeste), Comunicação Visual (Palhoça Bilíngue), Desenvolvimento de Sistemas (Chapecó), Edificações (Canoinhas, Criciúma, Florianópolis e São Carlos), Eletroeletrônica (Joinville), Eletromecânica (Araranguá e São Miguel do Oeste), Eletrônica (Florianópolis), Eletrotécnica (Florianópolis), Informática (Garopaba, Caçador, Xanxerê, Gaspar e Chapecó), Mecânica (Xanxerê, Joinville e Itajaí), Mecatrônica (Criciúma), Modelagem do Vestuário (Jaraguá do Sul – Centro), Plásticos (Caçador), Produção de Moda (Araranguá), Química (Criciúma,

³ Mais informações sobre os 22 câmpus disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/campus>

⁴ Mais informações sobre Ensino Médio Integrado IFSC disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/tecnicos-integrados>

Florianópolis, Gaspar e Jaraguá do Sul – Centro), Recursos Pesqueiros (Itajaí), Refrigeração e Climatização (São José), Saneamento (Florianópolis), Sistemas de Energia Renovável (Chapecó), Telecomunicações (São José), Tradução e Interpretação de Libras/Português (Palhoça Bilíngue) e Vestuário (Araranguá).

Em 2020, o IFSC passou por um retrocesso no processo democrático até então vivido e respeitado na instituição. No dia 20 de abril, o IFSC sofreu uma intervenção do Governo Bolsonaro, nomeando, primeiramente, Lucas Dominguni, diretor do Câmpus Criciúma, como Reitor Pró Tempore. Após a desistência deste em assumir o cargo, o então (des) governo federal nomeou o candidato derrotado nas urnas, André Dala Possa, como reitor. Não houve respeito com a eleição democrática que elegeu o professor Maurício Gariba Junior, em dezembro de 2019, sendo o mesmo impedido de assumir o cargo devido a um processo administrativo (PAD), que acabou sendo arquivado por falta de provas. A retomada da democracia no IFSC ocorreu após 478 dias de intervenção, período marcado por perseguições, assédios, censura e ações policiais e judiciais.

Com relação a metodologia dessa pesquisa, a produção de dados ocorreu através de pesquisa bibliográfica, em que foi analisado o texto da política, bem como o estudo pormenorizado acerca das bibliografias produzidas e que servem de referência na academia para o estudo da temática.

Os dados foram analisados e organizados tendo por baliza a análise de conteúdo. Batista, Oliveira e Camargo (2021) exploram a análise de conteúdo utilizando como referencial Bardin (2016), Franco (2008), Mendes e Miskulin (2017), Rodrigues (2019) e Moraes (1999); destacando que:

A Análise de Conteúdo oportuniza a riqueza de detalhes, possibilitando que sejam explicitados sentidos que nem sempre são visíveis, permitindo a compreensão de dados tanto na perspectiva qualitativa quanto na quantitativa. A utilização de diferentes enfoques possibilita que se realize uma síntese de forma mais aprofundada do que expressada inicialmente. (Batista; Oliveira e Camargo, 2021, p. 59)

Dentre os critérios de organização dos procedimentos de análise, Bardin (2016) apresenta três fases. A primeira fase, chamada de pré-análise, tem como foco a organização, seleção de documentos e a construção de marcadores que servirão de alicerce para a análise final. A segunda fase, chamada de exploração do material, é o

momento da codificação dos dados, proporcionando que algumas categorias sejam aprofundadas. Já a terceira fase, chamada de tratamento dos resultados, inferência e interpretação; é o momento em que o/a pesquisador/a deve aprofundar a sua análise. (Batista; Oliveira e Camargo, 2021).

Considerando as mulheres como as maiores vítimas de assédios, provocados/praticados por homens, se fez totalmente necessário iniciarmos por uma discussão sobre gênero. O capítulo 2 traz a definição da categoria gênero, segundo algumas estudiosas da área e procura através de um resgate histórico trazer como as desigualdades de gênero foram sendo construídas ao longo dos anos, para que muitos papéis desempenhados socialmente possam ser identificados e compreendidos. Abordamos também nesse capítulo os desafios impostos aos estudos de gênero através de ataques de grupos conservadores.

No capítulo 3, buscamos a conceituação das temáticas centrais dessa pesquisa e da política institucional analisada, que são os conceitos de violências e assédios. Apresentamos violências, assédio moral e assédio sexual como está previsto na política, utilizando como base a construção das desigualdades de gênero.

Estando localizada a pesquisa no campo da educação profissional e tecnológica, identificamos necessário compreender como o debate de gênero vem ocorrendo dentro dessa área e sobretudo dentro do programa de mestrado ProfEPT. No capítulo 4, situamos a pesquisa observando ao longo da história da educação profissional e tecnológica e realizamos o estado da arte da produção do conhecimento sobre gênero e assédio na EPT. Buscamos, através do repositório de dissertações, todas as pesquisas que abordaram gênero e assédio no programa e com foco no produto educacional pesquisamos sobre materiais produzidos nos IFs acerca da temática.

Durante a pesquisa acompanhamos os trabalhos da Comissão de Articulação para a Elaboração de Política e do Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política e no capítulo 5 detalhamos como ocorreu a construção da política. Apresentamos o texto completo da política aprovado em 2023 e como vem sendo realizada a implantação da mesma, com os planos de comunicação e formação continuada.

No capítulo 6 apresentamos o produto educacional elaborado nesta pesquisa no formato de cartilha *online*, apresentado as participantes do Comitê de

Monitoramento e Acompanhamento da política. A cartilha *Assédio: Prevenção e Combate* apresenta brevemente a Política, destacando os conceitos de Violências, Assédio Moral e Assédio Sexual. A mesma propõe a reflexão da construção das desigualdades de gênero a partir de dados e informações, de forma introdutória.

2 GÊNERO E A CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES

2.1 CONSTRUÇÃO DE GÊNERO

Compreender a categoria gênero é fundamental para o entendimento de relações estabelecidas em nossa sociedade, e que podem variar em outro contexto histórico, sendo o gênero fundamental na construção de desigualdades.

Uma das autoras fundamentais para os estudos de gênero é Joan Scott. A autora considera que a utilização do vocábulo gênero começou a surgir no discurso das feministas americanas, que acreditavam que não se deveria estudar apenas o “sexo oprimido”. Continua relatando as abordagens utilizadas pelas historiadoras feministas e destaca que gênero começou a ser utilizado como sinônimo de mulheres, ou seja, o termo mulheres foi substituído por gênero. No entanto, Scott (1995, p. 75) diz que “gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres”.

Gênero já havia sido utilizado na oposição entre masculino e feminino, mas Scott diz que apenas no século XX passa a ser utilizado como categoria de análise, ou seja, como uma forma de se expressar sistemas de relações sociais. Para Scott (1995, p. 86), o conceito de gênero divide-se em duas proposições, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Complementa que gênero é utilizado para caracterizar as relações sociais entre os sexos, mas descarta as justificativas biológicas que vão ser utilizadas para caracterizar algumas formas de subordinação. No entanto, até hoje as diferenças biológicas em alguns casos ainda são utilizadas como marcadores da diferença e conseqüentemente apontam uma superioridade que justificaria a subordinação.

Os estudos de gênero, segundo Grossi (1998), tiveram um grande impulso com as lutas libertárias ocorridas nos anos 60, que buscavam um sistema mais justo e igualitário, muito presente no Brasil durante a luta contra a Ditadura Militar, momento em que as mulheres começaram a perceber que estavam sempre ocupando espaços secundários em relação aos homens. Outros movimentos sociais, como o feminismo, também começaram a questionar essas desigualdades.

A partir desses questionamentos, nos anos de 1970 iniciou-se os estudos da “condição feminina”, pois acreditava-se que as soluções para esses problemas enfrentados deveriam ser ponderados apenas pelas mulheres. Já nos anos de 1980 percebe-se a necessidade de abandonar os estudos sobre a “condição da mulher”, já que não há apenas uma condição singular de mulher, transferindo então para o estudo das mulheres. (Grossi, 1998).

Os estudos de gênero vão ter início quando se começa a questionar a determinação biológica, aqui no Brasil sofrendo forte influência das pesquisadoras norte americanas, percebe-se que não existe uma determinação natural para certos comportamentos, mas sim social.

Ainda com relação aos estudos de gênero, Grossi (1994) aponta que existem diversas correntes teóricas. A corrente pós-estruturalista acredita que o gênero é fundado pela linguagem, mas não necessariamente com a utilização de palavras, mas de um discurso (manifestações) que pode trazer vários significados. Para a corrente estruturalista a construção do gênero se dá pelo sexo biológico (macho e fêmea), no entanto, esses dois podem ser constituídos de vários modelos de masculinidades e de feminilidades, do que é ser homem e ser mulher na sociedade, que podem variar histórica e culturalmente. Já a corrente pós-moderna não concebe o binarismo de gênero, mas sim múltiplos gêneros.

Grossi (1998) concorda com Scott quando ela diz que gênero é determinado historicamente e que além de ser construído, através da diferença dos sexos, ele dá sentido à diferença, e pode ser conceituado como:

Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. (Grossi, 1998, p. 5)

A autora segue afirmando que agimos conforme somos programados/as socialmente e não biologicamente, sendo que existe uma variação conforme a sociedade e o contexto que estamos inseridos/as, assim como o gênero pode ser ressignificado de acordo com as interações entre os homens e as mulheres. A partir disso, “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em

determinada cultura é considerado papel de gênero” (Grossi, 1998, p. 6), e pode ser mutável conforme a cultura que estiver inserido/a.

Para abordar o conceito de gênero, Louro (1997) traça um percurso das questões históricas abordando as “ondas” do movimento feminista. A “primeira onda” ficou marcada por um período de manifestações contrárias a discriminação feminina e a luta das mulheres pelo direito ao voto, as sufragistas. O conceito de gênero passa a integrar o discurso das feministas da “segunda onda”, quando se instaura uma preocupação além das causas sociais e políticas, mas também teóricas. Compreende-se então que não são as características biológicas (sexuais) que vão diferenciar o que é masculino e o que é feminino, mas tudo que é construído socialmente sobre os sexos.

Louro (1995) aprofunda o conceito de gênero afirmando que essa construção de ser homem e ser mulher não se dá em um processo constante e pré-determinado desde o nascimento, pois “gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais”. (Louro, 1995, p, 103). Dessa maneira, é importante salientar que as instituições em que ocorrem os processos de socialização, formação e educação são “generificadas”, manifestando relações sociais de gênero.

É difícil perceber quando esses padrões de gênero são interiorizados, mas é possível identificar que são as primeiras verdades reproduzidas pela sociedade que vão formar as estruturas mentais de mulheres e homens, sejam elas através de mitos, lendas, doutrinas, disciplinas escolares, olhares reprovadores, olhares incentivadores, castigos, etc. (Bento, 2015)

Em “O poder do macho”, Saffioti (1987) corrobora a ideia de Grossi (1998), de que a identidade de homens e mulheres são construídas de acordo com papéis sociais determinados pela sociedade, e a autora vai apresentar vários pontos que são primordiais nessa discussão.

Precisamos avançar no estudo desses papéis sociais que formam a identidade de homens e mulheres, as masculinidades e as feminilidades, para a compreensão das relações que vão permear nossa sociedade e estabelecer relações de dominação e subordinação, afinal “o gênero se constitui em cada ato da nossa vida, seja no plano das ideias, seja no plano das ações. O tempo inteiro a gente está constituindo o gênero no nosso próprio cotidiano. ” (Grossi, 1995, p. 9).

2.2 DESIGUALDADES DE GÊNERO

A desigualdade de gênero, compreendida como fato, vem sendo construída há muito tempo, desde quando se acreditava que a dominação masculina era algo universal e imutável. Para que possamos compreender como ocorreu essa construção e como papéis sociais foram produzidos, precisamos analisar desde a origem da civilização.

Lerner (2019, 2022) apresenta como o patriarcado surgiu e influenciou a ordem social, já que ao longo da história os valores patriarcais serviram de referência, e como foram fundamentais para a construção das desigualdades de gênero.

Durante esse período, não havia questionamentos quanto ao domínio masculino, exercido sobre parentes, dependentes e principalmente às mulheres, pois acreditava-se que elas eram inferiores aos homens tanto biologicamente como intelectualmente. Lerner (2019) ainda alerta que desde o período colonial muitos “tradicionalistas” acreditavam que a submissão das mulheres era algo natural e que não deveria ser questionado. No entanto, embora sejam naturais diferenças biológicas, o gênero precisa ser levado em consideração, pois:

Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (Lerner, 1997, p. 60)

O primeiro papel que foi atribuído a mulher pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento, ou seja, tratadas como mercadorias. Nesse período, o domínio que os homens possuíam sobre as mulheres eram repassados. Primeiro, a mulher devia obediência ao seu pai e depois de casada, ao seu marido. As mulheres não tinham acesso à educação e ficavam restritas ao espaço privado, enquanto os homens circulavam em todas as esferas da sociedade.

O sistema patriarcal esteve presente e foi reproduzido por tantos anos que vários comportamentos foram sendo normalizados, e a submissão das mulheres é um deles. “O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se

implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. ”
(Saffioti, 2015. P. 163)

Lerner (2019, p. 360) afirma que “há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade. ”

No período da escravidão, os homens eram explorados como trabalhadores, as mulheres eram exploradas como trabalhadoras, mas também como provedoras de serviços sexuais e reprodutivos. O corpo da mulher é considerado público e a serviço do homem, que precisa constantemente provar a sua virilidade.

A exploração sexual de mulheres de classe baixa por homens de classe alta pode ser demonstrada na Antiguidade, sob o feudalismo, em lares burgueses dos séculos XIX e XX na Europa, nas complexas relações de sexo/raça entre mulheres dos países colonizados e seus colonizadores homens – é onipresente e disseminada. Para as mulheres, exploração sexual é a própria marca da exploração de classe. (Lerner, 1997, p. 354)

Segundo Grossi (1995), com a Revolução Industrial, fica consolidada a vida política e pública para o universo masculino, e para o universo feminino, o lar e as atividades domésticas. O que para a classe trabalhadora leva a dupla jornada de trabalho, pois as mulheres estão trabalhando nas fábricas e continuam responsáveis por todo trabalho doméstico.

Nas sociedades tradicionais, tanto os homens como as mulheres são definidos com atividades específicas, assim como no mundo industrial, quando os homens são relacionados à esfera de produção e as mulheres à esfera da reprodução e trabalhos domésticos. Permanecendo essa divisão nas sociedades camponesas, quando as atividades são divididas de forma específicas para homens e outras específicas para mulheres, e a autora segue afirmando que:

Tradicionalmente na sociedade ocidental, a masculinidade se constituía pelo papel que o trabalho tinha na vida dos homens. O trabalho, fosse ele camponês ou industrial, envolvia o corpo masculino, que se distinguia do feminino pela força física. No final do século XX e início do século XXI, este paradigma do valor do trabalho masculino associado à força vem sendo substituído no mundo do trabalho pelo paradigma da *competência*, que está associado ao conhecimento de tecnologia, particularmente de informática. (Grossi, 1995, p. 17)

Em sociedades de tecnologia rudimentar a força física era uma vantagem, acreditava-se que os homens estavam em vantagem por possuírem mais força física que as mulheres, e constantemente esse argumento era utilizado para explicar as discriminações sofridas, embora a força física não esteja atrelada ao gênero, mas a inúmeros fatores, como peso, altura, etc. Já com o avanço industrial e utilização de máquinas, a força física deixa de ser a principal razão para a inferioridade feminina, no entanto, continua a ser reproduzida. (Saffioti, 1984)

Saffioti (1987) destaca que “ao macho estão sempre associados valores tais como força, razão, coragem.” (Saffioti, 1987, p. 25). A sensibilidade fica a cargo da mulher, e “o homem será considerado macho na medida que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos.” (Saffioti, 1987, p. 25). Os valores relacionados às mulheres como a emoção e fragilidade são considerados negativos e considerados por muitos como característicos das mulheres, o que na verdade são atributos obtidos no processo de socialização.

A divisão sexual do trabalho além de destinar a esfera da produção aos homens e a esfera da reprodução às mulheres, vai apresentar dois princípios organizadores. O primeiro princípio é o da separação, que vai definir trabalhos específicos para mulheres e trabalhos específicos para homens. O segundo princípio, o da hierarquização, vai dizer que o trabalho dos homens é mais importante que o das mulheres. (Kergoat, 2009)

Outro ponto fundamental que já foi citado mas gostaríamos de destacar é o espaço doméstico, que se entendeu ser um espaço feminino, já que é a mãe que deve ser responsável pela criação dos/as filhos/as. Ocorre ainda mais separação entre os meninos e as meninas, já que quando o trabalho doméstico é repassado aos/as filhos/as, ele fica sempre a cargo da filha mulher. “Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história” (Saffioti, 1987, p. 6-7).

Para Federici (2019, p. 42), quando falamos de serviço doméstico, estamos nos referindo à “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora”. A mulher é levada a achar que esse trabalho é “natural” e faz parte da personalidade feminina, sem a necessidade de nenhuma remuneração por ele. Mesmo após os avanços e as

discussões com relação ao trabalho doméstico, ao entendimento da divisão das tarefas pelos/as membros/as da família, Federici (2019) afirma que as mulheres ainda continuam sendo as maiores responsáveis por esse trabalho (sem remuneração).

Tentando reproduzir a inferioridade feminina, utiliza-se o argumento de que os homens são mais inteligentes que as mulheres, ou são melhores nas áreas exatas. Hoje ainda escutamos nas escolas que os meninos não precisam prestar atenção, que “pegam” o conteúdo mais rápido. No entanto, precisamos refletir sobre os estímulos e as oportunidades no campo da educação, o quanto os meninos são estimulados e às meninas é negado esse espaço.

Embora a sociedade não esteja apenas dividida entre homens que dominam mulheres e mulheres que são subordinadas a homens, o poder está centralizado nos homens há muito tempo e eles não têm nenhum interesse em abandonar os seus privilégios, pois “no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina será ameaçada” (Saffioti, 1987, p. 6-7).

Sendo o sistema patriarcal “a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (Lerner, p. 390), essa definição confirma que os homens teriam poder em todas as instituições, enquanto as mulheres estão à margem do poder.

O patriarcado traz então a ideia de supremacia masculina, tem o suporte e é mantido pelo machismo. Apesar de que assim como o patriarcado, o machismo está tão presente em todos os espaços de socialização, nem sempre ele é percebido ou em alguns casos é justificado como uma característica própria do homem.

Machismo vai trazer uma série de atitudes e comportamentos e também “estabelece uma diferença psicológica radical entre homens e mulheres, a partir da qual propõe papéis exclusivos em todos os âmbitos” (Castañeda, 2009, p.17). Sendo o machismo estrutural, ou seja, fazendo parte de fatos cotidianos, ele não será reproduzido apenas pelos homens, mas as mulheres também reproduzem o machismo, mesmo sem se dar conta disso, e ainda repassam aos/as filhos/as. “O machismo é uma forma de relação que todos/as nós aprendemos desde a infância e que, por essa razão, se intromete como moeda corrente em todo intercâmbio pessoal” (Castañeda, 2009, p.19).

Saffioti (2015) corrobora a reprodução do machismo por parte das mulheres:

Obviamente, os homens gostam de ideologias machistas, sem sequer ter noção do que seja uma ideologia. Mas eles não estão sozinhos. Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. (Saffioti, 2015, p. 34-35)

O machismo é construído através de componentes econômicos, históricos, sociais, culturais e psicológicos, causando impacto diretamente em todas as dinâmicas que movimentam a sociedade, seja na educação, na divisão do trabalho, nas relações familiares, nas relações sociais, nas relações profissionais e econômicas.

A vida pública também será diretamente afetada pelo machismo, pois ele vai permear a estrutura e o funcionamento de todas as instituições, levando à população determinados valores como aceitáveis e imutáveis. “O machismo corrói todos os vínculos, afeta todas as decisões e limita o potencial de todos os membros de uma sociedade.” (Castañeda, 2009, p.24).

Por vezes, o machismo é justificado como algo que faz parte da natureza dos homens, próprio da sua anatomia, sofrendo influência de hormônios que justificariam certos comportamentos. O alto índice de testosterona seria o responsável pela agressividade ou por um maior desejo sexual. Sendo assim, muitas condutas inadequadas seriam justificadas como a infidelidade dentro dos relacionamentos monogâmicos, ciúmes excessivo, impulsividade e a incapacidade de falar de sentimentos. (Castañeda, 2009). Embora exista a diferença biológica entre homens e mulheres, essa diferença não justifica nenhum tipo de comportamento específico. O que percebemos cotidianamente é que comportamentos específicos (que acabam sendo identificados com o gênero) para homens e mulheres vão sendo construídos ao longo do processo de socialização.

As consequências das atitudes e comportamentos machistas vão afetar diretamente as mulheres, mas precisamos destacar que os homens também são vítimas do machismo em vários aspectos e momentos de suas vidas. A incapacidade

de falar de sentimentos vem de uma forte pressão desde a infância, de que falar de sentimentos seria demonstrar uma certa fragilidade, que só é aceita para as mulheres, como já falamos anteriormente. Desde cedo os homens (meninos) precisam provar sua masculinidade através da virilidade, sufocar seus sentimentos e dominar as mulheres.

Os homens exercem o machismo como um tipo de masculinidade, mas nem toda masculinidade é qualificada com as características presentes no machismo, nesse caso, nos referimos especificamente a masculinidade hegemônica, que “caracteriza-se pela agressividade, competitividade, e a arena onde estas se desenvolvem é a esfera pública, onde deve ser testada e aprovada.” (Bento, 2015, p. 94).

Segundo Grossi (1995), na nossa sociedade, a masculinidade hegemônica é relacionada de forma positiva com a agressividade. Isso ocorre já na infância, quando se relaciona a hiperatividade de alguns meninos com agressividade e se normaliza esse tipo de comportamento como típico deles.

Entre os estudos de masculinidades, tem se debatido sobre a masculinidade tóxica, que embora lhe cause certo desconforto por lembrar algo do âmbito da saúde, Seffner (2019) considera um debate necessário, pois traz o entendimento de que certos modos de ser homem podem produzir danos, inclusive para os próprios homens, e não só as pessoas que estão ao seu redor.

O conceito de masculinidade tóxica proporciona às pessoas questionamentos sobre questões de suma importância como: privilégios, posturas agressivas, assédios, violências (física, psicológica, moral, sexual), distribuição injusta de oportunidades e equidade de gênero. (Seffner, 2019)

Cabrera (2023) concorda com Seffner (2019) que a masculinidade tóxica é nociva para os homens e toda a sociedade. Ainda destaca que masculinidade tóxica e masculinidade hegemônica não são sinônimos, pois as masculinidades hegemônicas se transformam e podem ter características positivas ou negativas.

A masculinidade tóxica, segundo Cabrera (2023), começou a ser utilizada pelo Movimento Mitopoético dos Homens, na década de 1980 nos EUA, que acreditavam haver uma crise da masculinidade e promoviam encontros exclusivos para homens em busca de uma masculinidade primitiva, utilizando ritos de passagem e tinham como líder o poeta Robert Bly.

Na atualidade, a masculinidade tóxica está presente em muitos discursos, principalmente quando se necessita fazer um contraponto com outros tipos de masculinidades e aí surgem termos como masculinidade frágil. Enquanto a masculinidade tóxica faz referências a comportamentos danosos e está diretamente relacionada ao homem enquanto detentor de poder, a masculinidade frágil estaria relacionada a uma fragilidade do homem, que seria uma forma de inferioridade. Embora as duas masculinidades causem danos, a que está mais presente nos discursos é a masculinidade tóxica, pois ela mantém a superioridade masculina.

As construções das desigualdades de gênero envolvem uma série de fatores, além dos que aqui expostos, mas nesta pesquisa procuramos situar historicamente essa construção para que tenhamos um melhor entendimento das consequências advindas da dualidade dominação-exploração, por isso realizamos também uma breve introdução ao conceito de gênero.

Através dos estudos de gênero, muitos conceitos são compreendidos, assim como atitudes, comportamentos e vivências em sociedade, mas a falta de compreensão sobre o seu real significado pode gerar sérias consequências.

2.3 DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO

Apesar de todo o avanço relacionado aos estudos de gênero, o mesmo passou (e ainda passa) por ataques de organizações conservadoras e fundamentalistas. Uma delas é a Escola sem Partido, que em seu discurso afirma que se faz necessário uma vigilância nas atividades docentes, pois acredita que muitos/as professores/as querem “doutrinar” os/as estudantes.

Segundo Seffner (2022, p. 10), “o movimento Escola sem Partido visa coibir a liberdade de ensinar e dissemina a noção de que professores e professoras devem gozar de restrita liberdade de expressão”.

O Escola sem Partido une uma influência da tradição católica na educação brasileira com uma nova onda conservadora religiosa que é composta pelos católicos e evangélicos, e busca quase que uma tentativa de colonização da educação.

Uma das pautas do Escola sem Partido, com articulação da bancada religiosa da Câmara dos Deputados de Brasília é o fim dos debates de gênero nas escolas.

Enquanto o Escola sem Partido tenta proibir a liberdade de ensinar, os debates de gênero e sexualidade são cerceados pela “ideologia de gênero”.

A ideologia de gênero, segundo Furlani (2016), não tem nenhuma relação com as teorias de gênero, que são desenvolvidas por diversas áreas de conhecimento científico. Trata-se de um debate muito presente em um discurso religioso, fundamentalista, que nada se aproxima dos estudos de gênero, pois traz informações confusas, incorretas e totalmente equivocadas.

Colling (2018) aponta oito equívocos recorrentes destes grupos conservadores:

- 1 – Alegam que a homossexualidade não é normal e os homossexuais devem ser curados, não devem ter nenhum direito e a heterossexualidade é a norma que todos/as devem seguir.
- 2 – As pessoas LGBT querem destruir a família.
- 3 – A homossexualidade dissemina a cultura da morte, pois reproduzem a AIDS e levam jovens ao suicídio.
- 4 – A pedofilia é uma prática criminoso propagada pela comunidade homossexual.
- 5 – Qualquer ação realizada em escolas e universidades no que se refere a diversidade estaria ensinando os/as estudantes a serem homossexuais.
- 6 – Atentado ao Estado Laico, promovendo a necessidade da relação entre Igreja e Estado.
- 7 – Os estudos de gênero teriam substituído a ideia de discriminação de sexo por discriminação de gênero.
- 8 – A criança necessita de um pai e uma mãe para desenvolver sua personalidade.

Enquanto a ideologia de gênero traz que se está querendo acabar com a “família tradicional” (heterossexual), os estudos de gênero trazem ao debate as diversas formas de famílias (um pai e uma mãe, dois pais, duas mães, somente uma mãe, somente um pai, etc.) e a importância de estarem representadas no ambiente escolar, seja nos discursos, nos livros didáticos, etc. (Furlani, 2016).

Furlani (2016) também cita várias interpretações equivocadas com relação aos estudos de gênero trazidos pela ideologia de gênero e destaca uma séria consequência desse discurso equivocado, a contrariedade da inserção do estudo sobre gênero nos Plano Municipais, Estaduais e Nacional de Educação.

No Plano Nacional de Educação (2001-2010), segundo Graupe e Sousa (2016, p. 86), no que se refere à equidade de gênero, “referenciava apenas a paridade de sexo nas matrículas, ou seja, representações quanto aos números de masculino e feminino”. Já, segundo as autoras, o projeto de Lei para o Plano Nacional da Educação (2011-2020), caso

...fosse aprovado e devidamente colocado em prática nas escolas, poderia contribuir para a consolidação de políticas públicas direcionadas a um projeto político pedagógico participativo, que tenha como fundamento a autonomia, a qualidade social, a gestão democrática e participativa e a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, do campo, conforme ressaltado no que diz respeito à organização escolar por meio do PPP... (Graupe e Sousa, 2016, p.89)

O PNE (2011-2020) previa a inclusão de grupos que foram excluídos historicamente, como negros, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, etc. Como não foi aprovado, deu lugar ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), que não faz nenhum progresso quanto a políticas públicas de gênero e diversidade.

Graupe e Sousa (2016) apresentam as mudanças que houveram na redação do projeto de Lei para o PNE (2011-2020) que já havia sido examinado pela Câmara e remetido ao Senado, para o PNE (2014-2024) com relação à gênero.

No artigo 2º, inciso III: “São diretrizes do PNE: [...] III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” No PNE (2014-2024) a redação foi alterada para: “São diretrizes do PNE: [...] III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.” (Graupe e Sousa, 2016, p. 89-90).

A redação da estratégia 3.12 da meta 3 era: “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.” Essa estratégia foi renumerada para 3.13 com a seguinte redação: “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.” (Graupe e Sousa, 2016, p. 89-90).

Somente na meta 8 do PNE (2014-2024) aparece a expressão gênero quando se refere a desigualdade de gênero entre homens e mulheres negras no mercado de trabalho. Deixando evidente o retrocesso quanto ao discurso e as políticas públicas de gênero concebidas pelo Governo Federal. (Graupe e Sousa, 2016).

O PNE (2014-2024) perderia sua validade em 25 de junho de 2024, no entanto foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025 por meio do Projeto de Lei 5665/2023, aprovado pela Câmara de Deputados em 3 de julho de 2024. Foi enviado pelo

Governo Federal o projeto do novo PNE no dia 26 de junho de 2024 para o Congresso Nacional. O Projeto de Lei 2614/2024 preserva alguns pontos do atual PNE e não contempla todas as agendas que foram deliberadas na Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Segundo a Nota Técnica publicada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2024), houve um apagamento das discriminações de gênero e orientação sexual e da inclusão e proteção desses grupos. A palavra “gênero” foi mais uma vez cortada, não prevendo diretrizes curriculares para a abordagem de gênero e educação sexual. Não existem estratégias para diminuir a desigualdade entre meninos e meninas, embora seja evidente esse desequilíbrio. Diversidade percebe-se apenas ligada a políticas específicas, como a Educação Especial e Educação Quilombola.

Esses entraves no PNE fazem parte dos obstáculos presentes nos estudos de gênero no ambiente escolar, além do Escola sem Partido e da Ideologia de gênero, podemos citar:

o debate e a aprovação de legislações em torno da educação domiciliar; a criação das escolas cívico-militares; as polêmicas em torno do efetivo direito de uso do nome social nas redes de educação básica e nas universidades; a possibilidade de utilização ou a proibição do uso da chamada linguagem neutra no cotidiano escolar e em produções escritas de caráter educativo; a inserção ou não de tópicos relativos a gênero e sexualidade na produção de livros didáticos; a seleção de questões que vão compor as avaliações de grande impacto – como é notadamente o caso do ENEM; o movimento escola sem pedofilia, uma nova versão do movimento ideologia de gênero. (Seffner, 2022, p. 3)

É fundamental compreender que esses movimentos conservadores, na tentativa de cercear a função formativa da escola, estão prejudicando a democracia brasileira, sendo que “a escola é a única instituição pública, citada expressamente na Constituição Federal, da qual se diz que deve ter gestão democrática”. (Seffner, 2022, p. 8)

Abordar gênero e sexualidade no espaço escolar é de suma importância para uma formação integral de todos/as. A escola é o espaço onde essas discussões podem estar baseadas em fundamentos teóricos e científicos, sem abordagens baseadas em senso comum e achismos. Dessa forma, muitos comportamentos carregados de preconceitos podem ser identificados, assim como atitudes inadequadas em todas as relações sociais.

Relacionado a temática central desta pesquisa, que é o assédio, às abordagens de sexualidade e gênero no espaço escolar são ainda mais necessárias, pois são comportamentos por muitas vezes normalizados em nossa sociedade e que somente uma discussão baseada em estudo e conhecimento científico pode identificar, caso contrário, permanecerão sendo aceitas como “normais”.

No próximo capítulo, estaremos conceituando os princípios norteadores dessa pesquisa e da política implantada, que são violências, assédio moral e assédio sexual. Se faz necessário a compreensão de como essas categorias se apresentam, para que a partir daí se possa pensar em estratégias de enfrentamento.

3 ASSÉDIOS E VIOLÊNCIAS

A base central da política que está sendo analisada é o combate às violências e assédios, que sofrem forte influência das relações de gênero e, conseqüentemente, de poder, como vimos no capítulo anterior ao estudarmos a categoria gênero. Neste capítulo nos preocuparemos então em buscar as definições a respeito de violências, assédio sexual e assédio moral.

3.1 VIOLÊNCIAS

A violência como um fenômeno social está presente em todos os períodos históricos, atingindo o espaço público e o privado. Segundo Minayo (2015, p.13), “de origem latina, o vocábulo vem da palavra vis, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro”. No entanto, segundo a autora, a definição de violência não é tarefa simples, é necessário analisar suas especificidades e sua evolução, já que pode variar conforme a época, local e circunstância.

Minayo (2015) traz fontes explicativas para a violência conforme o ponto de vista filosófico e sociológico:

Tabela 1 – Violência segundo ponto de vista sociológico e filosófico

Violência: 1ª Fonte Sociológica e Filosófica	
<p><u>Violência</u>: Expressão de crises sociais que levam a população mais atingida negativamente à revolta frente à sociedade ou ao Estado que não conseguem lhe dar respostas adequadas. Teorias denominadas de ‘frustração relativa’ que se apoiam nas ideias de que a violência nasce da distância entre expectativas de determinados grupos e a impossibilidade que a sociedade tem de satisfazê-las.</p>	<p><u>Toqueville</u>: Explica a violência do povo na Revolução Francesa como reação a uma situação insuportável.</p> <p><u>Fanon</u>: Justifica a violência como vingança dos pobres e explorados.</p> <p><u>Sorel</u>: Define a violência como o mito necessário para a transformação da sociedade burguesa desigual numa sociedade igualitária de base popular.</p>

	<p><u>Sartre</u>: considera a violência como um fenômeno inevitável no universo da escassez e das necessidades sociais.</p>
Violência: 2ª Fonte Sociológica e Filosófica	
<p><u>Violência</u>: Caráter racional e instrumental que constituiria um meio para atingir fins específicos. Esse grupo tenta explicar como atores excluídos do campo político utilizam a violência para conseguir se manter no palco do poder. Diferentemente das primeiras, que colocam os atores como 'vítimas' ou 'deserdados', esses teóricos consideram a pessoa violenta como um ser consciente que atua no campo de interações.</p>	<p><u>Engels</u>: Valoriza a violência como um acelerador do desenvolvimento econômico.</p> <p><u>Hannah Arendt</u>: Considera a violência como um meio e um instrumento para a conquista do poder. Não confunde poder e violência. Pelo contrário, ressalta que só existe violência quando há incapacidade de argumentação e de convencimento.</p>
Violência: 3ª Fonte Sociológica e Filosófica	
<p><u>Violência</u>: Articulação com a cultura. Na visão desses autores, os conflitos de interesse nas sociedades modernas passaram a ser mediados pelo direito e pela lei; e a comunidade de interesses, pela identidade e pela busca do bem coletivo. Um dos problemas da abordagem culturalista é que ela não inclui as mediações políticas, sociais e subjetivas.</p>	<p><u>Norbert Elias</u>: mostra o papel civilizatório da modernidade, que criou mecanismos de institucionalização e de solução de conflitos, levando os indivíduos a dominarem sua agressividade e suas pulsões violentas.</p> <p><u>Freud</u>: No primeiro momento associa a violência à agressividade instintiva do ser humano, o que o inclinaria a fazer sofrer e a matar seu semelhante. No segundo momento, define violência como instrumento para arbitrar conflitos de interesse, sendo, portanto, um princípio geral da ação humana frente a situações</p>

	<p>competitivas. Já no terceiro momento avança para a ideia de construção de identidade de interesses. É dessa identidade, segundo o autor, que surgem os vínculos emocionais entre os membros da comunidade humana, levando-os a preferirem a civilização, o diálogo e a convivência pacífica, ao uso puro e simples da força física para se imporem.</p>
--	--

Fonte: (Minayo, 2015, p.17-18)

Como a violência faz parte das vivências e das relações sociais, isso se torna um obstáculo para que haja uma definição em específico, levando em conta que envolve uma grande carga emocional, tanto para a vítima como para o agressor. Minayo (2015) ainda destaca a violência interpessoal, que pode ser intrafamiliar, quando ocorre entre os/as membros/as da família, e a violência comunitária, que ocorre no ambiente social, praticada tanto por conhecidos como por desconhecidos. Em suma, para essa autora, “A violência não é uma fatalidade nem uma abstração. Ela ocorre nas microrrelações e no contexto da vida”. (Minayo, 2015, p. 118).

Saffioti (2015) fala da compreensão popular a respeito de violência enquanto único conceito verdadeiro, que seria a “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. (Saffioti, 2015, p. 18).

Utilizamos violências no plural nessa pesquisa para identificar que não existe apenas um tipo de violência, mas existem várias manifestações de atitudes violentas. É importante que possamos identificar as violências em nossa sociedade e as discussões que vem ocorrendo acerca delas. Sendo as mulheres as maiores vítimas de violências, devido a construção das desigualdades que analisamos no capítulo anterior, precisamos identificar os avanços relacionados aos direitos das mulheres, antes negligenciados.

Um grande avanço na luta pelos direitos das mulheres foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida

como Convenção de Belém do Pará, pois ocorreu em 1994 no Estado do Pará, firmada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo um instrumento de proteção a mulher. Foi ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995, e exige a todos os Estados a erradicação da violência contra a mulher, assim como prioriza a segurança, a justiça e a liberdade de padrões estereotipados que tem como base a inferioridade e a subordinação das mulheres. (Brasil, 1996)

Apesar dos avanços com o Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996 (Convenção de Belém do Pará), ainda continuaram os desafios para proteger as mulheres em situação de violência, e mudanças significativas começaram a ocorrer a partir do caso de Maria da Penha.

Maria da Penha Maia Fernandes, nascida em Fortaleza-CE, no dia 1º de fevereiro de 1945 é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977. Em 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antonio Heredia Viveros. No primeiro caso, Marco Antonio deu um tiro nas costas de Maria da Penha enquanto ela dormia. Como resultado dessa agressão, a vítima ficou paraplégica, com outras complicações físicas e traumas psicológicos.

Naquele momento, não ficou clara a autoria dessa tentativa de assassinato, pois a versão contada por Marco Antonio prevaleceu e porque não haviam testemunhas, então Maria da Penha voltou para casa ainda em outubro de 1983. Foi nesse período que aconteceu o segundo caso de tentativa de feminicídio contra ela. Maria da Penha foi mantida em cárcere privado por 15 dias, e além disso, Marco Antonio tentou eletrocutá-la durante o banho. Somente em novembro do mesmo ano, Maria da Penha recebe autorização judicial para deixar a residência com as filhas.

O primeiro depoimento de Maria da Penha ocorreu em janeiro de 1984, quando Marco Antonio passa a ser considerado o único suspeito dos crimes cometidos contra ela. No entanto, Marco Antonio seria detido apenas em junho daquele ano, quando se declarou inocente e foi libertado. O primeiro julgamento ocorreu em 1991, Marco Antonio foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas ficou em liberdade, pois o julgamento foi anulado. Em 1994, Maria da Penha decidiu tornar pública sua história e escreveu

e lançou o livro “Sobrevivi... Posso contar”⁵, e passa a receber apoio de Grupos de Direitos Humanos.

Durante o mês de março de 1996, ocorreu o segundo julgamento de Marco Antonio, quando foi condenado a 10 anos e seis meses. Contudo, ganhou o direito de recorrer em liberdade e a pena acabou sendo reduzida para 8 anos e meio. No mês de agosto de 1998, Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Então, em 2001, após ter recebido quatro ofícios da CIDH/OEA (1998 a 2001) e silenciado diante daquelas denúncias, o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. Em março de 2002, o Brasil se comprometeu em concluir a tramitação do processo e adotar medidas para coibir a violência de gênero. Em outubro, 19 anos e 5 meses após o cometimento do primeiro crime, Marco Antonio é preso enquanto lecionava na Universidade Potiguar em Natal e, enfim, cumpre 16 meses em regime fechado.

A Lei 11.340/2006 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) em 7 de agosto de 2006, e recebe o nome de Maria da Penha Maia Fernandes. O governo do Ceará reconhece a demora do Estado para julgar o caso e punir Marco Antonio, então em julho de 2008 concede uma indenização de R\$ 60 mil a Maria da Penha.

A lei tem o intuito de caracterizar a violência contra a mulher como violação de direitos humanos e possui também caráter educativo e informativo, visando quebrar os paradigmas da subordinação feminina e da supremacia masculina, desnaturalizando a violência.

A violência física pode ser manifestada por meio da prática de atirar objetos, sacudir, apertar os braços, espancamento, estrangulamento, sufocamento, lesões com objetos cortantes, ferimentos causados por queimaduras, etc. Normalmente, é a prática de violência mais fácil de ser identificada, pois em alguns casos ficam marcas

⁵ FERNANDES, Maria da Penha Maia. Sobrevivi.... Posso contar. Fortaleza: Armazém da Cultura, 1994.

pelo corpo. Muitas mulheres sofrem todos os tipos de violências, mas acreditam que não sofrem por não ter violência física.

Já a violência psicológica está caracterizada por ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, insultos ou chantagem. Nem sempre é perceptível, tanto para a pessoa que sofre como para as pessoas de seu convívio. Essa violência causa danos emocionais, abala a autoestima, prejudica em tomada de decisões e muitas vezes leva a duvidar de sua própria sanidade.

A violência sexual ocorre através de estupro, ao impedir o uso de métodos contraceptivos, forçar o aborto, forçar gravidez ou prostituição, limitar ou anular os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, divulgar fotos ou vídeos íntimos.

A violência patrimonial caracteriza-se pela retenção, subtração e destruição parcial ou total de documentos pessoais, bens e objetos pessoais. Acontece também quando existe o controle do dinheiro do casal ou quando o homem se recusa a pagar pensão alimentícia aos/às filhos/as. Estelionato, privar de bens, valores ou recursos econômicos. A violência moral é quando a mulher é acusada de traição, quando são emitidos juízos morais sobre a sua conduta, quando são feitas críticas mentirosas, quando há exposição da vida íntima ou quando ela é desvalorizada pelo seu modo de vestir.

Normalmente essas violências não são perpetradas de maneira isolada, mas praticadas em conjunto e também não são ações isoladas, mas contínuas. “As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral.” (Saffioti, 2015, p. 75).

Além de tipificar os tipos de violências, a lei apresenta o ciclo da violência que foi desenvolvido pela psicóloga norte americana Lenore Walker, em 1979, e exposto de forma didática no Instituto Maria da Penha⁶. Esse ciclo inicia pela fase 1, que é o aumento de tensão no relacionamento, normalmente por coisas pequenas, passa para a fase 2 que é o ato de violência, momento de explosão, até a fase 3, que é o arrependimento, momento que o homem se torna carinhoso e arrependido. Essas fases vão se repetir constantemente.

⁶ Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>
Acesso em 2 de agosto de 2022.

As medidas protetivas também podem ser consideradas um avanço da Lei Maria da Penha e são fundamentais para a proteção da mulher:

As medidas protetivas de urgência são ações necessárias contra as consequências da violência e para evitar prejuízos iminentes. Para tanto oferece condições à vítima de prosseguir com a demanda judicial, de permanecer em seu lar, de exercer o direito de ir e vir, de continuar trabalhando (CFEMEA, 2007, p. 30).

A lei busca dar segurança imediata à mulher agredida, para que esta consiga se sentir mais tranquila para seguir a sua rotina. As medidas não são fixas e podem se adequar conforme as necessidades, podendo inclusive ser alteradas durante os processos. E para garantir de fato a segurança da mulher, o juiz pode inclusive decretar a prisão preventiva do agressor.

Entre as medidas protetivas, está o afastamento do agressor de casa, a proibição dele se aproximar da mulher agredida, a restrição ou proibição de visitas aos filhos e filhas, proibição ou restrição ao uso de armas pelo agressor, restituição de bens subtraídos, depósito de valores correspondentes a danos causados, a obrigação de o agressor prover alimentos provisórios, etc. Já com relação as medidas punitivas, está o agravamento da pena, comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, etc.

As mulheres que sofreram ou sofrem qualquer tipo de violência acabam apresentando muitas marcas pelos abusos sofridos, e dentre essas consequências estão o estresse pós-traumático, abuso de substâncias (drogas e álcool), depressão, ansiedade, tendências suicidas, relações familiares disfuncionais, problemas psicosssexuais, distúrbios alimentares e mudanças de personalidade/variações súbitas de humor.

Outro avanço com relação à legislação é a lei do Feminicídio, Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015. A definição da lei informa que as mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominadas feminicídios ou femicídios.

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (Brasil, 2015, preâmbulo)

Essa lei incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos, o que significa dizer que, por sua gravidade, é tratado de forma mais severa pelo sistema judiciário, o acusado não pode pagar fiança e a pena não pode ser reduzida.

Muitos/as cientistas acreditam que pessoas vítimas de algum tipo de violência irão reproduzir essa violência com outras pessoas, no entanto, Saffioti (2015) relata que nas pesquisas que realizou em quase todas as capitais de estados do Brasil, não identificou nenhum caso de vítima de violência com tendência a reproduzir as violências sofridas. Identificou também que a maioria dos machucados são tratados com êxito, mas que os machucados na alma dificilmente são curados totalmente.

Saffioti (2001) destaca que o conceito de violência de gênero é um conceito amplo e que ele pode englobar mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. O diferencial desse conceito é que ele está diretamente relacionado a um projeto de dominação-exploração, na qual às mulheres restam a exploração, já “a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.” (Saffioti, 2001, p. 115)

A autora complementa afirmando que:

...a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura. (Saffioti, 2015, p. 71)

A partir desse entendimento, a autora destaca a violência familiar, violência intrafamiliar e violência doméstica como modalidades da violência de gênero, que “deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino.” (Saffioti, 2015, p. 81). É possível simplificar o conceito de violência de gênero, levando em consideração as relações de poder que se estabelecem, afirmando que essa violência pode ser definida como a violência contra a mulher (física, psicológica, sexual, patrimonial, etc.), pois está baseada em condutas de gênero.

Outro ponto muito importante trazido por Grossi (1995) é de que em nossa cultura a masculinidade está diretamente relacionada a ser “ativo” sexualmente. E a partir disso certas atitudes e comportamentos são justificados como instinto masculino. Então, além da agressividade compulsória, se compreende o homem como detentor de mais libido e desejos sexuais que a mulher.

Nos casos de violências de homens contra mulheres, como já vimos acima, não são casos pontuais, fazem parte da rotina e da construção da masculinidade que esse homem performa. Segundo Saffioti (2015, p. 68):

As relações violentas devem ser trabalhadas no sentido de se tornarem igualitárias, democráticas, na presença, portanto, ainda que contidas, auto-reprimidas, das antigas. As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima.

Para que seja possível cessar o comportamento violento, é necessário, além do acolhimento da vítima, que seja realizado também um trabalho com o agressor, que precisa ter consciência de suas atitudes para que ocorra uma transformação. No entanto, essa agressividade perpassa por um consentimento social que compreende que o homem deve evidenciar sua força-potência-dominação contra as mulheres, que traz consequências para ambos. (Saffioti, 2015)

Com relação à dominação masculina, Bourdieu (2020) afirma que ela se faz presente em todos os espaços da sociedade e é formada por estruturas que servem de alicerce para essa dominação. A partir desses padrões sociais reproduzidos cotidianamente, o autor apresenta a violência simbólica. Embora algumas mulheres em situação de violência não a identifiquem em um primeiro momento, a violência simbólica é ainda mais invisível, e isso ocorre porque essa violência está carregada de conceitos e valores que foram estabelecidos como parte das estruturas sociais.

3.2 ASSÉDIO MORAL

Quando realizamos a pesquisa bibliográfica sobre a temática assédio moral, percebemos que existem muitas cartilhas que abordam o assédio moral no trabalho, elaboradas por empresas, órgãos governamentais e universidades, o que demonstra a preocupação em estar abordando essa temática e o quanto deve ser recorrente nesses espaços.

Segundo Gonçalves e Oliveira (2017), o assédio moral começou a ser mais debatido e se tornado objeto de estudos quando o mesmo passou a ser relacionado ao sofrimento no ambiente de trabalho no final do século XX. As pesquisas

relacionadas à temática tiveram início por volta dos anos de 1980. O responsável pelas primeiras pesquisas foi o psicólogo Heinz Leymann, também chamado de *mobbing*, ocorre quando a vítima é constantemente criticada, censurada, tem suas atitudes desaprovadas, e etc.

O assédio moral significa:

Uma comunicação hostil e antiética dirigida de forma sistemática em direção a, principalmente, uma pessoa. Estas ações ocorrem muitas vezes (quase todos os dias) e durante um longo período e, por causa dessa frequência e duração, resultam em danos psíquicos, psicossomáticos e sociais. (Gonçalves e Oliveira, 2017, p.26).

Somente no ano de 2000 é que a difusão do tema assédio moral começou a ser aprofundado no Brasil, através da psiquiatra e psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen e de sua obra “Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. ” A brasileira Margarida Barreto realizou nesse mesmo ano uma ampla pesquisa com 97 empresas, atingindo 2072 trabalhadores/as.

Como nos aponta Heloani (2005) o assédio moral é um fenômeno muito antigo no Brasil. Durante o Brasil Colônia, os/as indígenas e os/as negros já sofriam assédio moral por parte dos colonizadores, que os humilhavam por se julgarem superiores. Após esse período e avançando no decurso histórico, quando ocorre ampla reestruturação produtiva, os salários sofrem redução e a condição de trabalho se torna mais precária, tornando um ambiente propício para exigências e comportamentos inadequados.

Todas as linhas de pesquisa concordam que essa conduta é danosa à vítima, mas alguns aspectos relacionados ao assédio moral não são consenso entre os estudiosos/as. Gonçalves e Oliveira (2017) destacam alguns pontos divergentes segundo alguns estudiosos/as:

Tabela 2 – Características Assédio Moral

Tempo e Frequência	
HIRIGOYEN (2008) Independente da frequência e da duração, pois não são esses fatores que vão determinar os danos causados.	LEYMANN (1990, 1996) É necessário um tempo mínimo de duração e uma frequência média.

Poder	
HIRIGOYEN (2008) Fundamental existir um desequilíbrio de poder, a vítima em posição inferior.	(NEALL; TUCKEY, 2014) O desequilíbrio de poder não é central.
Intencionalidade	
HIRIGOYEN (2008) Sempre há uma intenção.	(SOBOLL, 2015) Algumas pessoas não percebem o seu comportamento hostil e agressivo, por isso não haveria intenção.
Classificação de atitudes	
HIRIGOYEN (2015) <ul style="list-style-type: none"> • Dano proposital às condições de trabalho; • Isolamento e exclusão; • Deboche relacionado a características pessoais e profissionais; • Violência verbal, física ou sexual. 	LEYMANN (1990, 1996) <ul style="list-style-type: none"> • Boato, calúnia e exposição ao ridículo; • Censura da comunicação da/com a vítima; • Isolamento; • Impossibilitar de realizar o seu trabalho, não dar mais trabalho e passar tarefas humilhantes; • Violência.

Fonte: (Gonçalves e Oliveira, 2017)

Mesmo havendo alguns pontos de desacordo, podemos concordar que o assédio moral é uma conduta inadequada, em que uma pessoa passa por situações vexatórias, de humilhação, constrangimento, manipulação e abusivas. A vítima de assédio moral pode sentir-se constrangida, rebaixada, inferiorizada, magoada, revoltada, etc

Relacionado ainda à falta de consenso entre os/as estudiosos, Hirigoyen (2008) afirma que não existe um denominador comum, pois esse tema pode ser abordado de diferentes maneiras e isso vai se dar conforme o ponto de vista adotado. Médicos/as, sociólogos/as ou juristas que se interessam pelo tema utilizam linguagem e modo de pensar diferentes.

Vamos enfatizar o conceito de assédio moral conforme a definição de 3 grandes pesquisadores/as:

Tabela 3 – Conceito de Assédio Moral

Conceito de Assédio Moral	
Heyns Leymann (1996)	Assédio moral trata-se de um conceito que se desenvolve em uma situação comunicativa hostil, em que um ou mais indivíduos coagem uma pessoa de tal forma que esta é levada a uma posição de fraqueza psicológica.
Marie-France Hirigoyen (2002)	Assédio moral está ligado a qualquer conduta abusiva em relação a uma pessoa (seja por comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritas) que possa acarretar um dano à sua personalidade à sua dignidade ou mesmo à sua integridade física ou psíquica, podendo acarretar inclusive perda de emprego ou degradação do ambiente de trabalho em que a vítima está inserida.
Margarida Barreto (2000)	Assédio moral ou violência moral no trabalho é a exposição de trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função, de forma repetitiva, caracterizando uma atitude desumana, violenta e antiética nas relações de trabalho, assédio este realizado por um ou mais chefes contra seu subordinado.

Fonte: (Heloani, 2005)

O assédio moral pode possuir algumas divisões hierárquicas, e são elas que vão definir qual é o tipo do assédio, que pode ser: assédio moral vertical descendente, assédio moral vertical ascendente, assédio moral horizontal e assédio moral misto.

Assédio moral vertical descendente é o mais comum, e ocorre quando há pressão e abuso de poder com pessoas que possuem um nível hierárquico maior que a vítima. No trabalho, ocorre quando o/a chefe assedia moralmente seus/suas funcionários/as e dentro do universo escolar ocorre quando o assédio parte de professores/as para com os/as estudantes. Na instituição de ensino, se manifesta com

críticas constantes ao comportamento do/a estudante, tratamento excludente ou discriminatório, critérios não equitativos na correção de atividades, comparar o nível cognitivo, ridicularizar o/a estudante, etc.

No assédio moral vertical ascendente ocorre ao contrário, quando o assediador está em um nível hierárquico inferior, de subordinados/as para com os/as chefes ou com estudantes para com seus/suas professores/as. Pode ser praticado por grupos de funcionários/as ou grupos de estudantes, mas é menos recorrente que o descendente. Ocorre quando o/a estudante é desrespeitoso, sarcástico, quando é realizado um abaixo-assinado para substituição do/a professor/a, etc.

Quando não há relação de hierarquia entre o assediador e a vítima, trata-se de assédio moral horizontal, pode ocorrer entre colegas de trabalho, entre estudantes ou entre professores/as. As características desse assédio são muito próximas do vertical ascendente. O assédio moral misto é praticado com um/a superior hierárquico e um grupo de colegas para com outro colega. Pode ser iniciado pelos/as colegas e ser incentivado por chefia.

O assédio moral pode começar como uma “brincadeira” e ir aumentando a frequência ou a abordagem. A pessoa que sofre assédio pode ter receio de fazer uma denúncia com medo das consequências ou até mesmo por vergonha de tornar as humilhações públicas. O assediador tenta desqualificar a sanidade do/a assediado/a, que não é uma pessoa doente, mas devido aos ataques, pode se tornar.

As pesquisas mostram que estatisticamente as mulheres são as maiores vítimas de assédio moral e também são as que mais procuram ajuda, seja com auxílio de médicos, psicólogos e mesmo no seu ambiente de trabalho. Os homens têm mais dificuldade de externalizar as situações de assédio, pois isso fere a sua identidade de macho e a fragilidade seria uma característica feminina. (Heloani, 2005).

As consequências para quem sofre assédio moral podem ser muito danosas e se manifestar de diversas maneiras. As consequências psicológicas podem causar: culpa, vergonha, rejeição, tristeza, inferioridade e baixa autoestima, irritação, pessimismo, depressão, diminuição da concentração e da capacidade de recordar acontecimentos, cogitação de suicídio. Também podem decorrer consequências físicas, como: distúrbios digestivos, hipertensão, palpitações, tremores, dores generalizadas, alterações da libido, agravamento de doenças preexistentes, alterações no sono, dores de cabeça, estresse. Como também consequências sociais:

falta de vontade de fazer amizades, degradação do relacionamento familiar. E ainda, consequências profissionais: redução da capacidade de concentração e da produtividade, erros no cumprimento das tarefas, intolerância ao ambiente de trabalho e reações às ordens superiores.

3.3 ASSÉDIO SEXUAL

Um grande número de mulheres já passou (ou vai passar) por alguma situação de assédio, seja na rua, na escola, ambiente de trabalho ou mesmo dentro da própria família. São situações constrangedoras e humilhantes que fazem parte da rotina das mulheres. Visando sempre a intimidação e desconforto da mulher, pode ser de forma física, verbal ou não-verbal.

Esses comportamentos intimidadores e desconfortantes podem ocorrer como “conversas indesejadas sobre sexo; anedotas ou expressões com conotações sexuais; contato físico não desejado; solicitação de favores sexuais; pressão para encontros e saídas; exibicionismo, voyeurismo; criação de um ambiente pornográfico”, entre outros comportamentos. (Dias, 2008, p. 13).

Devido à nossa herança patriarcal e toda a construção dessa desigualdade entre homens e mulheres, como vimos anteriormente, muitas dessas condutas assediosas nem sempre são compreendidas como tal.

O uso do termo assédio sexual começou a ser utilizado apenas nos de 1970, inicialmente nos EUA, na Universidade de Cornell, e era considerado como condutas típicas masculinas, sendo muito observadas no ambiente de trabalho. Sua importância maior se deu nos anos de 1980, no campo jurídico, através de Catharine MacKinnon, quando a mesma instituiu o assédio sexual como uma forma de discriminação sexual. Na Europa, a discussão avançou, e em 1987 a Comissão Europeia realizou a publicação do primeiro relatório, escrito por Michael Rubenstein, que considerou como uma conduta verbal ou física ofensiva a vítima e de ciência do autor. (Alemany, 2009).

Vamos elencar alguns conceitos de assédio sexual a partir do momento em que iniciaram os estudos a respeito do tema:

Tabela 4 – Conceito de Assédio Sexual

Conceito de Assédio Sexual	
Farley (1978)	O assédio consiste num comportamento masculino de natureza sexual indesejado e não recíproco. Se recusa a restringir ao mundo do trabalho, pois acredita que se dá na relação de poder entre um homem e uma mulher, sendo possível se manifestar em qualquer situação.
MacKinnon (1979)	O assédio sexual refere-se a uma imposição de exigências sexuais indesejadas, que se desenvolvem no contexto de uma relação de poder desigual.
Benson e Thomson (1982)	Consideram que o assédio sexual é mais do que uma forma de coerção sexual e que só poderá ser devidamente compreendido na confluência das relações de autoridade e do interesse sexual existentes numa sociedade estratificada em função do gênero.
Lafontaine e Tredeau (1986)	O assédio sexual é definido como qualquer ação que ocorre dentro do espaço laboral, em que as mulheres são tratadas como objeto das prerrogativas sexuais do homem.
Stanko (1988)	O assédio sexual é um elemento determinante da segregação feminina no mercado de trabalho.
Koss (1994)	O assédio sexual não tem nada a ver com a sexualidade. Representa, pelo contrário, uma expressão exacerbada do sexismo e uma das formas mais nefastas e sutis de violação das mulheres.
Jaspard (2005)	O assédio sexual está assim ancorado no campo da sedução e da sexualidade; isto é, sobre um modelo que valida e legitima relações desiguais entre homens e mulheres em matéria da sexualidade

Fonte: (Alemany, 2009) e (Dias, 2008)

Pelos conceitos acima citados, percebemos que o assédio sexual, para algumas autoras, estava diretamente relacionado ao mundo do trabalho, mas outras autoras já começavam a identificar que embora estivesse muito presente no mundo do trabalho, não estava restrito a esse espaço, pois estava muito mais relacionado a relação de poder entre homens e mulheres do que o local que ocorria.

Algumas pesquisas apontam que as mulheres com nível de instrução e hierárquico maior que os homens tem chances de sofrerem assédio sexual porque os

homens confundem o poder que elas possuem com certa disponibilidade sexual. Já outras pesquisas apontam que mulheres que teriam mais risco de sofrer assédio sexual seriam as que fazem parte de minorias (étnicas, sociais, etc), que tem um nível de instrução mais baixo, que são muito jovens, divorciadas, etc. Ou seja, qualquer mulher tem probabilidade de sofrer assédio sexual, independentemente de qualquer característica ou de qualquer fator.

Acreditamos que o fundamental é pensar no assédio sexual sofrido pelas mulheres diretamente relacionado a relação de poder. “O assédio sexual partilha algumas semelhanças com outras formas de violência praticadas contra as mulheres. Em primeiro lugar, é uma forma de exercer poder e controle. ” (Dias, 2008, p. 17). Sendo o sexo utilizado como ferramenta para exercer esse poder, e “ao privilegiar o desejo sexual do homem sobre as necessidades da mulher, o assédio sexual sustenta a dominância masculina e a subordinação feminina. ” (Dias, 2008, p. 18).

Apesar de ocorrer em todos os espaços, “ o risco de vir a ser vítima de assédio sexual aumenta, de igual modo, para as mulheres que trabalham em organizações que promovem culturas de gênero discriminatórias e em que os trabalhadores são majoritariamente do sexo masculino ou este é prevacente na estrutura hierárquica. ” (Dias, 2008, p. 15). Isso se deve porque em espaços em que são reproduzidos estereótipos de gênero e culturas machistas, as atitudes e comportamentos assediosos acabam sendo normalizados.

Da mesma forma que não existe apenas uma forma de assédio, não existe um perfil específico para o assediador, ele pode inclusive ter comportamentos que levem a crer que não seria capaz de ser um assediador. Espaços que promovam a desigualdade de gênero são mais propícios para que ocorram assédio, assim como as mulheres que lutam para a equidade de direitos possam se sentir mais lesadas que as mulheres tradicionalistas. Quando há uma relação de confiança entre a vítima e o assediador, o sentimento de violação pode se tornar ainda maior, sendo um colega de trabalho, chefe, mentor espiritual, médico, etc. (Dias, 2008)

Como não existe um perfil para identificar de forma clara o assediador, muitas mulheres são desacreditadas, o que leva tantas outras a não denunciarem ou a acreditarem que o assédio sexual deve ser algo estritamente do campo privado. É fundamental destacar que o assédio constitui mais um fenômeno estrutural do que um desvio do comportamento individual. ” (Dias, 2008, p. 19). Sendo assim, é fundamental

levar essa discussão a todos os espaços, para que as mulheres possam identificar esses comportamentos e os homens possam refletir sobre suas atitudes.

É difícil identificar de forma clara os efeitos causados às mulheres que passaram por alguma situação de assédio sexual, pois são afetadas psicologicamente e emocionalmente. Pode ocasionar depressão, ansiedade, desânimo, comportamentos autodestrutivos, afetar a autoestima e a autoconfiança, etc. “De uma forma geral, o assédio sexual é psicológica e emocionalmente perturbador para as vítimas. É sentido como uma perda da dignidade e da confiança dos outros.” (Dias, 2008, p. 16).

O assédio sexual não é uma prática nova no Brasil, já percebemos essa prática entre as mulheres escravizadas, quando abordamos a construção das desigualdades de gênero. Com o passar dos anos e com as mulheres ocupando outros espaços em nossa sociedade, essa prática se tornou mais comum.

Muitas vezes o assédio sexual vem justificado como uma cantada, no entanto, existe uma grande diferença entre assédio e cantada. Durante a cantada, são feitos elogios com o intuito de envolver, com um toque de sedução, enquanto o assédio vem sempre carregado de um castigo caso as investidas não sejam aceitas. “O assediador sexual se utiliza de revistas ou publicações pornográficas, gestos e palavras obscenas, insinuações de humor duvidoso, propostas de erotismo sujo”. (Freitas, 1996, p.8)

Como foi possível identificar, o assédio sexual não está relacionado a nenhum jogo de sedução entre um homem e uma mulher, mas sim com um jogo de poder. “No caso do assédio sexual, ele encontra-se profundamente ancorado nas construções socioculturais sobre o gênero e a heterossexualidade, as quais promovem a dominação masculina e a ausência de paridade entre os sexos.” (Dias, 2008, p. 20).

Compreendemos que essa relação que leva ao assédio sexual é estrutural em nossa sociedade, mas com relação a legislação podemos identificar uma evolução com a Lei nº 10.124 de 15 de maio de 2001, que altera o Decreto Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre o crime de assédio sexual. Conforme o Artigo 216-A, o assédio sexual está caracterizado como uma conduta que leva ao constrangimento, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, utilizando de uma posição de superior hierárquico.

É possível identificar dois tipos de assédio sexual, sendo eles por chantagem ou intimidação. O assédio sexual por chantagem ocorre quando se exige que a investida seja aceita em troca de benefícios ou para não haver prejuízos. O assédio sexual por intimidação ou ambiental são provocações sexuais inoportunas no ambiente de trabalho, que podem ocorrer de maneira individual ou em grupo.

Assédio sexual também pode ser vertical ou horizontal. No Assédio Sexual Vertical, o assediador está em um nível hierárquico maior que a vítima, pode ocorrer entre professor/a x estudante, chefe x funcionário/a. Assédio Sexual Horizontal não há relação de hierarquia entre assediador e a vítima, pode correr entre estudantes, entre professores/as e entre funcionários/as.

Importante salientar que a legislação se refere ao ambiente de trabalho, mas sabemos que o assédio sexual não se restringe a esse ambiente, sendo esse um problema estrutural que está presente em todos os espaços.

Analisando a percepção dos/as estudantes a respeito de violências e assédios em instituições de ensino, foi realizada pesquisa pela Data Popular e Instituto Avon, em 2015, com 1823 universitários/as, em todo o Brasil. A pesquisa aponta que embora a escola/universidade devesse ser um espaço de acolhimento e segurança, é um espaço que gera medo em muitas mulheres devido a locais mal iluminados, falta de segurança e principalmente a exposição de comportamentos machistas e a violência de gênero.

As violências analisadas na pesquisa foram: assédio sexual, coerção, violência sexual, violência física, desqualificação intelectual e assédio moral. Entre as alunas entrevistadas, 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário, e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer assédio ou violência.

Foi identificado que os homens ainda não reconhecem muitas das violências que acontecem nesses espaços. Para 27% dos estudantes, abusar da garota quando ela estiver bêbada não é violência, para 35% dos estudantes não é violência coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles e leilões, e 31% não consideram violência repassar vídeos ou fotos das colegas sem autorização.

Não identificar atitudes assediosas e violentas ocorre entre os homens e entre as mulheres, o que seria explicado por todos os comportamentos que já citamos anteriormente na construção das desigualdades. Na pesquisa, apenas 10% das

mulheres alegaram ter sofrido assédio/violência, mas quando foi apresentado uma lista do que pode ser considerado violência ou assédio, o número subiu para 67%. O mesmo aconteceu entre os homens, somente 2% admitiu espontaneamente ter praticado alguma violência ou assédio, mas quando receberam a lista, o número subiu para 38%.

Com relação ao assédio sexual, 73% dos/as estudantes tem conhecimento de algum caso sofrido por uma mulher, sendo que 56% das mulheres alegaram ter sofrido e apenas 26% dos homens informaram que cometeram. Assim como em outras pesquisas apresentadas nesse trabalho, o número de assédios sofridos não corresponde ao número de homens que informou ter cometido.

O assédio moral, apresentado nessa pesquisa na forma de coerção, também está presente nas estatísticas e na incompatibilidade de números, sendo que 32% dos/as estudantes conhecem algum caso de coerção praticada contra uma mulher, 18% das mulheres alegaram ter sofrido e 12% dos homens informaram que cometeram.

Conforme já foi observado em outras pesquisas apresentadas nesse trabalho, a maioria das mulheres que sofreram algum tipo de violência ou assédio não tomam nenhuma atitude, e 63% das mulheres admitiram não ter reagido.

A partir do conhecimento aprendido nesse capítulo a respeito de violências, assédio sexual e assédio moral, iremos localizar as temáticas no *lócus* de nossa pesquisa, que é a educação profissional e tecnológica, utilizando o recorte de gênero.

Essa abordagem é cada vez mais urgente no recorte, como corrobora a reportagem “Mulheres e meninas sofrem assédios constantes em Institutos Federais⁷”, publicada em 26 de junho de 2024. Samira Prestes relata que nos Institutos Federais do Distrito Federal é muito alto o índice de assédios, somados a outras violências. O acolhimento às vítimas é totalmente inadequado, chegam fragilizadas e acabam sendo revitimizadas. Torna-se impossível conviver diariamente com o abusador e reviver constantemente os traumas, restando como única alternativa a evasão escolar. Em 2022, estudantes do IFG – Águas Lindas mobilizaram o câmpus com denúncias de assédio e foram ameaçadas de expulsão. A solução seria a organização dos/as

⁷ Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/06/assedio-de-mulheres-e-meninas-em-institutos-federais/>

estudantes, lutar pela implantação de políticas públicas de acolhimento às vítimas, promoção de rodas de conversa e debates sobre o tema.

No próximo capítulo, ao analisarmos a educação profissional e tecnológica, procuramos destacar os marcadores sociais de gênero, e a partir disso compreender o que vem sendo debatido e abordado nos Institutos Federais e no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

4 EPT E O DEBATE DE GÊNERO

4.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A presente pesquisa ocorre no contexto da educação profissional e tecnológica, por esse motivo se faz necessário uma breve contextualização a respeito da mesma.

A educação profissional e tecnológica é uma modalidade de educação responsável pela formação plena e integral dos indivíduos, assim como “a produção de conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, com vistas a integração do campo do Trabalho, da Ciência, da Cultura e da Tecnologia” (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018, p. 3).

A importância da educação e do trabalho é apresentada por Saviani (2007), assim como destacada por ser uma atividade exclusivamente humana e de fundamental importância para sua existência. O homem⁸ torna-se homem produzindo a sua existência através do trabalho, ao contrário dos animais que se adaptam à natureza. Dessa forma é criada pelo homem uma identidade através do trabalho desenvolvido. No entanto, ao longo dos anos vai se desenvolvendo uma diferenciação entre educação e trabalho nas sociedades feudal e escravista, avançando na sociedade capitalista. Essa diferenciação fica nítida quando acompanhamos como se desenvolveu a história da educação profissional e tecnológica no Brasil.

A história da educação profissional e tecnológica é marcada por muitos capítulos e mudanças que foram construindo o modelo que está em vigência hoje, sendo fundamental compreender um pouco dessa trajetória para que se entenda o espaço que ocupa hoje em nossa sociedade.

A educação profissional se estabeleceu no Brasil oficialmente a partir do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, que tinha como intuito ajudar as classes proletárias a vencer as adversidades vividas, e “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os

⁸ Saviani usa a palavra “homem”, assim como Marx também o faz em sua vasta obra, referindo-se não exclusivamente ao sexo/gênero masculino, mas no sentido de pessoa humana.

afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime.” (Brasil, 1909). Foram criadas dezenove escolas em várias unidades da Federação, que vieram para suprir carências nos campos da agricultura e indústria.

Ramos (2014) aponta que antes desse decreto houve outras iniciativas para instituir a educação profissional no Brasil, como a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, em 1809. Destacando que vinham para atender crianças pobres, órfãos e abandonados, reforçando assim o caráter assistencialista.

Já com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices tornaram-se Liceus, sendo que os “novos lyceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do País.” (Brasil, 1937). O ensino técnico, profissional e industrial pela primeira vez está presente na Constituição Federal, ressaltando como dever do Estado.

Durante o ano de 1942, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, realizou várias reformas na educação do país através de decretos-leis. Essas leis ficaram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino e as reformas como Reforma Capanema. Segundo Ramos (2014, p.26), a Lei Orgânica do Ensino Secundário “acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Predominava a função propedêutica voltada para o ensino superior, sob a égide de uma Constituição (1937) que fortaleceu o ensino privado”. Esse conjunto de leis também regulamentou a educação profissional.

De acordo com o cenário de crescente industrialização da época, se fazia necessário a qualificação da mão de obra para atuar nesse mercado, dessa forma o ensino técnico vai recebendo maior proporção. Em 1959, a Lei nº 3552 de 16 de fevereiro, determina uma nova organização escolar e administrativa para o ensino industrial. Em seguida, as Escolas Industriais e Técnicas tornam-se autarquias e passam a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais. (Ramos, 2014)

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, foi importante para a educação profissional, pois trouxe a equivalência com o ensino médio, permitindo assim o acesso ao ensino superior. (Ramos, 2014). Com a Lei nº 6545 de 30 de junho de 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9396, tratando a educação profissional como uma modalidade de ensino, com capítulo específico.

Após alguns anos se moldando, uma transformação mais significativa na oferta da educação profissional e tecnológica irá ocorrer com a Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, altera os dispositivos da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, e “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. (Brasil, 2008).

Uma análise mais completa da educação profissional e tecnológica no Brasil na atualidade é possível ser observada no 1º Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica – Ano base 2019, desenvolvido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação (Setec/MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São apresentados dados de 2015 a 2019, englobando cursos de qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação.

No período entre 2015 e 2019, o maior número de matrículas ocorreu nos cursos técnicos de nível médio, que apresentou um crescimento de 3%. Na região sul, podemos observar a forte presença da educação profissional e tecnológica, pois o percentual de matrículas nos cursos técnicos (17%) é maior que o percentual da população (14%). A forte presença da educação profissional e tecnológica na região tem grande impacto quando identificamos que ela reproduz estereótipos de papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres, já que fica claro no anuário que a grande porcentagem das mulheres na EPT se deve ao curso técnico de enfermagem.

Embora muito já se tenha avançado com relação às desigualdades de gênero no mundo do trabalho, ainda é comum essa categoria ser de fundamental relevância na escolha da profissão, assim como no desempenho das funções e remuneração. Na educação profissional, tem aumentado a participação feminina nos cursos técnicos progressivamente, mas existem vários fatores que ainda dificultam o acesso e permanência das mulheres.

As dificuldades encontradas pelas mulheres na permanência na educação profissional e tecnológica ficaram muito perceptíveis na pesquisa realizada por Incerti e Casagrande (2021), quando as autoras pesquisaram a participação feminina nos cursos Técnico em Mecânica e Técnico em Processos Fotográficos, do Instituto Federal do Paraná, Campus Curitiba.

Segundo as autoras, “a partir dos relatos das/os entrevistadas/os, observamos, tanto nas relações entre colegas, quanto nos discursos propagados por professoras/es em sala de aula, que as situações de desigualdade de gênero são realidade no IFPR.” (Incerti e Casagrande, 2021, p. 16). As falas das alunas trazem relatos de momentos em que são motivos de piadas pelos colegas homens, como se não fossem capazes de realizar as mesmas tarefas que eles e por parte dos professores quando tentam “poupá-las” de algumas tarefas por considerarem mais frágeis.

4.2 ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO E ASSÉDIO NA EPT

Buscando informações sobre pesquisas recentes relacionadas à temática escolhida, realizamos levantamento das produções acadêmicas que abordam o objeto da pesquisa, focando nos temas assédio e educação profissional e tecnológica. Esse levantamento buscou aprofundar o referencial teórico dessa pesquisa, assim como apoiar a realização do produto educacional. Foram pesquisadas a Base de Dados CAPES, Periódicos CAPES, da *SciELO* e da base de dados do *Google Scholar*.

Ao utilizar os descritores “educação profissional” e “assédio”, não foi localizado nenhum resultado nos Periódicos CAPES e nenhum resultado na *SciELO*. Na base de dados do *Google Scholar* foram localizados 651 resultados, mas nenhum abordava diretamente as temáticas assédio e educação profissional. Realizamos uma análise desses resultados com as temáticas que se aproximam da temática central desse projeto, em contexto de educação profissional e tecnológica.

Tabela 5 – Descritores “Educação Profissional” e “Assédio” – *Google Scholar*

Título	Tipo	Autor/a	Ano
Pesquisas sobre violência de gênero na educação profissional brasileira e francesa: um estado do conhecimento	Artigo	COSTA LIMA NETO THOMAS	2022
Trajetórias juvenis e violências de gênero: um olhar sobre jovens-alunas e suas experiências no ambiente escolar e acadêmico	Artigo	SAUERESSIG PRATES	2021
Gênero e diversidade: estado da arte das ações de ensino, pesquisa e extensão no IFRS	Artigo	ESTEVES PRESTES	2021
É pra falar de gênero sim: considerações teóricas e práticas sobre a importância de uma educação antissexista nos institutos federais.	Artigo	PEREIRA BARROS FONSECA	2021
A mulher no mundo do trabalho: a escolha do curso “masculino” e a inserção no estágio	Artigo	CERQUEIRA PONTE MELO	2021
Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres	Artigo	SANTOS SANTOS NERY	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Costa, Lima Neto e Thomas (2022) realizaram um mapeamento das pesquisas que abordam violência de gênero na educação profissional no Brasil e na França, levando em consideração as semelhanças da EPT nos dois países. Para a realização desse estado do conhecimento foram rastreadas teses, sendo

encontradas quatro teses na França e apenas uma no Brasil, ficando evidente a carência de pesquisas na área. No entanto, foram encontradas pesquisas com os seguintes temas: a divisão sexual no itinerário escolar, a reprodução dos estereótipos de gênero, a invisibilidade do sofrimento psíquico, as estratégias de anular a participação feminina em cursos predominantemente masculinos, as táticas de enfrentamento de estudantes de cursos técnicos.

Saueressig e Prates (2021) trazem em sua pesquisa o relato de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), tendo como foco a tríade: educação, trabalho e violência contra a mulher. As autoras compreendem a educação profissional e tecnológica como um espaço propício para a reprodução das desigualdades de gênero, visto que existe uma união entre educação, trabalho e tecnologia, que são áreas consideradas socialmente como masculinas. Continuam afirmando que uma das maiores desigualdades presentes no cotidiano dos/as jovens está diretamente relacionada às relações de gênero. Ao abordar as desigualdades de gênero no trabalho, as autoras entram na temática foco dessa pesquisa que é o assédio, em particular o assédio sexual. Utilizando como base Andrade; Assis (2018) e Dias (2008), afirmam que o assédio sexual está baseado no papel de submissão da mulher em relação ao homem, herdado do sistema patriarcal. Quando ocorre dentro do ambiente de trabalho (ou educacional), é carregado de intimidação, humilhação e hostilidade, visando infringir a integridade física e moral da mulher. Pode ocorrer na forma de piadas, expressões de cunho sexual, convites insistentes, chantagens e muitas vezes nem são entendidos como assédio sexual, devido à cultura machista em que vivemos.

É possível afirmar que “o assédio sexual é um comportamento normatizado numa sociedade em que há a prevalência de uma cultura de violência, onde as relações de gênero são construídas sob a intersecção do sexo e do poder” (Saueressig e Prates, 2021, p. 10). Ainda segundo as autoras, o assédio tem sido tema de muitas discussões e de vários movimentos, no entanto, ainda está muito presente em todos os ambientes. Na pesquisa realizada com as estudantes do IFSul, elas relatam situações que ocorrem com docentes, em que escutam piadas e comentários machistas, mas silenciam, devido ao poder e a hierarquia que existe nas relações. As autoras ainda fazem questão de ressaltar que “a reprodução de

comportamentos violentos não ocorre de forma individualizada, mas coletiva e recorrente” (Saueressig e Prates, 2021, p. 18).

O artigo escrito por Esteves e Prestes (2021) apresenta pesquisa que buscou mapear o estado da arte relacionado a propostas de ensino, pesquisa e extensão com as temáticas de gênero e sexualidade no contexto da educação profissional e tecnológica, mais especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Após a implantação das Políticas de Ações Afirmativas através da Portaria nº249 de 04/06/12, foi implantado, em 2014, os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), que vinham para atender essas demandas, tendo como base as diretrizes da educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2012) e as diretrizes para a educação em direitos humanos (Brasil, 2012). As pesquisas nessa área dentro do IFRS ainda são em número reduzido, no entanto, vem crescendo ao longo dos anos. Em nenhuma das pesquisas foi localizado relação com a temática de assédio, mas foi citado pelas autoras a aprovação da Resolução CONSUP nº.42/2020 (IFRS/2020) que institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS, cujo objetivo é proporcionar mecanismos de acolhimento, prevenção e resolução no contexto institucional.

Pereira, Barros e Fonseca (2021) trazem em sua pesquisa a experiência que vem ocorrendo no Instituto Federal Fluminense com a criação do Núcleo de Estudos de Gênero, Diversidade e Sexualidade (NUGEDIS), que procura articular o ensino, pesquisa e extensão. Com auxílio de coordenadores/as, colaboradores/as e bolsistas, o núcleo busca um trabalho transdisciplinar, viabilizando eventos, palestras, debates, oficinas, rodas de conversa e intervenções artísticas. Dentre as discussões de gênero e sexualidade, são abordadas as temáticas de assédio sexual, violência contra as mulheres, pressão estética, masculinidade tóxica, discriminação, interseccionalidade entre gênero, raça e classe, etc.

Destacando que vivemos em uma sociedade machista e patriarcal, em que as mulheres vivenciam discriminação, exclusão e todos os tipos de violência, se faz urgente uma educação antissexista em todas as instituições de ensino. Em síntese, “uma educação antissexista em todo o ensino público, especialmente em um país como o nosso, é fundamental para superarmos as injustiças sociais acachapantes do

Brasil e a violência econômica, física e simbólica baseadas no gênero” (Pereira, Barros e Fonseca, 2021, p. 9).

As autoras relatam alguns projetos que foram desenvolvidos pelo NUGEDIS no ano de 2020 de forma remota, devido à pandemia da COVID-19, e reiteram a necessidade de que mais projetos sejam desenvolvidos, posto que:

A multiplicação de projetos nessa mesma linha, reitera a necessidade não só de discutir gênero na escola, mas de defender a necessidade de uma educação antissexista, em consonância com a própria LDB, que tem como princípios a tolerância, a liberdade e a pluralidade de ideias. (Pereira, Barros e Fonseca, 2021, p. 9).

Fica evidente a preocupação do núcleo e da instituição com as temáticas que envolvem essa pesquisa, e embora não esteja detalhado nenhum trabalho sobre assédio sexual, ficou posto que é uma das temáticas abordadas na instituição.

Cerqueira, Pontes e Melo (2021) realizaram sua pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) – Campus São Miguel dos Campos, no curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, focando nas questões de gênero, ensino e trabalho. O objetivo da pesquisa foi identificar os motivos que levaram as estudantes à escolha do curso e as dificuldades encontradas durante visita técnica e estágio. Participaram, ao todo, 25 estudantes concluintes do curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, sendo que grande parte identificou o estágio como uma das maiores dificuldades, já que os professores não faziam questão de levar as estudantes a campo, informando não ser seguro para as mesmas. E mesmo algumas estudantes que conseguiram realizar o estágio identificaram não se sentirem seguras, devido ao local afastado da fábrica (ou indústria) ou mesmo pela atitude dos trabalhadores, com medo de sofrer algum tipo de assédio ou violência. As autoras corroboram o medo sofrido por algumas estudantes:

Os crimes sexuais (abuso, assédio, estupro etc.) são uma realidade perversa, minimizada, subnotificada, relativizada e, infelizmente, crescente em nosso país e em nossa região. A transformação da vítima em ré, em função de pré-julgamentos, também acontece com muita frequência. Pela natureza do delito, muitas vezes o silêncio gera a impunidade e a repetição dos atos transgressores (Cerqueira, Pontes e Melo 2021, p. 9)

Ou seja, sendo o assédio uma realidade constante em nossa sociedade, principalmente sofrido pelas mulheres, o receio das estudantes é justificado. E mesmo não sendo a temática geral da pesquisa realizada, o assédio é o ponto crucial para o resultado da pesquisa. Cerqueira, Pontes e Melo (2021) concluem que é de suma importância o debate de gênero na EPT para promoção do pensamento crítica de toda a comunidade e fortalecimento da equidade de gênero.

Diferente de outras pesquisas que apontam o crescimento constante (e até a predominância) de mulheres na EPT, a pesquisa realizada por Santos, Santos e Nery (2020) realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS, informa que nessa instituição ainda é pequena a participação de mulheres, principalmente na área de indústria e informática. Os autores apontam na pesquisa a necessidade dos estudos de gênero na EPT e que na última década o IFS tem procurado, através de projetos de pesquisa e extensão financiados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), promover discussões sobre os estudos de gênero, principalmente com foco nas temáticas: violência contra a mulher, assédio moral, assédio sexual e sobre as mulheres no mundo das ciências e do trabalho. Embora citem essas propostas durante a pesquisa, não foi possível identificar quais seriam essas ações e de que forma ocorre essa abordagem. A pesquisa aborda a presença da mulher no mundo do trabalho e traz dados da presença feminina no IFS.

Em busca de mais base para fundamentar a pesquisa, foi realizada nova busca com os descritores “educação profissional” e “violência de gênero”, todavia não foi localizado nenhum resultado nos Periódicos CAPES e nenhum resultado na *SciELO*. Na base de dados do *Google Scholar* foram localizados 891 resultados, no entanto, vários resultados foram os mesmos já apresentados na busca que utilizou o descritor “assédio”. Selecionamos, então, dois artigos que faziam alguma referência ao tema pesquisado.

Tabela 6 – Descritores Educação Profissional e Violência de gênero – *Google Scholar*

Título	Tipo	Autor/a	Ano
O núcleo de estudos sobre gênero de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul:	Artigo	FIORAVANTI BRANCHER	2022

um espaço de resistência na Educação Profissional e Tecnológica.				
É possível estudar gênero no ensino técnico e tecnológico? Experiências de um laboratório em prol de equidade no IFMA campus Pedreiras.	Artigo	SANTOS		2022

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O artigo escrito por Fioravanti e Brancher (2022) faz parte do recorte de pesquisa de mestrado realizado no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, intitulada “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da criação dos núcleos de gênero e diversidade sexual”. As autoras trazem os seguintes núcleos: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade (NEPGs) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha (IFFar). Não localizam em nenhum dos núcleos nada que contribuísse para o acolhimento das vítimas de violência, no entanto é uma das finalidades do NEPGs atuar no combate às formas de violência de gênero e sexual. Para a pesquisa foram entrevistadas nove coordenadoras de núcleos, mantendo o anonimato.

Quatro das entrevistadas acreditam que a criação do núcleo se deu por determinação do Ministério da Educação e não pelo entendimento da real necessidade. Todas afirmaram que embora não esteja implícito nos documentos oficiais, o núcleo trabalha as temáticas de violência de gênero e assédio. Mais de uma entrevistada afirmou ter conhecimento de casos de assédio sexual em sua instituição, e uma delas relatou que o TAE (técnico administrativo pedagógico) que assediou algumas estudantes sofreu um PAD (Processo administrativo), mas continua trabalhando na instituição. Após o relato de todas as ações dos núcleos, se concluiu que tem contribuído em alguma medida para o enfrentamento as violências na instituição, embora nem sempre receba incentivo financeiro e humano necessário para se manter.

A pesquisa de Santos (2022) traz a experiência do Laboratório de Estudos de Gênero (LEGIP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus Pedreiras, que foi formado através de demandas trazidas pelos/as próprios/as estudantes com relação as temáticas de gênero. O projeto tem como foco reunir ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo materiais que abordem preconceito de gênero, violências, assédio, machismo, homofobia, sexualidade, identidades, corpo, entre outros temas da área de gênero. A autora relata vários projetos que já foram implantados pelo núcleo e cita que o assédio só irá acabar quando patriarcado e machismo forem debatidos.

Essa busca do estado da arte provou que pouco tem se debatido e trabalhado especificamente sobre assédio sexual nos institutos federais, no entanto foi possível ter acesso a vários institutos que estão inserindo a temática, através dos estudos de gênero, e compreendendo a importância dessa temática dentro da instituição, mesmo que a motivação seja para cumprir ordens do Ministério Público.

Ampliando a busca por pesquisas que abordem assédio na educação, optamos por excluir o descritor “profissional” e utilizar apenas “educação e “assédio”. Com esses descritores na *SciELO* foram localizados 39 resultados, que com o filtro idioma caiu para 21. Após a leitura dos resumos se verificou que nenhum dos resultados era relevante para essa pesquisa. Utilizando então os descritores “educação” e “assédio sexual”, foram obtidos 4 resultados, dentre os quais apenas um abordava o assédio sexual, no entanto se referia ao assédio sexual sofrido por mulheres praticantes de musculação. Na base de dados dos Periódicos CAPES, utilizamos os mesmos descritores “educação” e “assédio” e foram obtidos 64 resultados, após a utilização do filtro idioma Português e artigos, o resultado caiu para 33. Novamente nenhuma das pesquisas estava relacionada ao tema procurado.

4.3 DEBATE DE GÊNERO E ASSÉDIO NO PROFEPT

Buscando identificar como vem ocorrendo os debates de gênero dentro do programa de mestrado em educação profissional, realizamos uma busca nas

dissertações e produtos educacionais realizados entre os anos de 2018 a 2023 no site ProfEPT⁹, utilizando como identificador de busca o assunto gênero.

Tabela 7 – Dissertações ProfEPT – Descritor “Gênero”

Ano Defesa	Mestranda/o	IF	Dissertação	Produto Educativo
2019	Maria Do Carmo Conopca	IFES	Caminhos da Gestão: o nome social como ferramenta para a Identidade de gênero dos discentes transexuais na Educação Profissional e Tecnológica do IFES – campus Colatina a partir do Decreto 8.727/2016	Cartilha no formato Cordel “O menino que nasceu aos quinze anos” Minuta de Regulamentação visando aos encaminhamentos para a criação do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (Negex) do Campus Colatina
2019	Ivan Pedroso	IFSP	Educação Profissional e Tecnológica, Gênero e Sexualidade: uma sequência didática para o Ensino Médio Integrado	Sequência Didática Discriminações e violências de gênero e sexuais: conhecer,

⁹ Disponível em: <https://profepi.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>

				combater e superar
2019	Ieda Fraga Santos	IFS	Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade	Jogo digital educativo CieM – Ciência e Mulheres
2019	Arthur Felipe Kinzel Fauth	IFSul	Gênero e Sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade	Guia Sugestões de Oficinas sobre Gênero e Sexualidade
2020	Julia de Souza Lopes Basso	IFRO	Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica do IFRO: o que compreendem, expressam e sugerem acerca das relações de gênero	Manual de orientações sobre gênero e diversidade sexual
2020	Ana Paula Quintino Rocha	IFNMG	Educação, Gênero e Cidadania: a formação para a diversidade no Ensino Médio Integrado ao técnico	Cartilha Cidadania e Diversidade: Dialogando com as transformações.

			da Educação Profissional e Tecnológica	
2020	Roni de Mello Peronio	IFFAR	Uma intervenção pedagógica que vise a igualdade de gênero no mundo do trabalho para os cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação Farroupilha (IFFAR)	<i>E-book:</i> Intervenção Pedagógica: Uma abordagem dialógica sobre a Divisão Sexual do Trabalho
2020	Gislaine Gabriele Saueressig	IFSul	Relações de Gênero na Educação Profissional Tecnológica: Mapeamento das violências sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul do IFSul	Vídeo Informativo
2020	Débora Lins Epaminondas	IFPB	“O nó de Górdio” : regimes de verdade sobre o sistema sexo-gênero no ensino de história	Sequência Didática
2020	Ivanildo Alves de Lima Júnior	IFPE	Núcleo de Gênero e Diversidade e a população	Guia de Acolhimento às

			LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	pessoas LGBTQIA+
2020	Johana de Angelis Cavalcanti de Morais	IFPE	Gênero e Diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na Educação Profissional e os desafios no mundo do trabalho	Cartilha de Atividades LGBTI+
2020	Milene Soares de Medeiros	IFS	Educação profissional e gênero: o mundo do trabalho sob a perspectiva dos/das estudantes LGBT do IFS	Documentário LGBT e Trabalho: Uma jornada de conquista e liberdade
2020	Cristina Ferreira de Sá	IFMT	Educação Física e Gênero: estudo sobre a participação feminina nas aulas de educação física em cursos técnicos integrados ao	História em Quadrinhos em mangá japonês

			Ensino Médio da Educação Profissional e Tecnológica	
2020	Robelania dos Santos Gemaque	IFPA	“Professora, o quê que eu sou?”: Gênero, sexualidade e trabalho no Ensino Médio Integrado	História em quadrinhos: Gênero, sexualidade e trabalho no Ensino Médio Integrado
2020	Erika Fabiola de Araujo Ribeiro e Albuquerque	IFCE	Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus de Fortaleza	Proposta de intervenção: Plano de prevenção e enfrentamento a transfobia no IFCE.
2021	Claudilena Corrêa Araújo	IFMA	A feminização do magistério na educação profissional e tecnológica: o ressoar das vozes das mulheres – professoras do IFMA	Proposta Didática para Estudo de Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT

2021	Roberto Idalino Barros	IFAL	Identidades LGBTQIA+ silenciadas: Rodas de conversas sobre Diversidade sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio	Rodas de conversa: diálogo com a diversidade sexual e de gênero na escola
2021	Michele Rodrigues Teixeira	IFSP	Discutindo Gênero e Sexualidade por meio de histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos: um caminho para a formação integral	Sequência Didática Discutindo Gênero e Sexualidade por meio de HQ's e Jogos Eletrônicos: um guia didático-prático para educadores
2021	Juliana de Carvalho Castro	IFRJ	É de menino ou de menina? Questões de gênero na formação de professores em nível médio técnico	Sequência Didática É de menino ou de menina?
2021	Laila Caroline Pereira	IFSC	Equidade de Gênero e Empoderamento feminino em ambientes corporativos: um estudo de caso de	Sequência Didática

			uma empresa de Santa Catarina	
2022	Juliane Aparecida Matos Costa	IFPR	Um olhar de gênero sobre as edições da Revista eu sei tudo (1917 a 1958): costumes tradicionais	<i>E-book</i>
2022	Tábata dos Santos Fioravanti	IFFar	Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual	Curso de Formação Continuada: Violência de Gênero na EPT
2022	Lindinalva da Silva Santos	IFAL	A presença da temática gênero na formação do profissional técnico de nível médio	Livro: Percorrendo a história da educação profissional e tecnológica no Brasil: um olhar de gênero
2023	Paulo Rogério Caldeira dos Santos	IFFar	Representações sobre a LGBTfobia, uma análise das concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)	Manual: Vamos falar sobre gênero e diversidade

2023	Marcia Pereira da Silva	IFPA	Relações de gênero: trajetórias de meninas do Ensino Médio Integrado	Cartilha Informativa de enfrentamento ao machismo
2023	Andrea Marta Donadel Bergonci	IFRS	Considerações sobre a gestão e as relações de gênero: desafios as comissões permanentes do IFRS	Manual: Equidade de gênero e gestão no IFRS: diagnóstico e considerações à CIS e CPPD
2023	Persida Pereira da Silva	IFSul	Relações de trabalho e gênero a partir do olhar das servidoras do Instituto Federal Sul Riograndense – Campus Camaquã	Manual: Relações de trabalho e gênero na educação profissional e tecnológica – EPT

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No ano de 2018 não foi localizada nenhuma dissertação que abordasse a temática gênero, já no ano de 2019 foram localizadas 4 pesquisas.

Maria Do Carmo Conopca tem como título de sua dissertação “Caminhos da Gestão: o nome social como ferramenta para a Identidade de gênero dos discentes transexuais na Educação Profissional e Tecnológica do IFES – campus Colatina a partir do Decreto 8.727/2016”, fez uma busca documental sobre os direitos ao uso do nome social e produziu dois produtos educacionais. O primeiro produto é uma proposta visando a aprovação do Conselho de Gestão do Campus Colatina para encaminhamentos em prol da constituição do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGEX) e o segundo uma cartilha em formato de cordel.

Ivan Pedroso considera que a escola pode ser também um espaço que reforça e legitima estruturas de exploração, opressão e alienação. Entre as relações opressivas, focaliza gênero e sexualidade em sua pesquisa “Educação Profissional e

Tecnológica, Gênero e Sexualidade: uma sequência didática para o Ensino Médio Integrado”. O produto educacional foi uma sequência didática para trabalhar violência de gênero.

Ieda Fraga Santos aborda em sua dissertação “Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade”, como a desigualdade de gênero vai influenciar na divisão sexual do trabalho e no campo da educação profissional e tecnológica. Essa desigualdade se deve a obstáculos explícitos e sutis, desestímulos, em práticas profissionais e interpessoais e aos estereótipos criados conforme as crenças de determinando grupo social. Diante disso, a pesquisa indagou como podem ser superados os estereótipos de gênero dentro do curso de nível médio integrado de Eletrônica no Campus Aracaju do IFS, e para isso foi desenvolvido um jogo digital educativo.

Arthur Felipe Kinzel Fauth partiu da sua experiência como um estudante homossexual no ensino básico para escrever a dissertação “Gênero e Sexualidade em cena: dos modos de (re) existência numa perspectiva de educação para diversidade”, pois vivenciou a necessidade de abordar gênero e sexualidade na escola e o que a falta desse trabalho pode ocasionar. Para promover a diversidade, realizou oficinas com estudantes do Ensino Médio Integrado do IFSul – Campus Venâncio Aires.

Em 2020, foram localizadas 11 pesquisas com a temática de gênero. Julia de Souza Lopes Basso buscou o relato sobre as experiências vivenciadas nas aulas de Educação Física e produziu “Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica do IFRO: o que compreendem, expressam e sugerem acerca das relações de gênero”. A pesquisa foi realizada no IFRO – Campus Cacoal, com estudantes do Ensino Médio Integrado, cursos de Informática e Agroecologia. As temáticas foram abordadas com as/os estudantes através de roda de conversa, sessão de filme, oficinas e aplicação de questionários.

A pesquisa “Educação, Gênero e Cidadania: a formação para a diversidade no Ensino Médio Integrado ao técnico da Educação Profissional e Tecnológica” foi realizado por Ana Paula Quintino Rocha no IFNMG – Campus Montes Claros. Tendo como base a compreensão de que a formação integral de todas as pessoas não pode ocorrer sem a identificação de todas as identidades de gênero e orientações sexuais. Para tanto, a pesquisa foi pautada na promoção de ações voltadas à diversidade

sexual e de gênero no âmbito da educação profissional e tecnológica, dentre elas, uma cartilha informativa.

Roni de Mello Peronio procura em sua pesquisa compreender como se construiu os discursos sobre qual deveria ser o papel da mulher em “Uma intervenção pedagógica que vise a igualdade de gênero no mundo do trabalho para os cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Educação Farroupilha (IFFAR)”. Buscou discutir os conceitos de trabalho, emprego, sexo, gênero e problematizar a divisão sexual do trabalho. A partir do estudo, foi produzido um material de apoio para problematizar a divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero, aplicado com estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado em Informática do IFFAR – Campus Alegrete.

Gislaine Gabriele Saueressig identificou violências de gênero no cotidiano do IFSsul e percebeu a necessidade de discussões acerca do machismo e fobias na educação profissional e tecnológica, produzindo então “Relações de Gênero na Educação Profissional Tecnológica: Mapeamento das violências sofridas por mulheres no Campus Sapucaia do Sul do IFSul”, na busca por um ambiente mais igualitário. A pesquisa previa a criação de um protocolo de atendimento aos casos de violência de gênero na instituição, mas após ser identificado que seria um movimento ainda maior do que o âmbito de sua pesquisa, foi desenvolvido um vídeo informativo sobre as desigualdade e violências de gênero presentes no Campus Sapucaia do Sul.

A professora de História Débora Lins Epaminondas procurou analisar os livros didáticos de História do Ensino Médio da rede pública de ensino técnico integrado das redes federal e estadual de João Pessoa, buscando compreender o sistema sexo-gênero em “‘O nó de Górdio’: regimes de verdade sobre o sistema sexo-gênero no ensino de História.’ Elaborado a partir da pesquisa uma sequência didática para aulas de História do Ensino Médio Integrado, refletindo sobre as manifestações da sexualidade e das expressões/identidades de gênero.

Em “Núcleo de Gênero e Diversidade e a população LGBTQIA+: rupturas, avanços e tensões no cotidiano de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, Ivanildo Alves de Lima Júnior procurou identificar o papel desses núcleos e o compromisso com a formação humana integral e as ações pedagógicas realizadas no IFPE. Pensando nas questões de diversidade sexual e identidade de gênero foi elaborado um Guia de acolhimento das pessoas LGBTQIA+.

Enquanto atuava como assistente social no IFPE, Johana de Angelis Cavalcanti de Moraes observou estudantes que passavam por sofrimento devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual, e a falta de preparo da instituição, que cometia, por muitas vezes, violência institucional. Buscou compreender as experiências vividas em “Gênero e Diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na Educação Profissional e os desafios no mundo do trabalho”, e até que ponto a política de inclusão de gênero e diversidade do IFPE – Campus Olinda atende às necessidades das/os estudantes. A partir do estudo, foi desenvolvida uma Cartilha de Atividades LGBTI+.

Como profissional da área de gestão de pessoas, Milene Soares de Medeiros também presenciou muitas situações em que uma pessoa LGBT não era selecionada para uma vaga, mesmo com um currículo excelente. Ouviu muitos depoimentos de violência psicológica e institucional. Procurou saber na pesquisa “Educação profissional e gênero: o mundo do trabalho sob a perspectiva dos/das estudantes LGBT do IFS”, se as/os estudantes que se auto declaram LGBT do IFS – São Cristóvão, tinham conhecimento desse mercado de trabalho excludente. Foi produzido um documentário como ferramenta de debate sobre as questões de gênero nas instituições.

A professora de Educação Física Cristina Ferreira de Sá projetou sua pesquisa “Educação Física e Gênero: estudo sobre a participação feminina nas aulas de educação física em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio da Educação Profissional e Tecnológica”, a partir de sua própria experiência como estudante e sua experiência enquanto docente de Educação Física da rede pública estadual. As aulas de Educação Física sempre tiveram um forte marcador de gênero, ficando como opção para as meninas os esportes menos agressivos. A pesquisadora quis compreender porque com o passar dos anos as meninas vão se mostrando mais desinteressadas com a prática da Educação Física e teve nesse questionamento uma motivação para o estudo. Buscou então verificar como ocorre a participação feminina nas aulas de Educação Física do IFMT – Campus Cuiabá. O produto educacional para a abordagem da temática foi uma História em Quadrinhos japonesa, conhecida como Mangá.

Para a realização da pesquisa “Professora, o quê que eu sou?": Gênero, sexualidade e trabalho no Ensino Médio Integrado”, Robelania dos Santos Gemaque

trabalhou com gênero e sexualidade com colaboração de dez estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do Curso de Design de Interiores, na Escola Estadual de Ensino Técnico Professor Francisco das Chagas Ribeiro de Azevedo, produzindo Histórias em Quadrinhos.

Após relatos de preconceito e discriminação sofridos por alunas trans no cotidiano acadêmico e percebido pela pesquisadora em sua atuação profissional na equipe de assistentes sociais no Campus Fortaleza, Erika Fabiola de Araujo Ribeiro e Albuquerque pesquisou “Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus de Fortaleza”. Foi proposto um plano de ação para dar visibilidade a transgeneridade através de informações científicas a toda a instituição.

No ano de 2021, as pesquisas relacionadas a gênero no ProfEPT caíram de onze para cinco. Claudilena Corrêa Araújo estudou “A feminização do magistério na educação profissional e tecnológica: o ressoar das vozes das mulheres – professoras do IFMA”. Realizada no Campus Codó, no período de 1993 a 2015, período da criação da antiga Escola Agrotécnica Federal de Codó, período com significativo aumento de vagas. No formato de um caderno digital, foi elaborada uma Proposta Didática para o Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT, para ser utilizada no Ensino Médio Técnico Integrado.

Buscando espaços de discussão, Roberto Idalino Barros produziu “Identidades LGBTQIA+ silenciadas: Rodas de conversas sobre Diversidade sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio”. Ocorridas no IFAL, as rodas de conversa resultaram em um Portfólio como produto educacional, servindo de instrumento didático para futuros debates.

Partindo de sua percepção da necessidade das discussões de gênero e sexualidade estarem presentes no espaço escolar, Michele Rodrigues Teixeira elaborou a pesquisa “Discutindo Gênero e Sexualidade por meio de histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos: um caminho para a formação integral”. O produto educacional desenvolvido foi uma sequência didática pautada em histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos, buscando uma maior aproximação com as/os estudantes.

“É de menino ou de menina? Questões de gênero na formação de professores em nível médio técnico”, Juliana de Carvalho Castro procurou refletir sobre a abordagem de questões de gênero na formação de docentes em um Curso Técnico de Formação de Professores em nível Médio de uma escola privada do Município do Rio de Janeiro e produziu uma sequência didática com informações sobre gênero para a reflexão da temática.

Em “Equidade de Gênero e Empoderamento feminino em ambientes corporativos: um estudo de caso de uma empresa de Santa Catarina”, Laila Caroline Pereira buscou compreender como equidade de gênero e empoderamento feminino são incorporados no cotidiano de uma mulher trabalhadora. Buscou pesquisar em documentos oficiais da empresa e a percepção das participantes do estudo. Para o produto educacional, procurou que o mesmo firmasse as discussões, então realizou uma intervenção prática na realidade através de uma sequência didática, composta por três oficinas.

Em 2022, as pesquisas continuaram em decrescente, passando de cinco para três. Juliane Aparecida Matos Costa em “Um olhar de gênero sobre as edições da revista *Eu sei tudo* (1917 a 1958): costumes tradicionais”, pesquisou sobre a história da educação profissional com o auxílio de um olhar de gênero, analisando a Revista *Eu sei tudo*, uma revista brasileira com circulação nacional. A pesquisa gerou um produto educacional no formato de *E-book*.

Tendo violência de gênero como principal foco, Tábata dos Santos Fioravanti pesquisou “Violência de gênero na educação profissional e tecnológica: reflexões a partir da atuação dos Núcleos de Gênero e Diversidade Sexual”, com intuito de conhecer o trabalho realizado pelos núcleos. O produto educacional foi um curso de formação continuada ofertado na plataforma Moodle.

Lindinalva da Silva Santos investigou “A presença da temática gênero na formação do profissional técnico de nível médio”, a partir de dois cursos técnicos subsequentes, nos eixos tecnológicos Ambiente e saúde e Gestão e negócios em um campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), na região metropolitana de Maceió. Foi desenvolvido um Produto Educacional que oferece orientações práticas e teóricas para a montagem de exposições escolares, tendo como foco a temática gênero e trabalho.

Houve um pequeno aumento de três para quatro dissertações relacionadas a gênero no ano de 2024. Buscando compreender e visibilizar as pessoas LGBTQIAPN+ na instituição, Paulo Rogério Caldeira dos Santos pesquisou as “Representações sobre a LGBTfobia, uma análise das concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFar)”. Em sua pesquisa, identificou a inexistência de protocolos e ações de ensino para a abordagem da temática, assim como LGBTfobia velada dentro da instituição, produziu então um panfleto informativo.

Marcia Pereira da Silva teve como pesquisa as “Relações de gênero: trajetórias de meninas do Ensino Médio Integrado” e produziu uma cartilha abordando o machismo.

Andrea Marta Donadel Bergonci desenvolveu uma pesquisa voltada aos estudos da desigualdade de gênero nas carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes do IFRS, “Considerações sobre a gestão e as relações de gênero: desafios as comissões permanentes do IFRS”, produzindo um manual como produto educacional.

Conforme as percepções que Persida Pereira da Silva fazia com relação a gênero na instituição que atua profissionalmente, optou por pesquisar “Relações de trabalho e gênero a partir do olhar das servidoras do Instituto Federal Sul Rio-grandense – Campus Camaquã”, utilizando a ferramenta entrevista e produzindo um produto educacional textual no formato de cartilha.

Essa busca pode nos mostrar o que vem sendo discutido a respeito de gênero no ProfEPT, principalmente porque não senti nenhuma abertura para discutir essa temática na minha turma, nem com os colegas de turma e nem com as/os professoras/es. Das 27 pesquisas localizadas, apenas uma ocorreu na minha unidade, em uma turma anterior à minha.

O maior número de dissertações ocorreu no ano de 2020 e os outros anos mantem uma média de 4 pesquisas por ano. Levando em consideração ser um mestrado em rede, composta por uma grande quantidade de IFs, consideramos um número muito pequeno de pesquisas e fica perceptível que a temática de gênero tem sido pouco pensada/discutida/estudada.

Separamos as 27 pesquisas em 3 subtemas para ter um melhor entendimento das discussões dentro da categoria gênero, que tem sido objeto de estudo. Com relação à identidade de gênero e orientação sexual, foram identificadas 10 pesquisas;

relacionadas à equidade de gênero, foram produzidas 14; e abordando violência de gênero, totalizou 3 pesquisas.

É possível concluir que pouco tem se discutido sobre violência de gênero dentro do ProfEPT, algumas pesquisas abordam LGBTfobia que é uma violência também, mas a violência contra a mulher, consequência do machismo e do patriarcado ainda é pouco discutida, ou seja, é invisibilizada.

Devido a esse resultado, optamos por fazer uma busca mais específica dentro da violência de gênero e utilizar o identificador “assédio”, tratando-se de temática central nessa pesquisa. Nos anos de 2018 até 2022 não houve nenhuma pesquisa que tivesse a temática assédio, já no ano de 2023 foram localizadas 3 pesquisas.

Tabela 8 – Dissertações ProfEPT – Descritor “Assédio”

Ano Defesa	Mestranda/o	IF	Dissertação	Produto Educativo
2023	Douglas Garajo de Moura	IFMS	Assédio sexual: uma proposta de prevenção e enfrentamento no IFMS	Cartilha de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual
2023	Melissa Araújo da Silva	IFSul	Políticas para o enfrentamento ao assédio moral a servidoras no âmbito do IFSul	Portal Mulheres em pauta
2023	Valdenia Gomes Miranda Lins	IFF	Enfrentamento ao assédio moral: <i>site</i> de informação à comunidade IFFluminense	<i>Site</i> Assédio Não!

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A pesquisa de Douglas Garajo de Moura ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, tendo como foco principal o

assédio sexual, que se tornou interesse do autor no período em que atuou no Núcleo de apoio à Correição do IFMS, setor responsável pela admissibilidade das denúncias e manifestações da autarquia. Identificando pouca materialidade nas denúncias, se propôs a caracterizar o assédio sexual no âmbito da EPT, identificar o conhecimento dos/as docentes e desenvolver uma cartilha informativa.

Melissa Araujo da Silva pesquisou as políticas de enfrentamento ao assédio moral a servidoras no âmbito do IFSul, relacionando a violência no trabalho e tendo como sujeito o Coletivo Ellas, que surgiu após a má conduta de um servidor do IFSul, que fez comentários machistas e misóginos em rede social. Após esse debate, foi produzido um *site* informativo.

Também pesquisando assédio moral, Valdênia Gomes Miranda Lins teve como campo de pesquisa o IFFluminense, campus Macaé. Procurou pesquisar o conhecimento da comunidade acadêmica com relação ao assédio moral e como é abordado baseado nas normativas, portarias, planos institucionais, etc.

Durante anos, a temática assédio esteve longe de todas as pesquisas realizadas no ProfEPT, começando a surgir de forma tímida apenas em 2023. Ou seja, anos em que o assédio está presente nas IFs, assim como está em todos os espaços de socialização, mas não é tema estudado no programa de mestrado. E essa informação não trata de algo irrelevante, mas diz muito sobre esses espaços, e o que neles acontecem. Das três pesquisas, duas se relacionavam ao assédio moral e uma ao assédio sexual.

4.4 PRODUÇÃO DE MATERIAIS SOBRE GÊNERO E ASSÉDIO NOS IFS

Além de identificar as pesquisas realizadas sobre gênero e assédio no ProfEPT, achamos importante localizar as produções que já foram realizadas dentro dos IFs sobre a temática em questão, para que dessa maneira pudéssemos identificar como a temática vem sendo trabalhada e como o produto educacional, fruto dessa pesquisa poderia contribuir com o que já vem sendo realizado e não repetir materiais já produzidos.

Tabela 9 – Materiais produzidos pelos IFs – Temática: Assédio

Ano	IF	Cartilha
2017	IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Cartilha de Orientação para Prevenção e Combate ao Abuso e Assédio Sexual
2018	IFAM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Cartilha Assédio Moral no Trabalho
2020	IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Cartilha de Enfrentamento às Violências de Gênero no IFRS
2021	IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Cartilha Assédio Sexual em Instituição pública de ensino: prevenção e enfrentamento
2022	IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Cartilha Informativa de Relações Interpessoais e de Combate ao Assédio Moral no Trabalho
2022	IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	Cartilha: Vamos falar de Assédio?
2022	IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	Cartilha: Assédio Moral no Trabalho

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No dia 18 de maio de 2017, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o IFAM lançou a campanha intitulada “A culpa nunca é da vítima”. Parte dessa campanha foi a Cartilha Assédio Sexual em Instituição

pública de ensino: prevenção e enfrentamento¹⁰, produzida por uma comissão formada por psicólogos, assistentes sociais e pedagogas da Reitoria. Trazendo os seguintes tópicos: O que é abuso sexual?; O que é assédio sexual?; E quem é o abusador?; Sinais de abuso e assédio sexual: sinais de alerta; Indicadores comportamentais e indicadores físicos; Marcas e consequências para toda a vida: o preço do silêncio; Prevenção: É possível evitar o abuso e ao assédio sexual? O papel da família e da escola; A violência em números: É preciso saber!; O perigo na *internet* e nas redes sociais; conhecendo o Plano Nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; Abordagem e encaminhamentos em situações de abuso e assédio sexual; Abuso e assédio sexual no contexto escolar: o que fazer?; Redes de Proteção: Políticas de prevenção e atendimento; A lei garante a proteção contra toda forma de Violência Sexual.... Conheça! A cartilha tem o objetivo de propiciar a leitura de pontos relevantes e sinais de alerta para toda a comunidade: docentes, discentes, técnicos administrativos colaboradores/as.

Em 2018, o IFAM começou a articular estratégias para diminuir casos de assédio moral com auxílio da Diretoria de Gestão de Pessoas e o Núcleo de Psicologia e Serviço Social. Dentre as ações realizadas, está a Cartilha “Assédio Moral no Trabalho”¹¹, composta dos seguintes tópicos: O que é assédio moral?; Quais as formas de manifestação do assédio moral?; Quais os tipos de assédio moral? O que não caracteriza assédio moral?; Quais as consequências do assédio moral?; Como prevenir o assédio moral?; Quais as legislações?; O que fazer em caso de assédio moral?; Onde denunciar o assédio moral?; Por que denunciar? Responsabilidades. A cartilha tem o objetivo de promover uma maior aproximação e integração dos servidores do IFAM com suas respectivas chefias, melhorando o convívio hierárquico, sejam ascendentes, descendentes ou horizontalizados.

Lançada em 25 de novembro de 2022 pela equipe que compões o Grupo de Trabalho de Combate e Enfrentamento às Violência de Gênero do IFRS uma cartilha, com o objetivo de orientar e informar sobre violência de gênero e contribuir com a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS. A “Cartilha de

¹⁰ Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/noticias/conheca-a-cartilha-que-trata-sobre-abuso-e-assedio-sexual>

¹¹ Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/noticias/dai-do-servidor-publico-e-cartilha-de-prevencao-ao-assedio-moral>

Enfrentamento às Violências de Gênero no IFRS”¹² era composta: O que é violência?; O que é violência de gênero?; Quais os tipos de violência de gênero?; Violência física; Violência psicológica; Violência Moral; Violência Sexual; Violência Patrimonial; Violência Racial; O que é assédio?; Assédio Moral; Assédio Sexual; Como buscar ajuda em caso de violências no IFRS?; Como posso buscar ajuda para além do IFRS?; Onde posso saber mais sobre o tema? Foi desenvolvida com uma linguagem simples e didática para atingir a comunidade acadêmica do IFRS e a comunidade externa.

A Campanha Institucional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual do IFBA ocorreu em agosto de 2021, com a divulgação da “Cartilha Assédio Sexual em Instituição pública de ensino: prevenção e enfrentamento”¹³, abordando: Assédio sexual nas instituições federais; Assédio sexual não é natural! Deve ser combatido; Elementos, atitudes e provas; Assédio sexual é crime; Denúncias; Investigação; Penalidade. O objetivo da cartilha é garantir um ambiente seguro e livre de assédio a toda comunidade.

O IFPA, com auxílio da Assessoria Comunicação Social realizou a Campanha “Respeito é bom”. Fazendo parte da campanha foi lançado em 19 de abril de 2022 uma cartilha voltada aos docentes, discentes, técnicos administrativos e colaboradores, buscando alertar sobre condutas assediosas. Com a colaboração da Corregedoria, do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV) e da Ouvidoria do Instituto a “Cartilha Informativa de Relações Interpessoais e de Combate ao Assédio Moral no Trabalho”¹⁴ aborda: Assédio Moral no Trabalho; O que é assédio moral; O que não é assédio moral; Tipos de assédio moral; Consequências; Relações interpessoais no trabalho.

No dia 20 de abril de 2022, o IFTO lançou uma cartilha que aborda assédio moral, assédio sexual, os danos causados e instruções de como lidar com esse problema. A “Cartilha Vamos falar de Assédio?”¹⁵, traz os seguintes tópicos: Assédio Moral, o que é?; Exemplos de assédio moral; Formas de assédio moral; Proteção legal com o assédio moral; Assédio Sexual, o que é?; Exemplos de assédio sexual; Formas

¹² Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1287>

¹³ Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/cartilhaassediomod042.pdf>

¹⁴ Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/2022/6071-cartilha-relacoes-interpessoais-e-assedio-moral-no-trabalho-ifpa-29-03-2022/file>

¹⁵ Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/cartilhas/cartilha-vamos-falar-de-assedio.pdf/view>

de assédio sexual; Proteção legal contra o assédio sexual; Quais os danos para quem sofre assédio?; Psicológicos; Físicos; Sociais; Profissionais; O que fazer quando for assediado?

Em agosto de 2022, por meio da Coordenação de Qualidade de Vida do Servidor (CCQVS), o IFRR lançou uma cartilha sobre assédio moral no trabalho, com o objetivo da construção de política anti assédio. A “Cartilha Assédio Moral no Trabalho”¹⁶, traz os seguintes tópicos: O que a legislação diz sobre o assunto?; O que é assédio moral?; Categorias do assédio moral; Tipos de assédio moral; O que não configura assédio moral; Consequências práticas do assédio moral; Canais de acolhimento.

Foi possível observar, nesse capítulo, uma quantidade muito pequena de dissertações que abordam as questões de gênero e assédio no ProfEPT, ou seja, abordar gênero na EPT não é tão recorrente. Alguns IFs estão trazendo a temática do assédio para seus debates e inclusive produzindo materiais, mas pela pesquisa realizada, ainda consideramos um número muito pequeno de produções.

Situadas/os com os conceitos principais da pesquisa, partiremos agora para descrever como ocorreu todo o processo de construção e implantação da política.

¹⁶ Disponível em: https://www.ifrr.edu.br/reitoria/gestao-de-pessoas/qualidade-de-vida/cartilha-assedio-moral-no-trabalho-3/Cartilha_Assedio_Moral_no_Trabalho.pdf

5 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS VIOLÊNCIAS NO IFSC

A construção da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências se deu início no IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina se deu a partir da necessidade de levar a instituição a discussão dessa temática e combater as situações de assédio.

No dia 1º de dezembro de 2021, a gestão (Gabinete e Pró-Reitorias) do IFSC convocou uma reunião e chamou alguns/algumas servidores/as com familiaridade com a temática, composto por coordenadorias pedagógicas (assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as) e convidados externos. A reunião foi coordenada pela Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Flávia Maia Moreira, que possui experiência na área de violência de gênero.

Durante a reunião, esteve em pauta a Portaria Normativa N° 1450/2021, que “estabelece os procedimentos a serem adotados no atendimento a situações de assédio moral e assédio sexual sofridas por estudantes no âmbito do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC, 2021)”. Além de atender apenas os/as estudantes, a elaboração do documento não ocorreu com a participação das Coordenadorias Pedagógicas e se deu de maneira acelerada, com o intuito de cumprir as exigências do Ministério Público. Na portaria, não estava resguardado nenhum fluxo de processo e os encaminhamentos são apresentados de forma mais genérica.

A partir dessa discussão, se compreendeu a necessidade de se instituir uma política de prevenção, com uma possível revisão da Portaria Normativa N° 1450/2021. Para isso, foi definido a criação de um grupo de trabalho, composto por Coordenadorias Pedagógicas, representantes do coletivo de psicólogos, do Comitê de Direitos Humanos, do Fórum de Serviço Social, do SINASEFE e do movimento estudantil.

5.1 COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA

No dia 17 de março de 2022, foi publicada a Portaria do(a) Reitor(a) N° 691, que instituiu a Comissão de Articulação para a Elaboração de Política Institucional de

Enfrentamento e Prevenção aos Assédios Moral e Sexual, dirigida a estudantes e servidores/as do IFSC. A comissão foi composta pelos/as seguintes servidores/as:

- Adriano Larentes da Silva – Pró-Reitoria De Ensino
- Ana Paula Luckman – Reitoria
- Andrea Martins Andujar – Diretoria Executiva
- Durlei Maria Bernardon Rebelatto – Câmpus Itajaí
- Flavia Maia Moreira – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Giselle Floriano Coelho – Cerfead
- Giselli Dandolini Bonassa – Departamento de Ingresso
- Jose Augusto Pereira Ribeiro – Câmpus Florianópolis
- Milena Garcia da Silva – Reitoria
- Milena de Mesquita Brandão – Diretoria de Extensão
- Paula Regina Corrêa – Câmpus Jaraguá do Sul-Rau

A comissão teve a coordenação da servidora Giselle Floriano Coelho. A portaria estabeleceu o prazo de 120 dias para entrega do relatório final e designou a carga horária de trabalho de duas horas semanais para os/as membros/as do grupo e quatro horas para a coordenadora, e teve como objetivo:

- a) planejar e organizar os trabalhos, considerando as premissas de transparência, representatividade, informação, foco e capacitação continuada;
- b) identificar e integrar os públicos de interesse, realizando oitivas prévias;
- c) propor minuta de documento da referida política para apreciação coletiva por meio de consulta pública;
- d) regulamentar e organizar o processo de consulta pública;
- e) organizar e analisar as contribuições recebidas para elaboração da versão final do documento;
- f) encaminhar a proposta de Política Institucional de Combate aos Assédios Moral e Sexual do IFSC para apreciação do CONSUP;
- g) propor à Diretoria de Gestão de Pessoas as diretrizes do plano de capacitação institucional para o enfrentamento e combate dos assédios moral e sexual. (IFSC, 2022)

Em 1 de abril de 2022, iniciaram as seções de escuta orientada, realizadas em uma reunião *online*, em que foram ouvidos/as os/as diretores/as de câmpus, que já haviam respondido um formulário *online* de escuta prévia. Durante a reunião, foram realizados alguns apontamentos, como identificado a necessidade da implantação de um plano de sensibilização de toda a comunidade escolar, que precisa ser permanente, incluindo terceirizados/as. Deveria ocorrer a discussão conceitual sobre

as temáticas de assédio e crime de assédio, o entendimento legal e discussão a respeito da jurisprudência e a respeito da construção social que amplia esse entendimento.

A chamada de um/a delegado/a da Delegacia da Mulher, em uma formação, para que fossem compreendidos os trâmites nos casos de assédios e violências, identificando também, os limites da polícia e de um PAD. Necessidade de um diálogo com os/as diretores/as de campus sobre o Código de Convivência, pois ele se mostrava omissos em algumas situações. Os casos recorrentes deveriam ser analisados e utilizados como aprendizado, conforme já realizado pela Comissão de Ética. A tratativa sobre assédio deveria considerar em paralelo a partir da norma sobre o tema, com o estatuto do/a servidor/a e com outras normas que se inter-relacionassem.

Os/as responsáveis pelo acolhimento das denúncias não deveriam ser do mesmo campus, pois ficariam expostos e poderiam apresentar dificuldade de manter a neutralidade, necessitando também de uma proteção em relação ao processo, independente do resultado, para além da vítima e do acusado. O sigilo se faz de total importância para a segurança de todos/as envolvidos/as, sendo essencial que a vítima não se sinta culpada ou seja revitimizada, e que o acusado tenha direito à defesa, assim como a definição de fluxos.

Foram colocados alguns questionamentos que precisavam ser aprofundados, entre eles: Quem investiga um caso de assédio, quem fiscaliza se ele efetivamente foi apurado? Quem dá encaminhamento às denúncias do FalaBR? Será criada uma Câmara de Mediação e Conciliação dentro da instituição? Organizadas regionalmente? Como será realizado o atendimento quando o/a professor/a ou servidor/a é a vítima do assédio? Quais os limites para a atuação emergencial perante o estudante se o Código de Convivência implica primeiro a instalação de Processo Disciplinar? Como lidar com assédio em ambiente institucional realizado por pessoas alheias à comunidade acadêmica?

No dia 8 de abril de 2022, a escuta foi realizada com o Comitê de Direitos Humanos. Foi sugerido que os grupos e núcleos que compõem a instituição sejam articulados para fortalecer o trabalho, e que possam surgir núcleos específicos para trabalhar gênero e assédio em cada campus. A política deveria contemplar formação e fluxo sobre encaminhamentos necessários em cada caso, devendo ser ampla e

trazer conceitos sobre assédio e encaminhamentos, prever formação para todos/as, incluindo terceirizados. Sugerido que o IFSC consulte formalmente o Ministério Público sobre o processo de escuta especializada e quais são os protocolos de atendimento, que o Código de Convivência também poderia dialogar com a política.

A escuta com as Coordenadorias Pedagógicas dos câmpus ocorreu em 14 de abril de 2022. Foi pontuado que a política deveria considerar o papel educativo da instituição e focar na prevenção. A formação continuada com foco na temática abordada na política deveria ser ofertada na instituição, assim como para o acolhimento das vítimas e superação do modelo punitivo, sendo necessário refletir sobre o sigilo nesses acolhimentos e também quem vai acolher as pessoas que acolhem quando se sentirem sobrecarregadas.

Em 20 de abril de 2022, foi a vez do diálogo/escuta ocorrer com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação). O sindicato sugeriu a criação de um Conselho Permanente e indica que o CDH poderia ser o espaço de acompanhamento. E que esse Conselho Permanente teria participação heterogênea e transparência nos fluxos e métodos, atentando para o sigilo das situações particulares, se fazendo necessário estabelecer uma sensação de segurança nos câmpus do IFSC, desde uma iluminação adequada até as relações interpessoais. Debater machismo e misoginia foram indicados como necessário, pois interferem diretamente na cultura institucional de assédio. O acolhimento às vítimas não deveria ocorrer por pessoas do mesmo câmpus, pois poderia ter algum vínculo que viesse a atrapalhar os futuros encaminhamentos. O Sindicato sugeriu como uma boa alternativa realizar escutas e rodas de conversa com ex-alunos/as e mapear depoimentos de algum/a estudante que tivessem abandonado o IFSC por alguma situação de assédio.

No dia 26 de abril, foi realizada escuta com o SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor). O mesmo pontuou que se deveria criar comissões de acolhimento, para que o mesmo fosse realizado por outros/as profissionais, além dos/as psicólogos/as, sendo uma chamada voluntária, incluindo formação para a equipe. A prevenção se fazia necessária na comunicação entre professores/as e estudantes, criando-se uma etiqueta, utilizando apenas os sistemas e *e-mails* para comunicar sobre trabalhos e evitar números pessoais. Os debates deveriam estar sempre presentes, como um momento de escuta também.

No mesmo dia, foi realizada escuta com os/as estudantes, que também tiveram a possibilidade de participar através de formulário eletrônico em uma escuta prévia. Apontada a necessidade de formação continuada, inclusive para que os/as professores/as pudessem identificar os comportamentos assediosos, que muitas vezes ocorrem como se fossem brincadeiras. No caso de haver a necessidade de a vítima ser encaminhada à polícia, seria importante ter o acompanhamento de um/a servidor/a. Sugerido também a criação de um protocolo quando a/o estudante denuncia um/a professor/a e continua no mesmo ambiente de ensino. O acolhimento da vítima precisaria ser adequado, não poderia ter um clima de interrogatório e nem a presença de outras pessoas como testemunhas. Sugeriram a construção de materiais que ajudassem na divulgação, sendo que o produto educacional da pesquisa levou em conta essa sugestão oriunda dos/as estudantes.

Foi disponibilizado pela comissão um endereço eletrônico caso outros coletivos estudantis quisessem agendar uma sessão de escuta.

No dia 2 de maio de 2022, a Comissão de Articulação para a Elaboração da Política de Prevenção e Combate aos Assédios Moral e Sexual promoveu um evento *online* para debater a questão do assédio no IFSC. O evento “Dia Nacional de Combate ao Assédio: Mobilização IFSC contra todos os tipos de assédio”, que foi transmitido ao vivo pelo canal do IFSC no *YouTube*, e encontra-se disponibilizado para acesso¹⁷, contou com a participação de procuradores federais que atuam no Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas instituições federais de ensino superior.

Após a realização das escutas, do estudo de documentos e de práticas e políticas de outras instituições, foi elaborada a minuta da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências, e a mesma passou por um período de consulta pública, dos dias 19 de setembro até 17 de outubro através de formulário *online*, com contribuições anônimas. Para esclarecer eventuais dúvidas com relação à minuta, foi realizada uma *live*¹⁸ pelo canal do IFSC no *YouTube* no dia 10 de outubro de 2022, disponibilizado formulário eletrônico para as questões que foram enviadas previamente e também durante a *live*.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAFjM4LqY8s>

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=28jcTLJsqTA&list=LL&index=17>

A Portaria do Reitor N° 691 foi substituída pela Portaria N° 3381, de 21 de novembro de 2022, em que foram excluídos/as os/as servidores/as José Augusto Pereira Ribeiro, Giselle Floriano Coelho e incluída a servidora Janaina Turcato Zanchin como Coordenadora da comissão.

Em 14 de dezembro de 2022, a Comissão apresentou um balanço dos trabalhos realizados na reunião *online*¹⁹ do Colégio de Dirigentes (CODIR). A apresentação foi realizada pela pedagoga Paula Regina Corrêa, membra da comissão, destacando histórico, atuação da comissão, estrutura do documento, pontos de destaque e os próximos passos a serem realizados. Os próximos passos previam etapas fundamentais como organização de diretrizes do Plano de Formação, submissão ao CONSUP, implementação da Comissão de Monitoramento e Acompanhamento, e implementação de GT para construção de Fluxo.

Após a sistematização da consulta pública, foi realizada a reescrita da minuta e o documento final foi apresentado pela psicóloga da Proen, Janaina Turcato Zanchin, ao Conselho Superior (CONSUP) em reunião *online*²⁰ realizada no dia 27 de fevereiro de 2023. Documento este que foi submetido à consulta de pares cegos, internos e externos a instituição e que teve grande contribuição das escutas prévias, sendo aprovado pelo conselho.

5.2 COMITÊ DE ARTICULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Diretoria executiva se reuniu com a comissão de articulação da política e elaborou documento para a organização do novo comitê. No dia 5 de abril de 2023, foi publicada a Portaria do Reitor N° 1137, que institui o Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências composto pelos/as seguintes servidores/as:

- Adriana Braga Gomes - Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)
- Ana Paula Luckman - Reitoria
- Andrea Martins Andujar - Diretoria Executiva

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S5fjzDifUcM>

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0BEt7yZHonc>

- Carolina Abreu Henn De Araújo - Diretoria de Assuntos Estudantis (PROEN)
- Eliane Juraski Camillo - Departamento de Formação e Práticas Educativas (PROEN)
- Flavia Maia Moreira - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
- Giselli Dandolini Bonassa - Departamento de Ingresso (PROEN)
- Janaina Turcato Zanchin - Diretoria de Assuntos Estudantis (PROEN)
- Letícia Helena Frozin Fernandes Cruz Wiggers - Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)
- Luciana Ughini Goldschmidt - Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)
- Maria Bertília Oss Giacomelli - Ouvidoria

Após a publicação da política na área institucional, o comitê iniciou o plano de comunicação da política, que será lançado após a publicação do Fluxo de Denúncias. O plano é composto de uma matéria no *Blog* do IFSC, postagens para as redes sociais com conceitos e definições e uma série de vídeos sobre a temática.

Teve início o trabalho de levar o debate da temática a toda a comunidade. No dia 4 de abril de 2023, ocorreu reunião com as Coordenadorias Pedagógicas, e nos dias 5 e 12 foram realizadas reuniões com as chefias DEPE e com os Diretores, a respeito dos ataques nas escolas e planejamento das ações do IFSC. No dia 2 de junho, ocorreu reunião com as assessorias e no dia 31 de junho reunião com as Coordenadorias Pedagógicas sobre o atendimento especializado.

Continuando a divulgação da política, foram realizadas atividades presenciais em alguns câmpus. No câmpus de Caçador foi realizada uma atividade conjunta com os/as estudantes, pais/mães/responsáveis e os/as servidores/as. Em 24 de julho de 2023, foi realizada uma palestra no câmpus Jaraguá do Sul, durante a realização da Semana Pedagógica 2023/2; e em 1º de agosto ocorreu reunião no câmpus Gaspar.

Faz parte das atividades do comitê reuniões periódicas com Ouvidoria, a Assessoria de Correição e Transparência e a Diretoria Executiva, com o intuito de debater sobre os encaminhamentos dados nos casos, de forma coletiva. Para que as denúncias tenham os encaminhamentos adequados, a coordenação do comitê tem realizado atendimento individual aos câmpus, orientando os procedimentos a serem tomados.

Durante o período em que acompanhamos o trabalho do comitê, participando das reuniões, também foi possível contribuir com o trabalho do mesmo. Produzimos material para divulgação nas redes sociais do IFSC, para que a comunidade pudesse

ter acesso à política. Trabalhando em conjunto com a estagiária de psicologia Samiris Coral Hoepe, foram produzidos *posts* para a rede social *Instagram*.

A seguir apresentamos o plano de postagens:

1ª Postagem

Você conhece a Política? (Estilo carrossel)

Legenda: Você conhece a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina? Acompanhe o fio e leia mais sobre a nova política!

Gostaria de mais informações sobre a política? Confira na íntegra acessando https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentosnorteadores/resolucao_01_consul_combate_assedio-pdf

Tabela 10 – Plano de comunicação – 1ª Postagem *Instagram*

1º Post	Você conhece a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no IFSC?
2º Post	A política foi aprovada pelo Conselho Superior (Consup) em reunião <i>on-line</i> realizada no dia 27 de fevereiro de 2023.
3º Post	A elaboração da política foi realizada pela Comissão de Articulação para a Elaboração de Política Institucional de Enfrentamento e Prevenção aos Assédios Moral e Sexual, trabalho que iniciou em março de 2022 e incluiu escutas e consulta pública.
4º Post	Objeto da política é a prevenção e o enfrentamento de condutas assediosas e violentas em todos os espaços de socialização, tanto presencialmente, como por meio de recursos virtuais.
5º Post	Quais os princípios que orientam a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no IFSC?
6º Post	A Política segue alguns princípios, como respeito à dignidade humana e à saúde, proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, primazia da abordagem preventiva, preservação do denunciante, a construção de uma cultura de respeito mútuo, a

	liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
7º Post	Aguarde mais informações sobre a política!

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

2ª Postagem

Objetivos da Política (estilo carrossel)

Legenda: Você sabe quais são os objetivos que orientam a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina? Arraste para o lado e conheça! Gostaria de mais informações sobre a política? Confira na íntegra acessando

https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentosnorteadores/resolucao_01_consul_combate_assedio-pdf

Tabela 11 – Plano de comunicação – 2ª Postagem *Instagram*

1º Post	Quais os objetivos que orientam a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no IFSC?
2º Post	Objetivo Geral: <ul style="list-style-type: none"> • Orientar mecanismos de gestão e articulação, acolhimento, registro e apuração da denúncia • Formação no que tange aos temas assédio e violência
3º Post	Buscando: Um ambiente institucional que contribua para o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social da comunidade acadêmica.
4º Post	Para que isso ocorra: Está se organizando a Rede de Prevenção e Enfrentamento a Condutas Assediosas e/ou Violentas no IFSC
5º Post	Dessa forma, o tema da prevenção e enfrentamento aos assédios e violências estará presente em ações e campanhas de comunicação e nos programas institucionais de formação direcionados a toda a comunidade acadêmica;

6º Post	Em breve serão divulgados os fluxos e procedimentos institucionais para casos de denúncia.
7º Post	A subnotificação e o silêncio só ocasionam a continuidade de padrões assediosos.
8º Post	Se me constrange, não é elogio, é assédio! Não se cale! Denuncie!

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

3ª Postagem

Assédio Sexual (estilo carrossel)

Legenda: Agora que já apresentamos a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências do IFSC, vamos conhecer um pouco melhor do que ela trata!

Gostaria de mais informações sobre a política? Confira na íntegra acessando https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentosnorteadores/resolucao_01_consul_combate_assedio-pdf

Tabela 12 – Plano de comunicação – 3ª Postagem *Instagram*

1º Post	O que é o assédio sexual?
2º Post	O assédio sexual consiste em constranger alguém com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual.
3º Post	Se trata de qualquer conduta de natureza sexual não solicitada, resultando no constrangimento de outra pessoa, afetando sua dignidade ou criando um ambiente hostil, degradante e humilhante.
4º Post	Muitas vezes o assédio sexual ocorre na forma de intimidação ou chantagem.
5º Post	O assediador pode fazer com que você duvide na sua própria sanidade! Fique atenta e procure alguém de sua confiança.
6º Post	O assédio pode ocasionar sofrimento psíquico, desinteresse pelas atividades e conseqüentemente infrequência e evasão para estudantes.
7º Post	É fundamental ter clareza no que é no que não é assédio!
8º Post	Curtidas nas suas fotos do Instagram é assédio? Não Receber fotos sexualmente explícitas sem ter solicitado é assédio? Sim

9º Post	Na maioria das vezes não existe testemunha para o assédio sofrido, reúna evidências como fotos, bilhetes, vídeos, e-mails, mensagens em redes sociais, etc.
10º Post	Assédio Sexual é crime! Denuncie! Você pode estar evitando que outras pessoas sofram a mesma violência e que se institucionalize práticas criminosas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

4ª Postagem

Assédio Moral (estilo carrossel)

Legenda: Agora que já apresentamos a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências do IFSC, vamos conhecer um pouco melhor do que ela trata!

Gostaria de mais informações sobre a política? Confira na íntegra acessando https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentosnorteadores/resolucao_01_consul_combate_assedio-pdf

Tabela 13 – Plano de comunicação – 4ª Postagem *Instagram*

1º Post	O que é o assédio moral?
2º Post	O assédio moral consiste em ações ou omissões intencionais e seguidas que tem o objetivo de causar humilhação, isolamento e/ou constrangimento de uma pessoa.
3º Post	Onde ocorre? Pode ocorrer no ambiente de estudo ou trabalho, através de palavras, sejam elas ditas ou escritas, gestos e comportamentos.
4º Post	Como a vítima se sente? Essas ações expõem a vítima e podem lhe causar desconforto, ofender sua dignidade ou sua integridade psíquica e física, podendo afetar suas funções.
5º Post	Uma briga/discussão pontual é assédio moral? Não E quando se torna recorrente e repetitivo? Sim
6º Post	Você sabe quais os tipos de assédio moral no ambiente de trabalho?

7º Post	Assédio Vertical Descendente: o assediador é hierarquicamente superior ao assediado/a
8º Post	Assédio Vertical Ascendente: o assediador é hierarquicamente inferior ao assediado/a
9º Post	Assédio Horizontal: mesma posição hierárquica
10º Post	Não se cale! Denuncie!

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

5ª Postagem

Violência (estilo carrossel)

Legenda: Agora que já apresentamos a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências do IFSC, vamos conhecer um pouco sobre os diferentes tipos de violência.

Gostaria de mais informações sobre a política? Confira na íntegra acessando https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentosnorteadores/resolucao_01_consul_combate_assedio-pdf

Tabela 14 – Plano de comunicação – 5ª Postagem *Instagram*

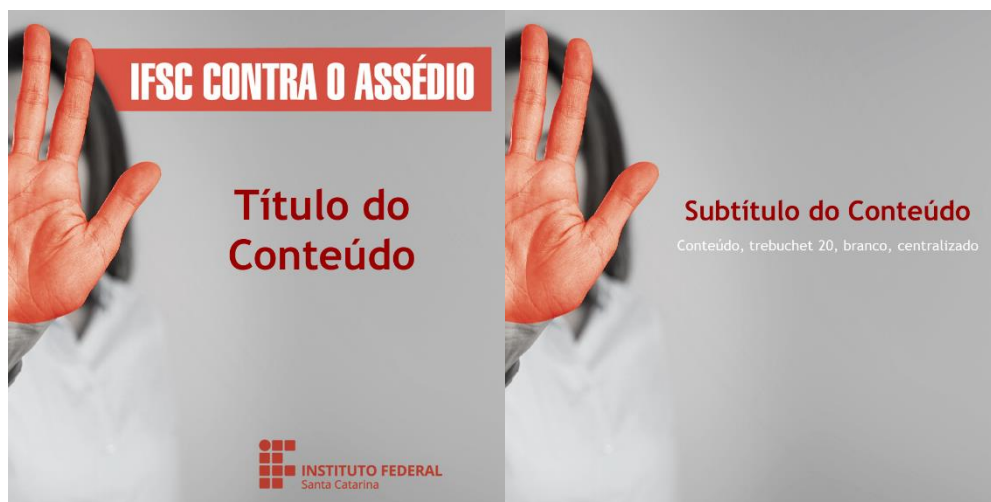
1º Post	O que é a violência?
2º Post	A violência se trata de qualquer ação intencional realizada por um indivíduo, grupo, instituição, classe ou nação e dirigida a outrem, que causa prejuízos ou danos, sejam eles físicos, sociais, psicológicos ou patrimoniais.
3º Post	Você sabe quais são os tipos de violência?
4º Post	Violência Física: Atirar objetos, sacudir, apertar os braços, Espancamento, Estrangulamento, Sufocamento, Lesões com objetos cortantes, Ferimentos causados por queimaduras.
5º Post	Violência Psicológica: Ameaça, Constrangimento, Humilhação, Manipulação, Insultos, Chantagem.
6º Post	Violência Moral: Emitir juízos morais sobre a conduta, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir.

7º Post	Violência Patrimonial: Destruição de documentos pessoais, Estelionato, Privar de bens, valores ou recursos econômicos, causar danos propositais e objetos pessoais
8º Post	Violência Sexual: Estupro, limitar ou anular os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, forçar casamento, gravidez ou prostituição, impedir o uso de métodos contraceptivos
9º Post	Denuncie!

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

O plano de postagens também previa um *post* explicativo sobre o fluxo de denúncias, que não foi realizado no momento em que esse material foi produzido, pois o mesmo ainda se encontrava em construção. Para a divulgação dos *posts* foi elaborado um *template* pelo setor de Comunicação da instituição.

Imagem 1 e 2: *Template para Instagram*



Fonte: Comunicação – IFSC, 2023

O plano de comunicação iniciou com a aprovação do Fluxo de Denúncias. Segundo o documento aprovado no primeiro momento, o/a denunciante deve providenciar o registro no Fala BR que deve notificar a ouvidoria. Após tomar ciência, a ouvidoria deve analisar a denúncia e dar uma resposta. Nesse momento, o Câmpus/Unidade Administrativa deve tomar providência, encerrando sua atuação. A Assessoria de Correição e Transparência vai analisar se cabe ou não dar sequência ao processo. Seguindo o processo, o mesmo é encaminhando ao Reitor que vai

autorizar IPS/SINVE ou instaurar PAD, retornando para a Assessoria de Correição e Transparência, que acatando a decisão do Reitor vai iniciar o PAD ou IPS/SINVE. A Procuradoria Federal vai analisar juridicamente o rito, retornando para a Assessoria de Correição e Transparência, que vai reunir documentos e enviar o resultado do PAD ao Reitor que vai julgar e encerrar o processo.

Entre abril e junho de 2024, o processo de divulgação esteve paralisado em função de greve dos/as servidores/as federais, que teve ampla adesão no IFSC. No retorno das atividades, iniciou-se o processo de divulgação com a matéria no *Blog* do IFSC²¹ em 18 de setembro de 2024. A matéria cita alguns tipos de assédios e violências e destaca a importância de identificá-los para saber como agir caso ocorram. Aborda a implementação de leis que visam o combate a violências e assédios, como a Lei 15.540/23, que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, que prevê a implementação do programa em todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, nas escolas de Ensino Médio, universidades e empresas. Em seguida, é apresentada a política do IFSC, sua finalidade, conceitos e o que fazer em caso de assédio.

Após a matéria no *Blog*, foi realizada a produção de material solicitado pelo Câmpus São José no formato de cartaz A3. Embora tenha sido produzido a partir de um pedido do câmpus, o material serve como subsídio para ser utilizada durante a campanha também em outras unidades.

Segue cartazes produzidos:

²¹ Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/blog/w/combate-ao-assedio-no-ifsc-o-que-voce-precisa-saber>

Imagem 3, 4 e 5 - Campanha IFSC Câmpus São José



Fonte: Departamento de Comunicação, IFSC, 2024

Imagem 6, 7 e 8 - Campanha IFSC Câmpus São José



Fonte: Departamento de Comunicação, IFSC, 2024

Imagem 9, 10 e 11 - Campanha IFSC Câmpus São José



Fonte: Departamento de Comunicação, IFSC, 2024

Anterior ao plano de comunicação ter início na prática, foi realizada outra ação que consta na política, que é a formação continuada para toda a comunidade acadêmica. Ocorreu no segundo semestre de 2023, o Ciclo de Formação Continuada para a implantação da política, que será detalhado no próximo tópico.

5.3 CICLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA

O ciclo de formação, com carga horária de 60 horas, foi proposto e organizado pelo Departamento de Formação e Práticas Educativas do Centro de Referência em Formação e EaD (CERFEAD) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), e ministrado pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi realizada uma formação específica para estudantes e outra para servidores/as, com aulas síncronas e assíncronas. As aulas síncronas foram realizadas em diversos câmpus e transmitidas de forma *online* para os/as demais cursistas, enquanto as aulas assíncronas foram disponibilizadas no ambiente virtual de ensino e aprendizagem *Moodle*.

A formação está de acordo com o Capítulo 9 – Da formação, Art. 29 da Política, que prevê a criação de ações e programas para que sejam abordadas as temáticas que compõem a política para toda a comunidade acadêmica.

Conforme o plano de ensino da formação, o objetivo geral foi promover o debate acerca de assédio moral, assédio sexual e as violências no IFSC. Entre os objetivos específicos estava a compreensão do conceito de gênero como construção histórica, cultural e interseccional; dos conceitos de sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero; regimes totalitários, nazismos e fascismos; classificações de violências, violência de gênero e Lei Maria da Penha; questões étnicas raciais; e ferramentas pedagógicas para o combate de todos os tipos de violências.

A equipe do IEG estava composta pelos seguintes docentes:

Tabela 15: Equipe docente Curso de Formação

EQUIPE DOCENTE	
Nome	Formação
Débora de Carvalho Figueiredo	Graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990), mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e doutorado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000), tendo realizado pesquisa pós-doutoral na Faculdade Nacional de Direito - UFRJ.
Elizabeth Kammers	Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2008) e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012)
Janine Gomes da Silva	Graduação em História pela Universidade da Região de Joinville (1992), mestrado em História pela

	Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Fez pós-doutorado na Universidade de Rennes 2, França (2017-2018) e atualmente realiza pesquisa na Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, em Paris, como professora visitante.
Renata Dalmaso	Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), graduação em Letras - Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014), mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e Doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), com doutorado sanduíche financiado pela Fulbright/Capes na Universidade de Michigan (2012-2013).

Fonte: <https://lattes.cnpq.br/>

Tabela 16: Equipe docente colaboradora Curso de Formação

EQUIPE DOCENTE COLABORADORA	
Nome	Formação
Ale Mujica Rodriguez	Graduação em Medicina - Universidad Autónoma De Bucaramanga,

	<p>Colômbia - UNAB (2009), especialização em Docência Universitária - Universidad Industrial de Santander, Colômbia (2012). Mestre em Saúde Coletiva da UFSC (2014). Doutor em Saúde Coletiva UFSC (2019). Tem experiência na área da Medicina, com ênfase em pesquisa, nas áreas de Chagas e sexualidade. Atuou em ensino e pesquisa na área da saúde na UNAB. Desenvolve pesquisas no campo das questões Trans (Transexualidades, travestilidades e transgeneridades), saúde LGB, gênero e saúde, gordofobia, políticas públicas.</p>
Morgani Guzzo	<p>Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro-PR), e graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma Universidade (2010). Atualmente é bolsista de Pós-doutorado Junior (CNPq) vinculada ao INCT Caleidoscópico: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas</p>

	múltiplas insurgências e ao PPGICH/UFSC.
Luciana Rodrigues Gransotto	Pós-doutorado na França (2021/2022), na Université Paris 8, através do projeto de acordo bilateral franco-brasileiro CAPES-COFECUB. Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área dos estudos de gênero. Realizou estágio de doutorado sanduíche em Rennes/França (2020), contemplada pelo projeto CAPES/PRINT. Mestre em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário Unilasalle/Canoas com ênfase na área do Turismo Cultural (2016). Possui Bacharelado em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001).
Natércia Ventura Bambirra	Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Área de Concentração "Estudos de Gênero", da Universidade Federal de Santa

	<p>Catarina (UFSC), com período sanduíche na Universidad Pablo de Olavide em Sevilha/Espanha. Mestra em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).</p>
Raíssa Jeanine Nothaft	<p>Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciência Política e Bacharela em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com formação complementar, l'Attestation d'Études Politiques, pelo Institut d'Études Politiques - Sciences Po Rennes. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero - NUSSERGE/UFSC e do Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero - MARGENS/UFSC.</p>
Assis Felipe Menin	<p>Graduação em História pela Universidade Norte do Paraná (2011). Mestrado em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC - 2016) e Doutorado em Ciências Humanas</p>

	pela Universidade Federal de Santa Catarina (2023).
Teresa Kleba Lisboa	Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós Doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero (PUEG) da Universidade Autónoma de México (UNAM).
Francine Costa	Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (Área de Concentração África e suas Diásporas, Linha Processos políticos coloniais e pós-coloniais) da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestra em Ensino de História pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - na Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC. Possui Graduação em História na Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE. Possui Bacharelado em Ciências Sociais da UFSC

Renata Lucena Dalmaso	Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), graduação em Letras - Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014), mestrado em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e Doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015), com doutorado sanduíche financiado pela Fulbright/Capes na Universidade de Michigan (2012-2013). Atualmente atua como professora adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Vera Fátima Gasparetto	Doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas (Área de Concentração Estudos de Gênero) pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC), Doutorado Sanduíche no Exterior (Capes) realizado em Moçambique, no Centro de Estudos Africanos/Universidade Eduardo Mondlane, onde é pesquisadora associada. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP-UFSC), na Linha de pesquisa Movimentos Sociais e

	<p>Participação Política. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS). Pós-Doutora no PPGICH/UFSC, na área de Concentração Estudos de Gênero e Sexualidades (EGES), UFSC (Bolsista CAPES/PNPD). Iniciou uma nova pesquisa de Pós-Doutorado no PPGICH intitulada "Gênero, feminismos e poder no Sul-Sul: traçando diálogos entre Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (1992-2023)".</p>
--	--

Fonte: <https://lattes.cnpq.br/>

Para início da formação, foi elaborada uma aula inaugural, realizada no dia 8 de agosto de 2023 no auditório da Reitoria, com transmissão pelo canal do *Youtube*²² do IFSC. Professora Vera Fátima Gasparetto apresentou o ambiente virtual *Moodle*, assim como as temáticas que seriam abordadas em todo o ciclo. Esse primeiro encontro era destinado a todos os/as cursistas, mas o ciclo foi dividido em 2 turmas, uma para os/as estudantes e outra para servidores/as do IFSC. “Compreendendo as raízes das violências na sociedade contemporânea: poder e assédios” foi apresentado pela professora Teresa Kleba Lisboa, que trouxe as categorias que estão na raiz da violência, sendo elas: patriarcado, poder e dominação. Abordou também a relação entre violência das escolas e violência estrutural, citando o aumento recente dos discursos de ódio, as políticas de base violenta e armamentista, o uso intenso de redes sociais sem acompanhamento de familiares e responsáveis, *cyberbullying*, a reprodução de violências interpessoais e institucionais, e as desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidade das famílias dos/as estudantes.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6N51JfTDC10>

A segunda aula “Poder, Violências e Assédios moral e sexual: a questão LGBTQI+” foi ministrada por Ale Mujica Rodriguez no dia 15 de agosto de 2023 na modalidade *online* para os/as estudantes e no dia 22 de agosto de 2023 para servidores/as em São Lourenço do Oeste e transmitida pelo canal do *YouTube*²³. Foi abordado os efeitos do processo de colonização, assim como os três pilares em que a colonização foi sustentada: raça, exploração capitalista, e classificação de gênero (cisheteronorma). Essa contextualização se faz necessária levando em consideração que o processo de colonização tem efeito ainda hoje na construção das relações e nos espaços que transitamos. Apresentado o significado de cada letra da sigla LGBTQIAPN+ e das tecnologias de gênero (Teresa de Lauretis).

A terceira aula “A produção de corpos-territórios e a produção da desigualdade e relações de poder” foi ministrada por Morgani Guzzo no dia 29 de agosto de 2023 na modalidade *online* para os/as estudantes e no dia 05 de setembro de 2023 para servidores/as em Lages e transmitida pelo canal do *YouTube*²⁴, com a participação da professora Teresa Kleba Lisboa. No primeiro momento se fez necessário definir que corpos-território se remete a forma como nós estamos vivenciando o mundo, como a pessoa sente o mundo a partir de onde veio, da sua formação, da sua família, etc. Fazendo com que algumas violências sejam propagadas, identificadas ou não, e que se possa compreender se é reprodutor dessa violência ou vítima. Em seguida, foi abordado quem somos nas dinâmicas sociais de poder, marcadores sociais na diferença, binarismo, dominação-exploração-violência-extermínio e interseccionalidade (raça, gênero, classe, religião, capacidade, idade, região, sexualidade). Com auxílio de Scott (1995), foi explicado o conceito de gênero, assim como identidade de gênero e heterossexualidade compulsória. A professora Teresa Kleba falou sobre violências de gênero e os tipos de violência.

A quarta aula “O desafio de uma educação profissional não-violenta e livre de assédios” foi ministrada por Luciana Gransotto, no dia 12 de setembro de 2023, na modalidade *online* para os/as estudantes e no dia 19 de setembro de 2023 para servidores/as, transmitida pelo canal do *YouTube*²⁵. O primeiro questionamento é

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Txxm8h2AI0c>

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XIm1ehOJRso&t=13s>

²⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_eJSUsTE8m0

“Como construir um ambiente profissional seguro, livre de violências e assédios”? Sendo importante então pensar coletivamente nas ferramentas estratégicas necessárias para construir a educação profissional não violenta, partindo de todos os espaços e de todas as relações. A violência nas escolas não deve ser vista como um fenômeno independente, ela é um sintoma dos problemas sociais, reflete as desigualdades e exclusões presentes. Dessa forma, não é apenas o resultado de comportamentos individuais, e tem suas múltiplas dimensões. Foi abordado o assédio sexual, assédio moral, tipos de assédio moral, *bullying*, ferramentas de combate aos assédios (representação de gênero, diversidade cultural, acessibilidade, diversidade LGBTQIA+, cultura indígena, questões socioeconômicas, gênero e feminismo).

A quinta aula “A educação para uma sociedade libertadora e a luta contra as Violências” foi ministrada por Assis Felipe Menin, no dia 26 de setembro de 2023, na modalidade *online* para os/as estudantes, e no dia 03 de outubro de 2023 para servidores/as em Urupema e transmitida pelo canal do *YouTube*²⁶. O debate ocorreu em torno da luta pela inclusão das questões da diversidade na escola, ataques aos docentes nas escolas (catarinenses) e discursos de ódio na *internet*. Abordou a luta pela educação sexual, a reação de empreendedores nas batalhas morais no Brasil, a Ideologia de Gênero na América Latina, o antigênero no Brasil, censura e perseguição nas escolas e a solidão do/a docente catarinense vítima de perseguição.

A sexta aula “Violências e assédios moral e sexual: a questão da interseccionalidade” foi ministrada por Natércia Bambirra, no dia 10 de outubro de 2023, na modalidade *online* para os/as estudantes, e no dia 17 de outubro de 2023, para servidores/as e transmitida pelo canal do *YouTube*²⁷. As temáticas violência e assédio foram discutidas a partir da perspectiva interseccional. A interseccionalidade nasce enquanto conceito e como ferramenta analítica a partir de pessoas não brancas, negras, latinas e indígenas que estavam presentes nos movimentos de lutas antirracistas, lutas de classes, lutas de mulheres e não se viam representadas.

A sétima aula “Movimentos sociais, cidadania e acesso a políticas públicas de combate às violências e assédios” ministrada por Francine Costa no dia 10 de outubro de 2023, na modalidade *online* para os/as estudantes e no dia 17 de outubro de 2023

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lkq5H38cPUQ>

²⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_dezM0T85x8

para servidores/as transmitida pelo canal do *YouTube*²⁸. A aula iniciou abordando a constituição cidadã de 1988 e leis de combate as violências. Realizada a leitura do Atlas da violência, e acordado as temáticas: A sociedade civil e os movimentos sociais e Políticas públicas e o combate à violência e o assédio e os conselho de direitos. O último tópico trouxe o combate as violências e assédios em espaços educativos, compreendendo assédio como violação da dignidade e integridade.

A oitava e última aula “Por uma sociedade não violenta: acesso à Justiça contra as violências e assédios para mulheres e homens” ministrada por Raíssa Jeanine Nothhaft no dia 07 de novembro para estudantes e 14 de novembro para servidores/as na modalidade *online* e transmitida pelo canal do *YouTube*²⁹. Para início do diálogo, todos/as foram levados a questionar: “o que seria viver sem violência para mim?” A partir desse questionamento, violência foi abordada como dispositivo de poder/controlado e como dispositivo de comunicação. A violência sempre provoca algum tipo de dano e muitas estruturas sociais violentas não podem mais ser romantizadas, como foram por muito tempo, por serem entendidas como práticas sociais corriqueiras. Abordado a necessidade do processo de reconhecimento de direitos, tanto dos aspectos sociais e culturais, como acesso à informação sobre direitos. Foi assistido um trecho do documentário “O silêncio dos Homens” e discorrido sobre masculinidades e masculinidade hegemônica, que é a masculinidade socialmente valorizada.

No ciclo de formação destinado aos servidores/as, foram realizadas 277 inscrições, sendo que na primeira atividade do ciclo, momento para uma apresentação, houveram 181 respostas. A partir dessas respostas foi possível identificar a função exercida e o campus de atuação dos inscritos que interagiram no ciclo, já que foi percebido que nem todos os/as inscritos/as participaram efetivamente, levando em consideração a participação nas aulas e interação nos fóruns.

As apresentações foram breves e sem muitas informações, foi identificado que a maior participação foi de Florianópolis (incluindo os 3 câmpus, já que a maioria não especificou o campus de atuação) com 41 participantes, seguido de Jaraguá do Sul

²⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_dezM0T85x8

²⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sFwiOHIN_OQ

com 20 participantes (que inclui 2 campus) e com o mesmo número, 12 participantes estava São Miguel do Oeste e Araranguá.

Tabela 17 – Servidores/as identificados ciclo de formação - Campus

Campus informado	Quantidade de participantes
Florianópolis	41
Jaraguá do Sul	20
São Miguel do Oeste	12
Araranguá	12
Joinville	10
Gaspar	8
Lages	8
Chapecó	8
Criciúma	7
Palhoça	6
São Lourenço do Oeste	6
Garopaba	5
Tubarão	5
Caçador	5
Xanxerê	4
Urupema	4
São Carlos	3
São José	3
Canoinhas	3
Itajaí	1
Não informado	10

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme percebido na tabela abaixo, o maior número de participantes tratava-se de cargos de chefia, haja vista que houve uma certa “obrigatoriedade”³⁰ a participar do mesmo. Embora em nossa compreensão, a partir do momento em que uma política é aprovada e está em processo de implementação, a presença de todos/as é de extrema necessidade e urgência.

Tabela 18 – Servidores/as identificados ciclo de formação - Cargo

Cargo	Quantidade de participantes
Coordenador/a	42
Professor/a	35
TAE	26
Diretor/a	15
Chefia de Departamento	11
Assistente Social	8
Psicólogo/a	6
Assistente de alunos/as	6
Técnico	5
Bibliotecário/a	4
Jornalista	3
Ouvidor/a	2
Nutricionista	2
Pró-Reitor/a de Ensino	2
Pró-Reitor/a de Extensão	1
Não informado	13

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

³⁰ Os/As gestores/as não foram oficialmente obrigados/as a participarem do curso por intermédio de convocação, mas aconteceu uma forte campanha por parte da gestão para que participassem da formação, pois sem engajamento desses/as, corria-se o risco de a política não ser plenamente posta em prática. Somos da opinião de que os/as gestores/as deveriam ter sido formalmente convocados/as para realizar o curso e que a gestão do IFSC deveria ter sido mais enfática nisso.

Entre os/as servidores/as identificados/as, 113 eram mulheres e 68 eram homens, sendo que a maioria dos homens que participaram do curso ocupavam algum cargo de chefia. Ou seja, isso pode nos levar a pensar que falar sobre assédio é um assunto não muito atrativo para os homens, o que pode ser explicado devido à maioria das vítimas serem mulheres.

A participação dos/as estudantes no ciclo de formação foi ainda menor, tiveram 32 inscrições. Houve 8 interações no fórum de apresentação (todas mulheres), sendo que 2 não eram estudantes, eram servidores/as que fizeram a inscrição errada. As 6 estudantes eram do Campus Joinville, Canoinhas, Criciúma, Tubarão, duas de Palhoça e uma não informado o campus. As aulas síncronas tinham poucas presenças, em média 5 alunas por aula.

O grupo de docentes que era composto o ciclo de formação era de excelentes profissionais, com larga experiência nas temáticas abordadas. No entanto, percebemos que em alguns momentos as temáticas se repetiam e outras temáticas podiam ter avançado mais. Sentimos falta de propostas mais práticas de como trabalhar assédios e violências dentro da instituição, principalmente com os/as jovens. E confirmamos que a proposta de elaborar um produto educacional voltado a esse público jovem se fez ainda mais necessário.

Percebemos que ao longo do ciclo o número de participantes foi diminuindo, e é claro que pode estar ligado a inúmeros fatores, tanto institucionais como pessoais. De acordo com questionário de avaliação do curso, a maioria das evasões, sobretudo de gestores/as, se deu, segundo eles/as mesmos/as, pelo excesso de trabalho e falta de tempo para se dedicar ao ciclo. Ao final, apenas 52 cursistas concluíram o curso, atingindo frequência mínima de 75% e realizando algumas atividades de aprendizagem e avaliação de baixa complexidade. Cremos que um ciclo tão complexo, com temas delicados, necessitam de mais interação por parte dos/as docentes, seja via *chat* ou fórum. Levar os/as cursistas a refletirem sobre a temática faz com que o conhecimento seja melhor apreendido.

Apesar da evasão e da pouca interação da equipe docente, a iniciativa realizada pela instituição com esse ciclo de formação foi excepcional, foi muito bem elaborado e distribuído pela equipe responsável. São debates que precisam estar ocorrendo dentro das instituições. Quem acompanhou o ciclo de formação, assistindo as aulas e leu os materiais disponibilizados, teve acesso a excelentes materiais.

O Departamento de Formação e Práticas Educativas (PROEN), compreendendo que o processo formativo para implantação de uma política sobre temas tão complexos não se esgota em um ciclo de formação, segue promovendo formações sobre as temáticas. No dia 22 de março de 2024, no Câmpus São José do IFSC e com transmissão via *Youtube*³¹, aconteceu palestra intitulada Convivência e Violências nas Escolas, ministrada pela professora Dra. Miriam Abramovay (FLACSO), uma das maiores autoridades nacionais sobre o tema.

As intensas atividades de formação do Departamento foram paralisadas em função de greve dos/as servidores/as federais, já citada anteriormente, sendo que as atividades de formação não foram consideradas atividades essenciais, segundo o termo³² acordado entre a gestão do IFSC, Comitê de Greve e Sindicato. As ações de formação sobre o tema estão sendo paulatinamente retomadas, dada a complexidade do momento pós greve, sendo que a reposição das aulas do calendário 2024 avançará para o ano civil 2025. Nesse cenário, em que a reposição das aulas desponta como prioridade, o tempo e espaço destinado à formação continuada lastimavelmente perde espaço. Dessa forma, no presente ano, está prevista ainda uma ação de formação sobre violências de gênero, que ocorrerá no início de dezembro. Para 2025, estão sendo planejadas ações mais incisivas e menos esporádicas, após a normalização do calendário institucional.

Após a sistematização de todo o processo de elaboração e implantação da política, assim como a definição dos conceitos principais, o próximo passo é o produto educacional, na qual trataremos no próximo capítulo.

³¹ Disponível em: https://www.youtube.com/live/X_JROu7eHZo?si=OkLWxISqpZhBD5FO

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional “tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica”, assim como deve estar “visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos”. (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2018, p. 2). Sendo assim, além do texto dissertativo, foi produzido um produto educacional, que tem como foco levar o conhecimento a ser compartilhado.

Segundo Moreira e Nardi (2009, p. 4):

Ainda que se mantenha a nomenclatura de dissertação, a natureza do trabalho de conclusão do mestrado profissional é distinta da do acadêmico; trata-se do relato de uma experiência de implementação de estratégias ou produtos de natureza educacional, visando a melhoria do ensino em uma área específica.

Os autores seguem citando alguns exemplos de produtos educacionais que podem ser desenvolvidos, como um ambiente virtual de aprendizagem, um aplicativo, um texto informativo, uma sequência didática, um DVD etc. E segue destacando que a dissertação deve estar apoiada no produto educacional, no entanto, ele deve possuir sua própria identidade. (Moreira e Nardi, 2009, p. 3).

Considerando o Mestrado Profissional como um campo propício para o desenvolvimento de competências à formação docente, Pasqualli, Vieira e Castaman (2018, p. 108) afirmam que “ o mestrado amplia as possibilidades de refletir acerca das práticas e dos desafios enfrentados no cotidiano educacional, na perspectiva de construir e consolidar uma postura inovadora à atividade educativa. ”

A construção da postura inovadora citada pelas autoras está totalmente relacionada ao desenvolvimento do produto educacional, já que o/a mestrando/a deve, a partir da pesquisa desenvolvida, elaborar um produto que tenha aplicabilidade, o que propicia levar a pesquisa ao espaço escolar e não apenas ao espaço acadêmico.

O produto educacional tem como alicerce o vínculo entre o ensino e a pesquisa, partindo dos princípios da pesquisa aplicada e preservando a experiência de prática pedagógica/docente do/a mestrando, tendo a possibilidade, assim, de potencializar a

sua qualidade e função social. O produto educacional pode (e deve) ser compreendido como algo em constante movimento, baseado na realidade de cada espaço educativo. (Pasqualli; Vieira e Castaman, 2018).

Para essa pesquisa, o produto educacional desenvolvido foi uma cartilha informativa contendo conhecimentos e dados sobre a temática abordada na Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, com o enfoque no aprendizado, reflexão e empoderamento para o enfrentamento a essas problemáticas.

Na cartilha, foi dada prioridade para textos de fácil compreensão para os/as estudantes do Ensino Médio Integrado, levando em consideração a realidade em que vivemos atualmente, em que os/as jovens estão consumindo conteúdos reduzidos e rápidos. Embora esse seja o público alvo, é possível (e necessário) sua utilização por toda comunidade acadêmica.

No que tange a política, optamos por cita-la de maneira geral, inserindo *link* para a leitura na íntegra. Foram destacados alguns conceitos como o de violência, assédio sexual e assédio moral, descritos no texto da política, considerando a necessidade de identificar a conceituação desses termos, assim como esses comportamentos, muito vezes normalizados, e para isso foram citados exemplos dessas condutas.

A segunda parte da cartilha tem a proposta levar à reflexão e trazer alguns apontamentos de como as desigualdades de gênero vêm sendo construídas e que dessa maneira seja possível começar a compreender (mas não aceitar) os comportamentos violentos e assediosos recorrentes dos homens para com as mulheres.

Além do estudo da política, foi realizado o estudo do “*Guia Lilás: orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal*”³³, instituído pela Portaria Normativa SE/CGU n° 58, de 7 de março de 2023, que integra a Política de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual e a Discriminação no Poder Executivo Federal. O guia traz conceitos e exemplos de atos, gestos e

³³ Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2023/julho/guia-lilas-prevencao-e-tratamento-ao-assedio-moral-e-sexual-no-governo-federal>

atitudes que podem ser consideradas como assédio moral, assédio sexual e discriminação nas relações de trabalho. Embora não seja a linguagem proposta da cartilha, ajudou a traçar uma linha de informações relevantes.

O produto educacional foi enviado por *e-mail* para com o Comitê de Articulação, Monitoramento e Avaliação da política, para que o mesmo pudesse ser compartilhado durante o plano de comunicação do comitê, que iniciou com um texto no Blog no IFSC em setembro de 2024.

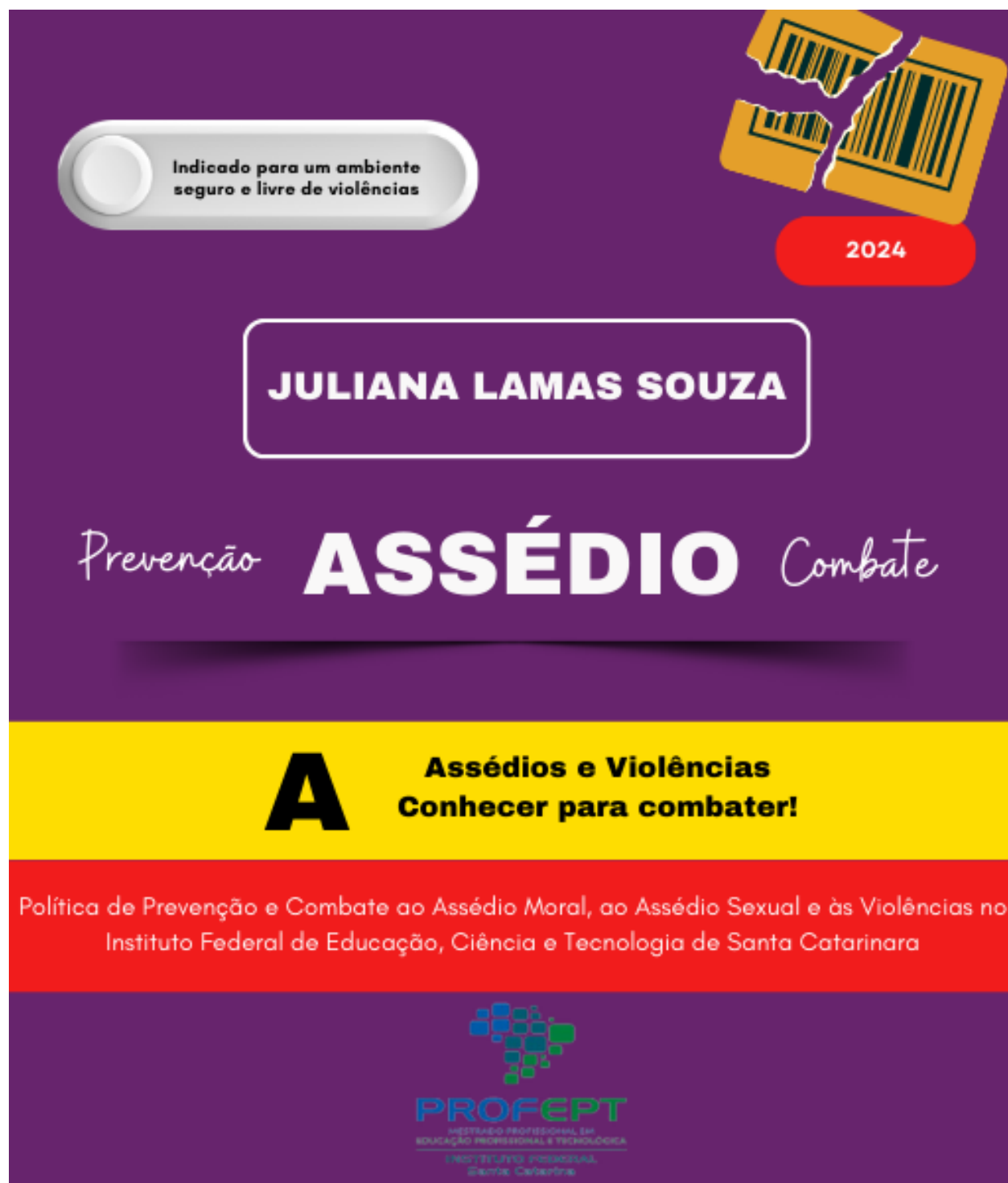
O produto educacional Cartilha Assédio: Prevenção e Combate está disponível no formato PDF e no formato *on-line*, que pode ser acessado no seguinte endereço: https://www.canva.com/design/DAGOJ74MXQ4/8gMPKrBhyPh3QnLYMSqJ7g/view?utm_content=DAGOJ74MXQ4&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=editor

A cartilha também pode ser acessada no formato Flipbook no endereço a seguir ou pelo *QRcode*:

<https://heyzine.com/flip-book/dd54772c9e.html>



A seguir, apresentamos a Cartilha completa:



Ficha Técnica

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINARA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AUTORA: Juliana Lamas Souza

ORIENTADORA: Dra. Eliane Juraski Camillo

PRODUTO: Elaborado a partir da dissertação "Gênero e Educação Profissional e Tecnológica: a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina."

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ensino

PÚBLICO-ALVO: Discentes do Ensino Médio Integrado

Apresentação

Vivemos em uma sociedade rodeada de discriminações, preconceitos, estereótipos e com a normalização de determinados comportamentos historicamente construídos, que em alguns casos levam a situações e comportamentos violentos e assediosos.

Este produto educacional no formato de cartilha foi desenvolvido no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, tendo o objetivo de divulgar a ***Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.***

Além da divulgação da Política para a comunidade acadêmica e conceituação de Violências, Assédio Moral e Assédio Sexual, buscamos demonstrar que as maiores vítimas de assédios e violências são as mulheres. E a partir desse fato, trazer apontamentos que possam nos indicar pistas para a compreensão do modelo que esteve (e ainda está) vigente em nossa sociedade, em que impera a dominação dos homens e subordinação das mulheres.

Política

Aprovada como Resolução 01/2023, pelo Conselho Superior (CONSUP), em fevereiro de 2023, a **Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina** é fruto de uma intensa discussão que vem ocorrendo na instituição desde março de 2022, quando foi instituída a Comissão de Articulação para a Elaboração da Política. Ocorreu escuta orientada com os/as Diretores/as de Câmpus, Comitê de Direitos Humanos, Coordenadorias Pedagógicas, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação (SINASEFE), Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e Estudantes. Elaborada a minuta da Política, passou por consulta pública com contribuições anônimas.



Acesse o texto na íntegra:

https://ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/resolucao_01_consul_combate_assedio-pdf



A Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina tem a finalidade de promover um ambiente institucional digno, saudável, seguro e livre de qualquer violência. Apresenta os princípios e objetivos e a definição de alguns conceitos fundamentais. Prevê a articulação e implementação da política, assim como o acolhimento da vítima e fluxo de denúncias, destacando a papel fundamental da formação continuada para toda comunidade acadêmica.

A seguir, a conceituação de Violências, Assédio Moral e Assédio Sexual conforme o texto da Política:



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

Violência é qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classe ou nação dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos patrimoniais, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou espirituais.

Assédio Moral consiste em ações ou omissões intencionais e reiteradas, com o intuito de causar humilhação, isolamento e/ou constrangimento, de maneira repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho ou de estudo e no exercício de suas funções. Pode ser expresso em gestos, palavras (orais ou escritas) e/ou comportamentos de natureza psicológica. Tais ações expõem a vítima, são capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física e têm o efeito de excluí-la de suas funções e/ou de deteriorar o ambiente de trabalho e/ou pedagógico.

Assédio Sexual no ambiente escolar e do trabalho consiste em constranger alguém/outrem, com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual. Pode ser conceituado como qualquer conduta de natureza sexual não solicitada, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

Violências

Tipos de violências e alguns exemplos que como podem se manifestar:

Violência Física: Atirar objetos, sacudir, apertar os braços, espancar, estrangular, sufocar, provocar lesões com objetos cortantes e queimaduras.

Violência Psicológica: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, insultos ou chantagem.

Violência Sexual: divulgar fotos ou vídeos íntimos.

Violência Patrimonial: retenção, subtração e destruição parcial ou total de documentos pessoais, bens e objetos pessoais.

Violência Moral: emitir juízos morais sobre a sua conduta, críticas mentirosas, exposição da vida íntima, desvalorizar pelo seu modo de vestir.



Assédio Moral

Assédio Moral Vertical Descendente: é o mais comum, e ocorre quando há pressão e abuso de poder com pessoas que possuem um nível hierárquico maior que a vítima.

Na instituição de ensino, se manifesta com críticas constantes ao comportamento do/a estudante, tratamento excludente ou discriminatório, critérios não equitativos na correção de atividades, comparar o nível cognitivo, ridicularizar o/a estudante, etc.



Assédio Moral Vertical Ascendente: quando o assediador está em um nível hierárquico inferior, de subordinados/as para com os/as chefes ou com estudantes para com seus/suas professores/as. Pode ser praticado por grupos de servidores/as ou grupos de estudantes. Ocorre quando o/a estudante é desrespeitoso/a, sarcástico, etc.



Assédio Moral Horizontal: Quando não há relação de hierarquia entre o assediador e a vítima, pode ocorrer entre colegas de trabalho, entre estudantes ou entre professores/as.

Assédio Moral Misto: é praticado com um/a superior hierárquico e um grupo de colegas para com outro colega. Pode ser iniciado pelos/as colegas e ser incentivado pelo chefe.



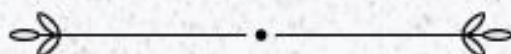
O que caracteriza Assédio Moral?

- Tratamento discriminatório e excludente;
- Comentários depreciativos, preconceituosos ou indecorosos;
- Rebaixamento da capacidade cognitiva;
- Deterioração proposital das condições de trabalho/estudo;
- Isolamento e recusa de comunicação.



Assédio Sexual

O **Assédio Sexual** pode se manifestar por meio de mensagens escritas, gestos, cantadas, piadas, insinuações, chantagens ou ameaças; ou seja, de maneira sutil ou explícita, não sendo o contato físico requisito para a configuração do assédio sexual, bastando que ocorra a perseguição indesejada.



Assédio Sexual Vertical: Assediador está em um nível hierárquico maior que a vítima. Ocorre entre professor/a x estudante, chefe x servidor/a.

Assédio Sexual Horizontal: Não há relação de hierarquia entre assediador e a vítima. Ocorre entre estudantes, entre professores/as e entre servidores/as.

Assédio Sexual pode ocorrer por **chantagem** ou **intimidação**.

O que caracteriza Assédio Sexual?

- Conversas indesejáveis sobre sexo;
- Piadas com conotação sexual;
- Contato físico não desejado;
- Elogios sobre o corpo e modo de se vestir;
- Solicitação de favores sexuais;
- Pressão para participar de “encontros” e saídas;
- Envio de pornografia (fotos, *emojis*, figurinhas, vídeos);
- Insinuações, explícitas ou veladas, de caráter sexual;
- Gestos ou palavras, escritas ou faladas, de caráter sexual;
- Promessas de tratamento diferenciado;
- Praticar expressões corporais e gestos obscenos;
- Ameaça e chantagem as solicitações sexuais;
- “Brincadeiras” tipicamente sexistas.



Anote as situações de assédio, relatando detalhes. Converse com pessoas que possam ter presenciado a situação de assédio e possam ser possíveis testemunhas. Evite ficar sozinha com o assediador. Reúna todas as provas possíveis.

Físicas

Distúrbios digestivos, hipertensão, palpitações, tremores, dores generalizadas, alterações da libido, agravamento de doenças preexistentes, alterações no sono, dores de cabeça, estresse.

Psicológicas

Culpa, vergonha, rejeição, tristeza, inferioridade e baixa autoestima, irritação, pessimismo, depressão, diminuição da concentração e da capacidade de recordar acontecimentos, cogitação de suicídio.

Consequências

Profissionais

Redução da capacidade de concentração e da produtividade, erros no cumprimento das tarefas, intolerância ao ambiente de trabalho e reações às ordens superiores.

Sociais

Falta de vontade de fazer amizades, degradação do relacionamento familiar.

O que fazer em caso de assédio ou violência no IFSC?

Estudante, se você acha que sofreu algum tipo de violência, assédio moral/sexual procure alguém de sua confiança para conversar ou procure ajuda no Câmpus. Servidor/a, procure a Gestão de Pessoas.



1- FORMALIZAÇÃO DA DENÚNCIA

Por meio da plataforma Fala.Br, que é o canal oficial do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.



2- OUVIDORIA

Após receber a manifestação por meio de Fala.Br, a Ouvidoria do IFSC toma ciência de fato e verifica se a pessoa que considera ter sofrido assédio recebeu atendimento especializado. Caso isso não tenha ocorrido, a situação é encaminhada junto ao câmpus.



3- ACESSORIA DE CORREIÇÃO E TRANSPARÊNCIA

O processo pode ter dois caminhos: instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), quando há materialidade robusta e indicativo de autoria; ou instauração de Investigação Preliminar Secundária (IPS) ou Sindicância Investigativa (Sirve), quando não há tais elementos. A IPS e a Sirve investigam a situação de forma mais aprofundada.



4- INVESTIGAÇÕES INTERNAS

Tanto no caso do PAD quanto nos de IPS ou Sirve, há uma série de procedimentos que devem ser seguidos para garantir a idoneidade da investigação. Tanto denunciante quanto denunciado podem apresentar testemunhas.



5- CONCLUSÃO

A comissão de servidores responsável pelo PAD encaminha ao reitor o resultado do PAD, que, com apoio da Procuradoria Federal, julga o processo e faz cumprir o resultado.



A denúncia pode ser feita pela vítima, por alguém de sua confiança ou pela pessoa que fez a escuta.

O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal.



Como se constroem as
violências e assédios?



Desde muito cedo, os **estereótipos** vão sendo criados e reproduzidos, vão determinar o papel de cada gênero dentro da sociedade. Você já ouviu alguns dos comentários a seguir? Achou que eram apenas comentários inofensivos? Não imaginou o quanto eles estariam “moldando” as crianças para um padrão sexista?



A partir do conceito de gênero, é possível compreender que ser homem e ser mulher em nossa sociedade é uma construção histórica e social, que pode variar conforme a cultura, momento histórico, etc. Assim como os papéis de gênero vão sendo construídos, através deles vão se apresentando comportamentos e atitudes que seriam típicos de cada gênero.

“Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual. Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado.” (GROSSI, 1998)

“Ao macho estão sempre associados valores tais como força, razão, coragem.”

“Para não correr o risco de não encarnar adequadamente o papel de macho o homem deve inibir sua sensibilidade.”

“O homem será considerado macho na medida que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos.”

(SAFFIOTI, 1987)

Linha do Tempo

Lutas por equidade no Brasil

1827

Foi permitido que as meninas frequentassem os colégios.

1879

As mulheres conquistam o direito ao acesso às Universidades

1932

As mulheres tiveram direito ao voto.

1962

Com a criação do Estatuto da mulher casada, as mulheres não precisavam mais da autorização do marido para trabalhar, passaram a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação.

1979

As mulheres foram autorizadas a jogar futebol, o que havia sido proibido na Era Vargas, pois alguns esportes eram incompatíveis com as "condições de sua natureza".

1988

A constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens

2002

O homem perdeu o direito de pedir anulação do casamento caso a mulher não fosse mais virgem.

**Você conhece
esses termos?**

“

Bropropriating

Quando um homem se apropria da ideia de uma mulher ou leva o crédito por algo que ela produziu.

”

“

Mansplaining

Quando um homem tenta explicar para uma mulher algo que ela já sabe ou tem mais conhecimento que ele

”

“

Gaslighting

Quando um homem manipula psicologicamente uma mulher fazendo com que ela duvide de sua própria sanidade

”

“

Manterrupting

Quando um homem interrompe constantemente uma mulher, impedindo com que ela conclua a frase ou pensamento

”

“

Slut-shaming

Quando uma mulher é constrangida ou desqualificada pela maneira que se comporta ou se veste.

”

São atitudes e comportamentos machistas que são reproduzidos cotidianamente, em todos os espaços.

“O **sexismo** pode ser entendido como um resquício da cultura patriarcal, isto é, como um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero, que se legitima através das atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam. ”

(FERREIRA, 2004)

Machismo

Conjunto de crenças, condutas e atitudes que visam a superioridade masculina e afetam todas as relações sociais, prejudicando mulheres e homens.

Misoginia

Ódio, desprezo e aversão às mulheres



“**Patriarcado**, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. ”

(LERNER, 2019)





E o Movimento **RED PILL** você conhece?

O movimento **RED PILL** reforça conceitos relacionados a submissão das mulheres aos homens, que não devem manter relacionamentos afetivos com elas, apenas manter relações sexuais, pois as mulheres não tem caráter, são infiéis e manipuladoras.



O termo **Red Pill** faz referência ao filme "Matrix", na qual o personagem de Keanu Reeves toma uma pílula vermelha (em inglês, red pill) para tomar consciência da realidade à sua volta.

Existem outros movimentos como **INCELLS** (celibatários involuntários) que culpam as mulheres por serem virgens e **MGTOW** ("homens seguindo o seu próprio caminho") que acreditam que as mulheres são nocivas e atrapalham a jornada masculina.

Estatísticas

Assédio Sexual 2023

BRASIL: 8.135

1º lugar - São Paulo: 1.432

2º lugar - Paraná: 1.040

3º lugar - Minas Gerais: 756

4º lugar - Santa Catarina: 752

Importunação Sexual 2023

BRASIL: 41.371

1º lugar - São Paulo: 13.808

2º lugar - Minas Gerais: 4.290

3º lugar - Paraná: 3.237

6º lugar - Santa Catarina: 2.164

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2024

Santa Catarina esta entre os estados com maiores índices de assédios



Mais informações estão disponíveis nas pesquisas: Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (2023) e no 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.



Legislação



- **Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção.
- **Lei 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann):** Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.
- **Lei 12.845/2013 (Lei do Minuto Seguinte):** Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos.
- **Lei 12.650/2015 (Lei Joana Maranhão):** Alterou os prazos quanto a prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.
- **Lei 13.104/2015 (Lei do Femicídio):** Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
- **Lei 13.718/2018:** Altera o Código Penal e Lei das Contravenções Penais, tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes.
- **Lei 14.540/2024:** Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

Essas são algumas leis que podem ser consideradas um avanço na luta pela equidade de gênero e combate de violências e assédios.



QUIZ



Responda SIM ou NÃO.
E seja sincera/o nas
respostas!

1. Você é capaz de mover-se pelo mundo (sair e frequentar diversos lugares) sem medo de sofrer abuso sexual?
2. Você se sente seguro/a voltando para casa a pé, sem companhia, à noite?
3. Você pode cometer erros e não ter seu comportamento atribuído a falhas do seu gênero?
4. Quando era criança, você podia brincar livremente em todos os espaços?
5. Você pode ficar de bom humor ou chateado/a sem que isso seja atribuído ao seu gênero?



QUIZ



6. Você passou/passa pela puberdade sem ter seu corpo relacionado a um objeto de desejo?
7. Você pode ter quantos relacionamentos (afetivos e sexuais) quiser e não passa por nenhum tipo de julgamento negativo por isso?
8. Você não é cobrado a fazer as unhas, se depilar, cuidar do cabelo e evitar as rugas?
9. Você não é o/a principal responsável pelas tarefas domésticas em sua casa?
10. Você pode usar a roupa que quiser sem ter que se preocupar com o julgamento e comportamento dos/as outros/as?



Se a maioria das suas respostas for SIM, pode significar que você tem alguns PRIVILÉGIOS DE GÊNERO, e é importante que reflita sobre eles. Repensar sobre posturas e atitudes faz parte do amadurecimento de todas/as e desconstruir estereótipos e preconceitos também.

Vamos refletir sobre alguns pontos:

Muitos comportamentos violentos e assediosos foram construídos socialmente, conforme foram sendo definidos papéis específicos para homens e mulheres!

As mulheres não são biologicamente mais sensíveis que os homens, isso também é construído!

Homem também chora viu, não tem nenhum problema nisso!

Homens tem mais privilégios que mulheres sim, olhe a nossa história, veja como as mulheres tiveram que lutar por seus direitos!

Se não há reciprocidade e se deixa a outra pessoa desconfortável não é cantada, é assédio!

Não importa minha intenção, o que importa é como a pessoa que recebe se sente, então respeite o sentimento da outra pessoa!

Em uma sociedade machista, sexista e misógina todos/as são prejudicados/as!

Falar de preconceito, discriminação, violências e assédios não é "mimimi", é urgente e necessário!

Precisamos juntos/as lutar pela desconstrução de preconceitos, pelo empoderamento individual e por espaços com mais representatividade!

Você conhece alguém que é/foi vítima de assédio?

Nunca culpe a vítima.

Não minimize a violência sofrida ou o sentimento da vítima.

Dê apoio e acolhimento.

Se faça presente, mas nunca pressione a vítima a tomar nenhuma atitude.



O melhor remédio para erradicar as violências e assédios é a desconstrução do padrão sexista e misógino que reproduz a desigualdade de gênero, prejudicando mulheres e homens.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. Temas em Psicologia. Ribeirão Preto, 2004.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. Visível e Invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil. 4ª ed, 2023.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.
- GROSSI, Miriam.Pilar. Identidade de gênero e sexualidade. UFSC/Programa PGAS. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, 1998.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC. Resolução CONSUP Nº 01, de 05 DE março de 2023. Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis, 2023.
- LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina



PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar as temáticas de gênero e assédio em nossa sociedade não é tarefa fácil, dentro da educação profissional e tecnológica acreditamos que seja ainda mais difícil. Percebi isso enquanto aluna, no convívio com os/as professores/as do programa e com os/as colegas de turma. Principalmente quando expus o interesse que minha temática de pesquisa estivesse diretamente relacionada aos estudos de gênero. Tive que ir moldando minha pesquisa para que pudesse se “enquadrar” no programa e que eu pudesse ser aprovada na Unidade Curricular em que o projeto de pesquisa foi desenvolvido. A liberdade de pesquisar um tema que realmente me estimulava veio apenas com o incentivo da minha orientadora.

Ao analisarmos o histórico da EPT, percebemos o quanto é um ambiente machista, de domínio masculino. Mesmo hoje em dia, quando o número de mulheres nos cursos chega a ser superior ao de homens, ainda existem alguns “espaços” que não são de circulação feminina. Ou seja, existem alguns cursos que são pouco frequentados por meninas e mesmo quando elas estão nesses espaços, às vezes não se sentem à vontade por não terem as mesmas oportunidades que os meninos ou mesmo por serem subestimadas.

O estado da arte da produção do conhecimento sobre gênero e assédio na EPT apontou que existem poucas pesquisas na área, e os Institutos Federais que tem promovido essas pesquisas são os que possuem os núcleos de gênero na instituição, dessa maneira o debate se faz presente. No entanto, esses núcleos enfrentam alguns desafios, como pouco recurso, resistência por parte de alguns (que está diretamente relacionado à falta de conhecimento) e pouca participação masculina.

Através de consulta no banco de dados, identificamos poucas pesquisas que abordam gênero dentro do programa de mestrado. As pesquisas que conversam com essa temática estão mais voltadas à inclusão da população LGBTQIA+, que com certeza são importantes e necessárias, mas pouco falam do machismo estrutural e como ele vem se apresentando no espaço da EPT. E quando não se fala em machismo, também não se fala da desigualdade de gênero e em assédios e violências.

São inúmeras “caixinhas” que precisam ser abertas e nem todas as pessoas estão dispostas a fazer esse movimento, parece que deixar “quieto” é muito mais fácil. Mas nem sempre o que é mais fácil é o mais adequado.

Os homens detentores de poder e privilégios não querem abrir mão das vantagens que possuem, e as mulheres com medo das consequências que podem sofrer no momento em que falarem sobre o peso da subordinação, também preferem muitas vezes se calarem. Mas esses comportamentos não são regra, felizmente. Hoje, muitos homens e mulheres estão em busca de equidade e já conseguem perceber o quanto é danoso o sistema que reproduz as desigualdades.

Gostaríamos de deixar claro que quando falamos, nessa pesquisa, em mulheres e homens, estamos nos referindo a pessoas cisgênero, não porque sejam mais importantes que as pessoas transgênero (ou não binário), mas porque precisaríamos utilizar outros marcadores sociais da diferença e trazer o discurso interseccional para esse debate, o que não seria possível devido ao tempo de pesquisa.

As estatísticas mostram o número crescente de violências e assédios e que sua maioria são mulheres, foi possível compreender esse motivo quando analisamos a construção das desigualdades de gênero, conforme estava previsto em nossos objetivos. Por isso, optamos por falar no assédio e nas violências sofridas pelas mulheres, e não falar em “pessoas” como se não fosse óbvio que as mulheres são as maiores vítimas.

Observando ao longo da história, identificamos comportamentos discriminatórios com relação às mulheres desde o início da civilização, apresentando características específicas conforme o período em que ocorreu. As mulheres eram tratadas como mercadoria e propriedade, primeiro eram propriedade dos pais e depois do marido. Eram consideradas naturalmente frágeis e a elas caberia a esfera privada, consequentemente aos cuidados da casa e dos/as filhos/as. Os homens naturalmente fortes poderiam ocupar todos os espaços.

A herança desse sistema patriarcal ainda mantém uma cultura machista e misógina, que ao invés de ser desconstruída, ganha espaço com outros movimentos como *Redpill* e *Incell*. E quando nos deparamos com esses movimentos, percebemos que o caminho ainda é longo.

O foco da pesquisa não foi trocar a dominação-subordinação pelo culpado-vítima, pois entendemos que nesse sistema desigual todos/as sofrem, de forma diferente, com consequências diferentes, mas todos/as acabam se prejudicando. Mas também não podemos deixar de citar que as mulheres são as mais prejudicadas.

Situando todo o contexto em que a pesquisa está inserida e realizado os objetivos da revisão de literatura, acreditamos ser importante trazer a pergunta que norteou a pesquisa: Como a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC pode contribuir para o debate, a prevenção e o enfrentamento das violências de gênero?

Quando pensamos no espaço educativo e principalmente nas/os estudantes, logo entendemos que o foco deve ser o de levar o debate para conhecimento delas/as, já que a normalização de vários comportamentos assediosos e violentos precisam ser desmistificados. Tanto meninos e meninas (homens e mulheres), precisam ter a compreensão de atitudes e comportamentos que não são aceitáveis.

Compreendemos, dessa maneira, que é fundamental criar uma política de enfrentamento às violências e assédios, e ainda mais importante é deixá-la viva, circulando por todos os espaços, ao acesso de todos/as.

É através de sua implementação, que o IFSC poderá contribuir de maneira significativa para a prevenção das violências de gênero que ocorrem na instituição. Todas as etapas foram/são de fundamental importância, mas acreditamos que a política não pode ser um documento de gabinete, a política precisa fazer parte do cotidiano da instituição, por isso a etapa que se encontra agora, em outubro de 2024, iniciando o plano de comunicação seja muito importante.

Para a contribuição da política na prevenção e o enfrentamento às violências e assédios, gostaríamos de citar também o plano de formação, que está previsto na política, que já vem sendo desenvolvido desde o ano de 2023, e que precisa fazer parte do calendário fixo da instituição. São temáticas que geram comportamentos normalizados e que precisam ser problematizados constantemente.

Percebemos que o maior entrave nesse processo é fazer com que a mensagem chegue à comunidade, que haja envolvimento e participação. No ciclo de formação realizado no ano de 2023, durante as aulas, havia a presença de uma média de 5 estudantes, considerando que o curso foi aberto aos/as estudantes dos 22 câmpus, esse número é extremamente pequeno. O mesmo ocorreu na formação oferecida aos/as servidores, apesar de haver um número muito mais significativo de inscrições, foi se percebendo um “esvaziamento” durante a formação.

Pensando nesses entraves, é que o produto educacional, fruto dessa pesquisa foi produzido. Tivemos a preocupação em levar as mensagens principais aos/às estudantes, para que eles/as possam ter o conhecimento inicial e ir em busca de mais conhecimento.

A política pode contribuir a esse enfrentamento se levar a temática ao debate, ao questionamento de padrões machistas, sexistas e misóginos, de forma que envolva toda a comunidade.

A partir de todo o debate apresentado nessa pesquisa, das conceituações, do resgate histórico, gostaríamos de destacar três pontos que julgamos fundamentais para o sucesso dessa política e de qualquer organização/grupo/sistema que busque a equidade, que seria: desconstrução, representatividade e empoderamento.

Ninguém nasce preconceituoso/a, mas todos/as fomos construídos/as carregados/as de preconceitos que continuamos reproduzindo ao longo de nossa vida. Quanto a isso não temos o que fazer, mas podemos mudar daqui para frente, ou seja, podemos desconstruir todos os preconceitos, estereótipos e discriminações que nos moldaram, que fazem parte da nossa cultura ou da nossa vivência, e buscar atitudes e comportamentos mais igualitários e equitativos.

Precisamos lutar por espaços plurais, em que todos/as sintam-se representados e legitimados, seja na educação, na política, na cultura e em todos os espaços de socialização. Assim, teremos espaços mais ricos e produtivos.

E por fim, mas não menos importante, precisamos lutar pelo empoderamento, pela nossa emancipação individual. Quando lutamos por nossos direitos, estamos consequentemente lutando pelos direitos de outras pessoas também e tornando nossa sociedade um espaço livre de violências.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, Carme. **Assédio Sexual**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, Alcides Vieira de. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_100anos_2016.pdf/6c6b9d8b-d3ac-cb6e-bd3b-9fdb628a7419. Acesso em: 03 abr. 2023.

ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 1-13, 2018.

BATISTA, Heloisa Fernanda Francisco; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CAMARGO, Clarice Caroline Ortiz de. Análise de conteúdo: pressupostos teóricos e práticos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 48-62, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/42>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas. 2. Ed. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (**Lei Maria da Penha**). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 02 de agosto de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 18º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BRASIL, Lei nº 13.104, DE 9 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em 02 de agosto de 2023.

BRASIL. Poder Executivo Federal. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, RJ, p. 675, 26 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. **Diário Oficial**, Rio de Janeiro, RJ, p. 1210, 15 jan. 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL, **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em 02 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm . Acesso em 19 ago. 2024.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (**Lei Maria da Penha**). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 02 de agosto de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em 10 jun. 2022.

CABRERA, Isaque do Nascimento. **Masculinidades adquiridas**: análise do discurso publicitário e suas soluções para os problemas da masculinidade tóxica. Natal, 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. [Nota Técnica]. Análise comparada da lei 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, das proposições da Conferência Nacional de Educação 2024 e do Projeto de Lei 2.614/2024, enviado pelo Ministério da Educação para o Congresso Nacional. São Paulo, 2024. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PNE20252035_NTCComparativa_PL2614-2024_07_01_vf_ok.pdf . Acesso em: 22 set. 2024.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. Tradução Lara Christina Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

CFEMEA. Centro de Estudos Feministas e Assessoria. **Lei Maria da Penha**: do papel para a vida. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão do ciclo orçamentário. Brasília, 2007.

CERQUEIRA, Paulete Constantino; PONTES, Edel Alexandre Silva; MELO, Beatriz Medeiros de. A mulher no mundo do trabalho: a escolha do curso “masculino” e a inserção no estágio. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 13, p. e209101321046, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i13.21046. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21046>. Acesso em: 29 nov. 2022.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30887/1/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Atualidade.pdf> Acesso em: 11 set. 2024.

COSTA, Maria Carolina Xavier; LIMA NETO, Avelino Aldo de; THOMAS, Julie. Pesquisas sobre violência de gênero na educação profissional brasileira e francesa: um estado do conhecimento. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 634-658, 2022. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16971>. Acesso em: 29 nov. 2022.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 57, p. 11-23, 2008. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1201>. Acesso em: 11 mar. 2023.

ESTEVES, Andréia Schlik; PRESTES, Liliane Madruga. Gênero e diversidade: estado da arte das ações de ensino, pesquisa e extensão no IFRS. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 610–627, 2021. DOI: 10.14295/de.v8i2.11509. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11509>. Acesso em: 29 nov. 2022.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sucorax, 2019.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi.... Posso contar**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 1994.

FIORAVANTI, Tábata dos Santos; BRANCHER, Vantoir Roberto. O núcleo de estudos sobre gênero de um Instituto Federal do Rio Grande do Sul: um espaço de resistência na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, João Pessoa, jul. 2022. ISSN 2447-9187. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/6601>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Visível e Invisível**: A vitimização de Mulheres no Brasil. 3ª ed, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. **Visível e Invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil**. 4ª ed, 2023. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf> . Acesso em: 11 mar. 2023.

FREITAS, Maria Ester. **Assédio sexual: a proposta perversa**. FGV:São Paulo, 1996.

FURLANI, Jimena. "**Ideologia de Gênero**"? **Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha**. Versão Revisada 2016. Florianópolis: FAED, UDESC.

Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09 pp, 2016. Disponível em:

<http://papodecorujas-jimenafurlani.blogspot.com/2016/01/furlani-jimena-ideologia-de-genero.html>. Acesso em: 03 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Julia e OLIVEIRA, Renato Tocchetto. **Assédio moral no trabalho: aspectos fundamentais de entendimento e enfrentamento**. In: OLIVEIRA, Renato Tocchetto; TOLFO, Suzana da Rosa; KÜNZLE, Luis Allan; ZANIN, Fernanda da Conceição; PRISCO, Cristina Maria Fagundes. Florianópolis, SC: Lagoa, 2017.

GRAUPE, Mareli e SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de. **Políticas públicas de gênero no campo da educação**. In: Especialização em Gênero e Diversidade na Escola: Livro II, Módulo II. Tubarão: Editora Copiart, 2016.

GROSSI, Miriam Pilar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. UFSC/Programa PGAS. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, 1995. Disponível em:

<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

GROSSI, Miriam Pilar. **Identidade de gênero e sexualidade**. UFSC/Programa PGAS. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, 1998.

HELOANI, Roberto. Assédio moral: a dignidade violada. **Aletheia**, n.22, Canoas, 2005.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

INCERTI, Tânia Gracieli Vega e CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Discutindo gênero na educação profissional e tecnológica**: conquistas, desafios, tabus e preconceitos. Cadernos Pagu. 2021, n. 61. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610017>. Acesso em: 10 jun. 2022.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Percepção dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher**, 2015. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx-2015-1.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC. **Portaria do(a) Reitor(a) N° 691, de 17 de março de 2022**. Instituiu a Comissão de Articulação para a Elaboração de Política Institucional de Enfrentamento e Prevenção aos Assédios Moral e Sexual, dirigida a estudantes e servidores/as do IFSC. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/30681/9228985/PORTARIA+691.pdf/8ac08f88-4aca-4300-a2cc-b612e41397ad>. Acesso em: 10 jun. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC. **Resolução CONSUP N° 01, de 03 DE março de 2023**. Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Florianópolis, 2023. Disponível em: https://ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/resolucao_01_consulp_combate_assedio-pdf%20 Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – IFSC. **Portaria do(a) Reitor(a) N° 1137, de 5 de abril de 2023**. Institui o Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências. Florianópolis, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica – Ano Base 2019**. Brasília: INEP/MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/anuario_estatistico_educacao_profissional_tecnologica_2019.pdf. Acesso em 19 mar. 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepções sobre controle, assédio e violência doméstica**: vivências e práticas. Pesquisa de Opinião. 2022. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2022/09/2022_IPG_Ipec_Pesquisa-

[Percepcoes-sobre-controle-assedio-e-violenci-domestica-vivencis-e-praticas-1.pdf](#)

Acesso em: 17 mar. 2023.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: Cultrix, 2022.

LEYMANN, Heinz. **Mobbing and psychological terrors at work**. Violence and victims. v. 5, n. 2, p. 119-126, 1990.

LEYMANN, Heinz. **The content and development of mobbing at work**. European Journal of Work and Organizational Psychology. v. 5, n.2, p. 165-184, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. O mestrado profissional na área de ensino de Ciências e Matemática: Alguns esclarecimentos. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 1-9, 2009.

NEALL, A.M.; TUCKEY, M.R.. A methodological review of research on the antecedents and consequences of workplace harassment. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, n. 87, p. 225–257, 2014.

PASQUALLI, Roberta; VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 4, n. 07, 2018. DOI: 10.31417/educitec.v4i07.302. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/302> . Acesso em: 8 abr. 2023.

PEREIRA, Alice de Araújo Nascimento; BARROS, Camila França; FONSECA, Olívia de Melo. É pra falar de gênero sim: considerações teóricas e práticas sobre a

importância de uma educação antissexista nos institutos federais. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 23, n. 3, p. 671-683, 2021. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15928>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PRESTES, Samira. **Mulheres e meninas sofrem assédios constantes em Institutos Federais**. A verdade: um jornal dos trabalhadores na luta pelo socialismo. Brasília, 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/06/assedio-de-mulheres-e-meninas-em-institutos-federais/>. Acesso em: 28 set. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/2016/05/Hist%c3%b3ria-e-pol%c3%adica-da-educa%c3%a7%c3%a3o-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhKL/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed – São Paulo: Expressão Popular : Fundação. Perseu Abramo, 2015

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-17, 28 ago. 2020.

SANTOS, Nila Michele Bastos. É possível estudar gênero no ensino técnico e tecnológico? Experiências de um laboratório em prol de equidade no IFMA campus Pedreiras. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-20, 19 maio 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14023>. Acesso em: 02 dez. 2022.

SAUERESSIG, Gislaine Gabriele; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. Trajetórias juvenis e violências de gênero: um olhar sobre jovens-alunas e suas experiências no ambiente escolar e acadêmico. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111235. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111235>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SCHRAIBER, Lilia Blima. D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L. **O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde às mulheres em situação de violência doméstica**. São Paulo, 2003. Disponível em:

<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1881/1/M%C3%B3dulo%20Aten%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 02 de agosto de 2023.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. Entrevista: masculinidades. **Revista diversidade e educação**. Rio Grande, RS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/252880/001133453.pdf?sequence=1> Acesso em: 05 set.. 2024.

SEFFNER, Fernando. Em tempos de guerra todo buraco é uma trincheira. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 30 nº 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6zmnHc5dQf7yQzrYRcvckLS/?lang=pt> . Acesso em: 05 dez. 2023.

SOBOLL, Lis Andrea. Assédio moral no trabalho. In: BENDASSOLLI, P.F., BORGES-ANDRADE, J.E. (Orgs.). **Dicionário de Psicologia do trabalho e das organizações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

THIOLLENT, Michel J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

ANEXO – POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL, AO ASSÉDIO SEXUAL E ÀS DEMAIS VIOLÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

A Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina tem a finalidade de promover um ambiente institucional digno, saudável, seguro e livre de qualquer violência. Apresenta os princípios e objetivos e a definição de alguns conceitos fundamentais. Prevê a articulação e implementação da política, assim como o acolhimento da vítima e fluxo de denúncias, destacando a papel fundamental da formação continuada para toda comunidade acadêmica.

A seguir o texto integral da política, após sua reescrita e aprovação:

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 01, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

O Presidente em exercício do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições estatutárias e atendendo as determinações da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

Considerando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988;

Considerando os princípios e fins da educação nacional, descritos na Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando o Decreto-lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro;

Considerando a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor;

Considerando a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente;

Considerando o Decreto nº 99.710/1990, que Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança;

Considerando a Lei nº 8.112/1990, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

Considerando a Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa;

Considerando a Lei nº 10.224/2001, que dispõe sobre o crime de assédio sexual;

Considerando a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;

Considerando a Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE;

Considerando a Lei nº 13.185/2015 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying);

Considerando a Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

Considerando a Lei nº 13.718/2018, que tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo;

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, que equipara a homofobia ao crime de racismo;

Considerando o Decreto nº 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

Considerando o Decreto nº 1.973/1996, que promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher;

Considerando o Decreto nº 4.377/2002, que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;

Considerando a Medida Provisória nº 1.140/2022, que institui o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no âmbito dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e distrital;

Considerando a Resolução CONSUP/IFSC nº 54/2010, a qual aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Santa Catarina;

Considerando a Resolução CONSUP/IFSC nº 20/2018, que aprova o Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC e dá outras providências;

Considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC 2020-2024;

Considerando as reuniões para escuta orientada realizadas pela Comissão que redigiu esta Política com o Comitê de Direitos Humanos, com os Diretores Gerais de Câmpus, com os Representantes do SINASEFE, com as Coordenadorias Pedagógicas, com o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS e com a Representação Estudantil por meio do Conselho de Entidades de Base Professora Elenira Oliveira Vilela;

Considerando a consulta pública realizada pela Comissão que redigiu esta Política com a comunidade do IFSC;

Considerando as decisões do Conselho Superior do IFSC, reunido em 27 de fevereiro de 2023;

RESOLVE:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO 1 DA FINALIDADE E ESCOPO

Art. 1º Instituir a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Art. 2º A Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às demais Violências no IFSC se expressa no conjunto de princípios e objetivos que, em consonância com as Políticas Públicas Nacionais relacionadas ao tema, definem as atribuições, responsabilidades e instrumentos necessários à implementação de ações que promovam um ambiente institucional digno, saudável e seguro e que garantam a prevenção e o combate a toda forma de assédio e violências no IFSC.

Art. 3º É objeto desta política a prevenção e o enfrentamento de condutas assediosas e violentas praticadas no âmbito das relações socioprofissionais e da organização do trabalho, bem como no ambiente de ensino, pesquisa, extensão e gestão, praticadas presencialmente ou por meio de recursos virtuais.

CAPÍTULO 2 DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º A Política de que trata esta norma orienta-se pelos seguintes princípios:

- I. respeito à dignidade da pessoa humana;
- II. proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas;
- III. eliminação de todas as formas de discriminação;
- IV. valor social do trabalho;
- V. direito à saúde e à segurança no trabalho;
- VI. primazia da abordagem preventiva;
- VII. preservação do denunciante e das testemunhas;
- VIII. preservação do denunciado, para evitar punição prévia ou dupla punição;
- IX. resguardo da ética profissional;
- X. construção de uma cultura de respeito mútuo, igualdade de tratamento e soluções dialogadas para os conflitos;
- XI. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- XII. transversalidade e integração das ações;
- XIII. manutenção de processos sistemáticos e contínuos na prevenção e combate a todas as formas de assédio e violências;
- XIV. gestão democrática;
- XV. legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.

Art. 5º É objetivo geral da Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no IFSC estabelecer princípios a serem seguidos pela comunidade acadêmica no ambiente institucional e no seu cotidiano, com vistas a:

I. orientar mecanismos de gestão e articulação, acolhimento, registro e apuração da denúncia e; II. formação no que tange aos temas assédio e violências, na busca por um ambiente institucional que contribua para o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional e social da comunidade acadêmica.

Art. 6º São objetivos específicos da Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências no IFSC:

- III. organizar a Rede de Prevenção e Enfrentamento a Condutas Assediosas e/ou Violentas no IFSC;
- IV. promover, por meio de ações acadêmicas e de gestão, um ambiente seguro e saudável, visando o estabelecimento de uma cultura escolar e organizacional de respeito mútuo;
- V. contemplar o tema da prevenção e enfrentamento aos assédios e violências em ações e campanhas de comunicação e nos programas institucionais de formação direcionados a toda a comunidade acadêmica;
- VI. monitorar e avaliar periodicamente as atividades institucionais, de modo a prevenir a prática de assédio e de outras violências;
- VII. promover pesquisas institucionais que avaliem o tema do assédio no IFSC;
- VIII. produzir e divulgar relatórios sobre o tema do assédio no IFSC;
- IX. pautar a elaboração de fluxos e procedimentos institucionais referentes ao tema do assédio que orientarão a comunidade acadêmica a respeito dessa problemática.

CAPÍTULO 3 DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 7º Para fins desta Política considera-se que:

- I. A **comunidade acadêmica** é composta pelos públicos com os quais o IFSC se relaciona: servidores, funcionários, empregados vinculados a contratos de prestação de serviços, estudantes, estagiários e quaisquer pessoas, independentemente do tipo de vínculo, que frequentem o IFSC, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- II. A **prevenção** se expressa em ações individuais e coletivas que estimulam práticas de cuidado, integração e bem-estar interpessoal e que eliminam ou minimizam, por antecipação, acontecimentos, vivências e experiências assediosas ou violentas.
- III. O **acolhimento** é composto de dois processos distintos: a escuta inicial e o atendimento especializado.
- IV. A **escuta inicial** consiste em oportunizar um primeiro momento de escuta e de orientações preliminares àquele que considera ter sido vítima de assédio ou violência. Ocorre no momento em que a suposta vítima dá conhecimento a terceiros da comunidade acadêmica do IFSC da prática de conduta assediada ou de violência sem realizar o registro formal da denúncia.
- V. O **atendimento especializado** é uma forma de acolhimento profissional que consiste em escuta qualificada e orienta o encaminhamento da pessoa acolhida, seja a outros órgãos que poderão dar sequência ao processo de acolhida, seja para fins de registro da denúncia.
- VI. A **escuta qualificada** é compreendida como tecnologia leve, composta por elementos como liberdade, confiança, compreensão, paciência, prontidão para ajuda, disponibilidade, atenção, abertura para a fala, não recriminação e sigilo.
- VII. O **registro da denúncia** é o ato de formalização da denúncia em meio institucional indicado para tal.
- VIII. O **assédio sexual** no ambiente escolar e do trabalho consiste em constranger alguém/outrem, com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual. Pode ser conceituado como qualquer conduta de natureza sexual não solicitada, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.
- IX. O **assédio moral** consiste em ações ou omissões intencionais e reiteradas, com o intuito de causar humilhação, isolamento e/ou constrangimento, de maneira repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho ou de estudo e no exercício de suas funções. Pode ser expresso em gestos, palavras (orais ou escritas) e/ou comportamentos de natureza psicológica. Tais ações expõem a vítima, são capazes de lhe causar ofensa à personalidade, à

dignidade ou à integridade psíquica ou física e têm o efeito de excluí-la de suas funções e/ou de deteriorar o ambiente de trabalho e/ou pedagógico.

X. **Violência** é qualquer ação intencional, perpetrada por indivíduo, grupo, instituição, classe ou nação dirigida a outrem, que cause prejuízos, danos patrimoniais, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou espirituais.

XI. **Discriminação** é a violência oriunda de preconceito. Compreende toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada em raça, etnia, cor, sexo, gênero, religião, deficiência, opinião política, ascendência nacional, origem social, idade, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, ou qualquer outra que atente contra o reconhecimento ou exercício, em condições de igualdade, dos direitos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural, laboral ou em qualquer campo da vida pública.

XII. **Violência sexual** é qualquer forma de atividade sexual não consentida.

XIII. **Importunação sexual** consiste em praticar contra alguém e sem sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA REDE DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A CONDUTAS ASSEDIOSAS E/OU VIOLENTAS NO IFSC

Art. 8º Toda a comunidade acadêmica do IFSC compõe a Rede de Prevenção e Enfrentamento a Condutas Assediosas e/ou Violentas na instituição.

§ 1º. A Rede de Prevenção e Enfrentamento a Condutas Assediosas e/ou Violentas no IFSC se constitui por meio da atuação integrada dos diversos atores e setores envolvidos em processos de gestão, articulação, acolhimento, registro e apuração da denúncia e formação a respeito do tema. Sua expressão ocorre na corresponsabilidade de cada membro da comunidade acadêmica em prevenir e combater condutas assediosas e/ou violentas na instituição.

§ 2º. A Rede institucional se integra à Rede de Proteção constituída por serviços públicos das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública, que, por meio de seus atores, devem articular ações no sentido de garantir a proteção àqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO 4

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 9º As atribuições e responsabilidades de cada membro da comunidade acadêmica para o alcance dos objetivos desta normativa são aquelas previamente dispostas nos regulamentos institucionais, respeitando-se, assim, as diferentes relações institucionais.

CAPÍTULO 5

DA GESTÃO E ARTICULAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

Art. 10. A gestão e articulação para a implementação desta Política são de responsabilidade da Diretoria Executiva.

Art. 11. São atribuições associadas ao processo de gestão e articulação:

I. divulgar a existência da Política e ações a ela associadas;

II. articular com os câmpus o apoio à implantação e orientação das ações desta Política; III. fomentar a formação e educação permanente nas temáticas atinentes a esta Política; IV. levantar e divulgar periodicamente as informações pertinentes à esta Política; V. estimular o debate sobre os assédios e violências e suas formas de combate e prevenção de forma transversal na instituição;

VI. fomentar articulações intersetoriais em seu âmbito que se fizerem necessárias para consecução desta Política.

Art. 12. Fica instituído o Comitê Institucional para Implantação, Monitoramento e Avaliação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e às Violências.

§ 1º. São atribuições deste Comitê:

I. divulgar a existência da Política e ações a ela associadas;

II. coordenar a implantação desta Política no IFSC;

III. produzir diagnóstico institucional do enfrentamento aos assédios e violências no IFSC e relatórios a cada dois anos;

IV. monitorar e avaliar os encaminhamentos dados às denúncias de assédios e violências e os procedimentos administrativos no âmbito do IFSC;

V. acompanhar e contribuir com os processos formativos da comunidade acadêmica do IFSC; VI. apresentar relatórios de acompanhamento e avaliação à comunidade do IFSC, visando a garantia da transparência das informações.

§ 2º. Este Comitê fica vinculado à Diretoria Executiva do IFSC.

CAPÍTULO 6 DO ACOLHIMENTO

Art. 13. O acolhimento é composto de dois processos distintos: a escuta inicial e o atendimento especializado.

Art. 14. A escuta inicial da pessoa que considera ter sido vítima de assédio e/ou violência pode ser feita por qualquer servidor, bem como por órgãos da estrutura organizacional do IFSC, conforme o público demandante.

Art. 15. São responsabilidades daquele/a que realiza a escuta inicial:

I. resguardar/garantir a confidencialidade das informações apresentadas;

II. apresentar à pessoa que considera ter sido vítima de suposto assédio e/ou violência a possibilidade de acessar o atendimento especializado;

III. apresentar à pessoa que considera ter sido vítima de assédio e/ou violência a possibilidade de realizar o Registro de Denúncia de suposto assédio e/ou violência, através do canal Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.

Art. 16. O atendimento especializado é realizado por profissionais habilitados, conforme o público demandante.

Parágrafo Único. Os servidores que realizam o atendimento especializado serão designados por meio de Portaria no âmbito de cada câmpus e da Reitoria.

Art. 17. É atribuição daquele/a que presta o atendimento especializado:

I. realizar escuta qualificada;

II. informar acerca dos conceitos técnicos sobre assédios e violências e os respectivos procedimentos de enfrentamento, sem manifestar julgamentos ou juízos de valor;

III. informar que os elementos relevantes relatados no processo de escuta qualificada serão registrados;

IV. indicar o canal Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - para que a pessoa que considera ter sido vítima de assédio e/ou violência proceda ao Registro da Denúncia, caso este ainda não tenha ocorrido;

V. solicitar apoio da Diretoria de Assuntos Estudantis, caso considere necessário, em situações que envolvam estudantes;

VI. solicitar apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas, caso considere necessário, em situações que envolvam servidores.

Art. 18. A Diretoria de Assuntos Estudantis e a Diretoria de Gestão de Pessoas prestarão suporte aos câmpus no processo de acolhimento de estudantes e de servidores, respectivamente.

CAPÍTULO 7 DO REGISTRO DA DENÚNCIA

Art. 19. Os registros de denúncias serão realizados por meio do canal Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.

§ 1º. É dever do agente público denunciar, quando tiver ciência, qualquer ato de assédio e/ou violências que ocorra no âmbito do IFSC.

§ 2º. Caso a pessoa que considera ter sido vítima de suposto assédio e/ou violência seja menor de 18 anos, é dever do servidor que realizou o acolhimento proceder ao Registro de Denúncia, caso ainda não tenha sido realizado.

§ 3º. O servidor responsável pelo atendimento especializado tem o dever de comunicar o Conselho Tutelar e os responsáveis legais do estudante.

Art. 20. O canal Fala.BR é administrado no IFSC pela Ouvidoria da instituição.

Art. 21. No processo de tratamento do registro de denúncia, conforme atribuição regimental, compete à Ouvidoria do IFSC:

- I. acolher, através do Fala.BR, as denúncias de violências e/ou assédios;
- II. analisar a denúncia quanto à sua relação com assédios e/ou violências, podendo realizar consultas a outros setores para o melhor encaminhamento da situação;
- III. ofertar o Atendimento Especializado para escuta qualificada, caso considere necessário;
- IV. acompanhar o andamento das ações para acolhimento e proteção ao assediado;
- V. encaminhar as denúncias pertinentes à Assessoria de Correição e Transparência; VI. acompanhar o andamento do processo pelo Fala.BR;
- VII. organizar as informações institucionais a respeito das denúncias acolhidas no campo dos assédios e violências para fins de estatísticas e informações institucionais.

Parágrafo Único. A Diretoria de Assuntos Estudantis e a Diretoria de Gestão de Pessoas prestarão apoio e orientação à Ouvidoria nas situações que envolvam estudantes e servidores, respectivamente.

Art. 22. É assegurado ao denunciante o sigilo da identidade, quando solicitado.

CAPÍTULO 8 DA APURAÇÃO DA DENÚNCIA

Art. 23. A apuração da denúncia a nível institucional, quando envolver servidor, é de responsabilidade da Assessoria de Correição e Transparência do IFSC.

Art. 24. A apuração da denúncia, quando não envolver servidor, será encaminhada para os órgãos competentes que compõem a Rede de Proteção.

Art. 25. São instrumentos de apuração da denúncia em caso que envolva servidor:

- I. a investigação preliminar;
- II. a inspeção;
- III. a sindicância;
- IV. o processo administrativo geral; e
- V. o processo administrativo disciplinar.

Art. 26. No processo de apuração da denúncia que envolva servidor, a Assessoria de Correição e Transparência deverá:

- I. acolher as situações encaminhadas pela Ouvidoria do IFSC, por meio do Fala.BR, ou por outros órgãos que tenham atribuições de registro de denúncias de assédio;
- II. encaminhar os trâmites no âmbito da instituição para a emissão de juízo de admissibilidade do Reitor no caso de sindicância investigativa (SINVE), processo administrativo disciplinar (PAD) e sindicância disciplinar para servidores temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;
- III. indicar o registro de Boletim de Ocorrência Policial (BO), caso a denúncia tenha envolvimento com membro externo à comunidade do IFSC, além de outros procedimentos cabíveis; IV. indicar ao Reitor o arquivamento de processos quando os fatos narrados não configurarem evidente infração disciplinar ou ilícito penal, por falta de objeto;

- V. acionar a Diretoria de Assuntos Estudantis em caso de envolvimento de estudantes, se pertinente;
- VI. acionar a Diretoria de Gestão de Pessoas, se pertinente;
- VII. organizar as informações institucionais a respeito das denúncias acolhidas para fins de estatísticas e informações institucionais.
- Art. 27. A Diretoria de Assuntos Estudantis e a Diretoria de Gestão de Pessoas prestarão apoio e orientação à Assessoria de Correição e Transparência nas situações que envolvam estudantes e servidores, respectivamente.

CAPÍTULO 9 DA FORMAÇÃO

- Art. 28. A articulação dos processos de formação na temática desta Política é de responsabilidade da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Gestão de Pessoas, em seus âmbitos.
- Art. 29. Serão criadas ações e programas de cunho educativo e preventivo direcionados para a formação continuada e qualificação para a prevenção e combate a todos tipos de assédios e violências, voltados para toda comunidade acadêmica.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 30. Compete à Reitoria supervisionar a execução desta Política.
- Parágrafo único. Deverão ser instituídas e observadas estratégias institucionais adicionais acerca do tema para promover a igualdade, com respeito às diversidades e combate a qualquer tipo de violência e/ou assédio.
- Art. 31. O membro da comunidade acadêmica envolvido com o processo de acolhimento ou atendimento especializado não deve atuar no processo administrativo de apuração, exceto para depoimento, quando convocado por autoridade competente.
- Parágrafo único. Os profissionais envolvidos com o Atendimento Especializado devem atuar exclusivamente nos processos de acolhimento de estudantes ou servidores.
- Art. 32. Servidores cujas categorias/classes profissionais sejam representadas por Conselhos de Referência devem ter respeitada sua autonomia profissional, nos limites estabelecidos, consideradas as diretrizes estabelecidas por esses órgãos.
- Art. 33. As denúncias realizadas no âmbito da instituição não substituem aquelas que podem ou devem ser realizadas junto aos órgãos competentes externos à instituição.
- Art. 34. O fluxo para o processo de denúncias sobre assédios e violências será construído por comissão nomeada para este fim, contemplando membros dos setores supracitados nesta política, em um prazo de 120 dias.
- Art. 35. Os casos omissos desta Resolução serão analisados pela Diretoria Executiva para serem dados os devidos encaminhamentos.
- Art. 36. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER VANDER DE OLIVEIRA

Autorizada conforme despacho no documento nº 23292.007574/2023-71